



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDSON DOS SANTOS

Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: uma análise sobre a sua produção
teórica na contemporaneidade

**São Cristóvão/SE
2019**

EDSON DOS SANTOS

**Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: uma análise sobre a sua produção
teórica na contemporaneidade**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nailsa Maria Souza Araújo

**São Cristóvão/SE
2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Edson dos
S237p Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro : uma análise
sobre a sua produção teórica na contemporaneidade / Edson dos
Santos ; orientadora Nailsa Maria Souza Araújo. – São Cristóvão,
SE, 2019.
102 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade
Federal de Sergipe, 2019.

1. Serviço social - Brasil. 2. Hegemonia. 3. Assistentes sociais
– Ética profissional. 4. Ética profissional – Aspectos sociais. I.
Araújo, Nailsa Maria Souza, orient. II. Título.

CDU 364.6(81)

EDSON DOS SANTOS

**Projeto Ético-Poltico do Serviço Social brasileiro: uma análise sobre a sua produção
teórica na contemporaneidade**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nailsa Maria Souza Araújo

Aprovada em 28 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Nailsa Maria Souza Araújo
(Orientadora – DSS/UFS)

Prof.^o. Dr.^o. Paulo Roberto Félix dos Santos
(Examinador Externo – DSS/UFS)

Prof.^a. Dr.^a. Vera Núbia Santos
(Examinadora Interna – DSS/UFS)

Prof.^a. Dr.^a. Magaly Nunes de Góis
(Examinadora Externa a Instituição - Suplente)

Dedico este trabalho a todos/as que de alguma forma, direta ou indireta, contribuíram para o seu processo de gestação, desenvolvimento e conclusão. Obrigado a todos/as! Dedico também a todos/as assistentes sociais compromissados/as com o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro a fim de que ocorra a sua consolidação.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil chegar até o final deste Mestrado. Grato, muito grato, a Deus por ter me ajudado até aqui. Grato por ter tido pessoas maravilhosas ao meu lado nesta etapa da minha vida profissional, pois é necessário que tenhamos uma rede apoio em todas as áreas das nossas vidas.

Agradeço, e serei eternamente grato, a minha mãe que sempre entendeu o quanto é importante estudar, que somente por meio do estudo/conhecimento é possível transformar a realidade, mesmo ela tendo esse direito negado por questões objetivas: dificuldades financeiras que a levaram a optar por parar de estudar ainda quando criança para começar a trabalhar e ajudar aos seus pais a sustentarem a casa. Obrigado porque você lutou para nos possibilitar o acesso à educação e ao conhecimento a fim de que pudéssemos transformar nossa realidade socioeconômica.

Aos meus irmãos que acreditaram e torceram por mim nesta fase. Aos meus amigos de longas datas que disseram a mim que era possível, que eu conseguiria. As minhas amigas de turma no Mestrado. Essas mulheres deram show de bola durante as aulas, bem como foram ótimas companhias ao longo do curso. Guardarei nossos momentos de descontração e também os de tensão (o medo das avaliações em cada disciplina, rrsrrsrrs). Foi muito bom rir e “chorar” com vocês, mesmo sem termos motivo algum, rrsrrsrrs!

Agradeço ao PROSS pela excelente recepção que me prestou desde o processo seletivo até a conclusão do Mestrado. Obrigado a coordenação e ao corpo administrativo do PROSS, em especial ao Walter que sempre nos socorreu nas horas difíceis, rrsrrsrrs! Grato por toda equipe!

Muito obrigado ao corpo docente do PROSS pela excelente qualidade do trabalho de cada professora que constitui o Mestrado em Serviço Social da UFS. Vocês são profissionais brilhantes, inteligentes que nos impulsionam a sermos profissionais com um perfil social crítico como proposto pelo Projeto Ético-Político da nossa profissão.

Em especial agradeço a minha orientadora a professora Dr^a. Nailsa Maria Souza Araújo, pois sem as suas orientações e observações eu jamais teria conseguido concluir este Mestrado. Quando me vi perdido, sem saber mais por onde trilhar, o que pesquisar e escrever você me deu excelentes dicas, direcionamentos preciosos que possibilitaram-me

chegar até aqui. Obrigado por sua paciência comigo durante as orientações, pois eu bem sei que lhe dei bastante trabalho ao longo desta pesquisa com a minha “cabeça dura” para mudar algumas ideias que eu tinha acerca da problemática deste estudo. Obrigado por sua disponibilidade sempre que busquei orientações! Serei eternamente grato pelo rico conhecimento que você transferiu para mim. Muito obrigado, Nay!

RESUMO

A presente dissertação teve como objeto de investigação o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, considerando que este é produto das lutas que vinham sendo travadas na América Latina pela classe trabalhadora de diversas categorias profissionais; movimentos sociais; sindicatos trabalhistas que influenciaram parte da categoria profissional de assistentes sociais insatisfeitos/as com o perfil conservador da profissão. O objetivo geral consistiu em analisar a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social no âmbito das publicações sobre o projeto ético-político na contemporaneidade que caracterizam uma parte da sua materialização. Para isso, estabeleceu-se como objetivos específicos: a) problematizar a gênese do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, resgatando o debate sobre sua hegemonia e crise; b) realizar um levantamento bibliográfico sobre a produção do conhecimento do Serviço Social acerca do projeto ético-político na contemporaneidade; c) analisar a produção teórica do Serviço Social sobre o projeto profissional acerca da consolidação do projeto ético-político da profissão. Partiu-se do entendimento de que é necessário aprofundar o debate sobre o projeto profissional do Serviço Social na contemporaneidade, pois observa-se que embora as publicações teóricas sobre ele tenham aumentado nota-se que o quantitativo dessas publicações ainda é pouco. A pesquisa foi do tipo bibliográfica e de natureza quanti-qualitativa, sendo orientada pelo materialismo dialético, o qual possibilita o movimento de aproximações sucessivas entre sujeito-objeto. Constituiu-se como campo empírico do estudo e fontes de pesquisa a produção teórica na área do Serviço Social, resultante de artigos científicos publicados entre os anos de 2016 a 2018. Quanto o universo da pesquisa, realizou-se uma pesquisa do tipo bibliométrico sobre as publicações acerca da temática do projeto ético-político da profissão nas revistas **Katálisis** e **Serviço Social & Sociedade** disponíveis no site da SciELO que possuísem as palavras-chave: **Serviço Social**; **“questão social”**; **projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**; **marxismo**; **hegemonia** e **(neo)conservadorismo**. Tal levantamento resultou num quantitativo de 133 artigos que abordavam o objeto da pesquisa, que resultaram numa amostra de 41 artigos, após a aplicação do critério de verificação das palavras-chave que mais se repetissem nos resumos, uma vez que no total do universo da pesquisa tais palavras-chave apareciam pelo menos uma única vez em cada trabalho. A pesquisa bibliográfica possibilitou elaborar considerações sobre a discussão da materialização do PEP; realizar um mapeamento das instituições de ensino superior que mais produziram conhecimento sobre o objeto deste estudo; visualizar que a prática da pesquisa e produção do conhecimento do Serviço Social continua ocorrendo com maior frequência por meio dos/as profissionais inseridos/as nos espaços acadêmicos, bem como a baixa produção/publicação de estudos sobre a temática do PEP e a sua materialização, reforçando a necessidade de aprofundar o debate acerca da materialização e hegemonia do projeto profissional.

Palavras-chave: Serviço Social brasileiro. Projeto Ético-Político. Hegemonia.

Materialização do Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

The present dissertation had as object of investigation the current Ethical-Political Project of the Brazilian Social Work, considering that this is the product of the struggles that were being fought in Latin America by the working class of several professional categories; social movements; labor unions that influenced part of the professional category of social workers dissatisfied with the conservative profile of the profession. The general objective was to analyze the theoretical-methodological dimension of Social Work in the context of publications on the contemporary ethical-political project that characterize part of its materialization. For this, it was established as specific objectives: a) problematize the genesis of the current ethical-political project of the Brazilian Social Service, rescuing the debate about its hegemony and crisis; b) carry out a bibliographic survey on the production of Social Work knowledge about the ethical-political project in contemporary times; c) analyze the theoretical production of Social Work about the professional project about the consolidation of the ethical-political project of the profession. It was based on the understanding that it is necessary to deepen the debate on the professional project of Social Work in contemporary times, since it is observed that although the theoretical publications on it have increased, it is noted that the quantity of these publications is still small. The research was of the bibliographic type and of quantitative and qualitative nature, being guided by dialectical materialism, which enables the movement of successive approximations between subject-object. The empirical field of study and research sources was the theoretical production in the area of Social Work, resulting from scientific articles published between the years 2016 to 2018. As for the universe of research, a bibliometric research on the publications on the theme of the ethical-political project of the profession in the magazines *Katálisis* and *Social Work & Society* available on the SciELO website that had the keywords: Social Work; "social issues"; ethical-political project of the Brazilian Social Work; Marxism; hegemony and (neo) conservatism. This survey resulted in a total of 133 articles that approached the research object, which resulted in a sample of 41 articles, after applying the criterion for verifying the most repeated keywords in the abstracts, since in the total of the research universe. such keywords appeared at least once in each job. The bibliographic research made possible to elaborate considerations about the discussion of the materialization of the PEP; perform a mapping of the higher education institutions that most produced knowledge about the object of this study; visualize that the practice of research and production of knowledge of Social Work continues to occur more frequently through professionals inserted in academic spaces, as well as the low production / publication of studies on the theme of PEP and its materialization, reinforcing the need to deepen the debate about the materialization and hegemony of the professional project.

Keywords: Brazilian Social Service. Ethical-Political Project. Hegemony. Materialization of the Ethical-Political Project.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Universo da Pesquisa.....	52
TABELA 2: Instituições.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Amostra – Trabalhos analisados.....	53
GRÁFICO 2: Autoria.....	54
GRÁFICO 3: Trabalhos por Região.....	57
GRÁFICO 4: Tipo de Resumo.....	58
GRÁFICO 5: Procedimentos Metodológicos.....	59
GRÁFICO 6: Objetivos.....	60
GRÁFICO 7: Tipo de Pesquisa Rev. Serviço Social & Sociedade.....	61
GRÁFICO 8: Tipo de Pesquisa Rev. Katálýsis.....	62
GRÁFICO 9: Tipo de Matriz.....	63
GRÁFICO 10: Palavras-chave.....	65
GRÁFICO 11: Conteúdo do texto sobre.....	66

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Análise de Conteúdo.....	68
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ALAEITS Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
APAS Associação Profissional de Assistentes Sociais
CBCISS Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CELATS Centro Latino-Americano de Trabalho Social
CENEAS Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes
CFAS Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS Conselho Federal de Serviço Social
CRAS Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FAPSS Faculdade Paulista de Serviço Social
IFCE Instituto Federal do Ceara
LOAS Lei Orgânica da Assistência Social
MESS Movimento Estudantil de Serviço Social
PEP Projeto Ético-Político
PNAS Política Nacional de Assistência Social
PT Partido dos Trabalhadores
PUC Pontifícia Universidade Católica
SESSUNE Secretaria de Serviço Social da União Nacional de Estudantes
TJ Tribunal de Justiça
UECE Universidade Estadual do Ceará
UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFF Universidade Federal Fluminense
UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPA Universidade Federal do Pará
UFPB Universidade Federal da Paraíba
UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS Universidade Federal de Sergipe

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UFT Universidade Federal do Tocantins

UnB Universidade de Brasília

UNE União Nacional de Estudantes

UNESP Universidade Estadual Paulista

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP Universidade Federal de São Paulo

UNISA Universidade de Santo Amaro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I: O processo histórico do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: resgate e análise de elementos fundantes da gênese e desenvolvimento da profissão.....	25
1.1. Fatores fundantes da gênese e desenvolvimento do Serviço Social brasileiro: esboço introdutório.....	25
1.2. Hegemonia e possível crise do PEP na contemporaneidade.....	42
CAPÍTULO II: A Produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro e a sua direção teórico-metodológica em periódicos da área.....	51
2.1. Uma análise quantitativa: algumas considerações das fontes pesquisadas.....	51
2.2. O Projeto Ético-Político e o debate sobre a sua hegemonia e materialização na contemporaneidade.....	67
2.2.1 Serviço Social e (neo)conservadorismo: um desafio na contemporaneidade, porém um velho conhecido da profissão.....	69
2.2.2 A hegemonia do Projeto Ético-Político: (neo)conservadorismo como uma ameaça.....	74
2.2.3 Materialização do Projeto Ético-Político: desafios e possibilidades.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICES.....	97

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que tem como objetivo analisar e intervir nas diversas refrações da “questão social”¹, isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre o capital e o trabalho. A profissão está inserida na divisão social e técnica do trabalho e se situa no processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, bem como seu surgimento se deu em virtude de atender as necessidades do capitalismo monopolista e para isso fez-se necessário que o Estado passasse a intervir de forma diferenciada nas expressões da “questão social” como resposta as demandas do proletariado e da burguesia. Para isso, fez-se necessária a criação e implementação de políticas sociais que atendessem tais demandas.

O surgimento da política social se deu a partir do modo de produção capitalista como resultado das mobilizações e manifestações da classe trabalhadora, bem como da necessidade de socialização dos custos do capital no século XIX. A política social deve ser compreendida como instrumento de intervenção do Estado nos conflitos existentes nas relações sociais originadas no processo de luta de classes: Trabalho X capital, já que “[...] política social é o centro de um conflito de classe e não apenas um meio para diluí-lo ou desfazê-lo [...],” (BARBALET, 1989, [s.p.] apud BEHRING, [s.d.], p. 11; suprimimos)

Assim, pode-se afirmar que a política social é anterior ao liberalismo, bem como é um processo de mediação nas relações sociais do sistema capitalista e que a partir dela cria-se o Estado de bem-estar social² a fim de atender aos interesses político-econômicos. O pós-guerra gestou condições favoráveis e essenciais para criação e implementação do Estado de bem-estar social, ou Welfare State (SANTOS, 2014). Ressalte-se que na atual conjuntura de globalização tem provocado mudanças nos diversos setores da sociedade, bem como tal processo de mudanças tem se dado de forma acelerada por meio de um

¹ O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime capitalista: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO, 2001, p. 45).

² O Estado de Bem-Estar Social pode ser definido como aquele que assume a proteção social de todos os cidadãos, patrocinando ou regulando fortemente sistemas nacionais de Saúde, Educação, Habitação, Previdência e Assistência Social; normatizando relações de trabalho e salários; e garantindo a renda, em caso de desemprego (SANTOS, 2014, p. 33).

movimento de reorganização e reordenação social, político-econômica, cultural e institucional.

O Estado passou a construir novos órgãos institucionais, assumindo algumas obrigações, como por exemplo: investir em saúde, educação, previdência social e assistência social, objetivando garantir certa tranquilidade para o bom funcionamento e manutenção do modo de produção e reprodução do sistema capitalista.

O surgimento da profissão no Brasil é datado a partir dos anos 1930 e o mesmo ocorreu como estratégia da classe dominante com a finalidade de manter o controle sobre a classe trabalhadora, desarticulando-a, bem como o capital dos monopólios passa a exigir do Estado uma nova organização social com a responsabilidade de intervir nas expressões da “questão social” através de políticas sociais, isto é, desonerando o capital das obrigações com a reprodução da força de trabalho. Assim, percebe-se que a gênese do Serviço Social está ligada a aspectos econômicos e político-ideológicos, ao mesmo tempo em que o papel do profissional nesse período estava mais centrado em disciplinar e controlar os trabalhadores tendo por base os valores e princípios da Igreja Católica³.

Tais princípios tornavam o perfil da profissão conservador, o qual passou a ser questionado no interior da categoria apenas a partir do início dos anos 1960, quando assistentes sociais, sob a influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano, o qual ocorria em diversos países da América do Sul (Peru, Chile, Argentina, Uruguai), passou a se aproximar da realidade posta à época, ao mesmo tempo em que se apropriavam de produções teóricas com viés marxista, isto é, que iam na contramão do positivismo e funcionalismo que fundamentavam e orientavam o desenvolvimento da profissão. Tal movimento foi resultante da conjuntura das formações sócio-históricas do continente latino-americano. Observa-se que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro é determinado por particularidades inerentes ao Brasil (IAMAMOTO, 1992), mas também com influências resultantes de determinações⁴ históricas para além das nossas fronteiras. A partir da década de 1970, o conservadorismo

³ O primeiro Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1947 retrata este viés religioso dentro da profissão. Nota-se que o fazer profissional era orientado pela Moral e Ética, as quais eram regadas pelos bons costumes da religião, compreendendo os pauperizados como vítimas do destino, isto é, desconsiderando os desdobramentos sócio-políticos.

⁴ Essas determinações estão inteiramente ligadas à lógica do grande capital que a partir da Revolução de 1930 [...] cria condições para o desenvolvimento do *Estado burguês*, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês (IANNI, 1996, p. 25, grifos do original; suprimimos).

presente no Serviço Social brasileiro desde o seu surgimento começava a perder espaço para um Serviço Social crítico.

Embora os Seminários de Araxá⁵ (1967), Teresópolis⁶ (1970) e de Sumaré⁷ (1978), promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), representem um marco histórico no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, Netto (2008, p. 152-164; suprimimos) sinaliza que a erosão do Serviço Social Tradicional, dada no decorrer desse processo de renovação, levou à intercorrência de três direções: “[...] a) perspectiva modernizadora⁸, b) perspectiva de reatualização do conservadorismo⁹, c) perspectiva de intenção de ruptura¹⁰ [...]” com o Serviço Social “tradicional”. Para Netto (2008, p. 276-277, grifos do original; suprimimos), o marco principal nesse processo de renovação profissional dar-se-a partir do método desenvolvido pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais:

[...] o “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro *projeto profissional*, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social.

⁵ A proposta no documento desse seminário tinha como objetivo o “rompimento” com a exclusividade do tradicionalismo profissional, porém essa ruptura não ocorreu. O que houve foi a incorporação de novas bases para manutenção do tradicional (CBCISS, 1986).

⁶ O seminário de Teresópolis pautou-se num estudo sobre a metodologia do Serviço Social, colocando-se a pensar a relação prática e teoria, destacando a qualificação do/a assistente social.

⁷ Nesse seminário o objetivo central estava na cientificidade do Serviço Social, colocando-se em oposição a visão idealista (tradicional), o que proporcionou uma revisão teórica e metodológica da profissão, bem como uma aproximação e identificação do Serviço Social com o marxismo.

⁸ Este é o caráter modernizador desta perspectiva: ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país (NETTO, 2008, p. 155).

⁹ Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclamava nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2008, p. 157).

¹⁰ [...] Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) (NETTO, 2008, p. 159; suprimimos).

No Método de Belo Horizonte (Método BH¹¹), como ficou conhecido, evidenciase uma nova roupagem na profissão e a intenção de ruptura com os métodos (neo)positivistas. A equipe belo-horizontina faz a crítica ao modelo de profissão vigente naquele período e o denomina como Serviço Social Tradicional -, na medida em que na crítica propõe-se uma intervenção profissional com bases epistemológicas na lógica dialética, o que não havia sido proposto nos três Seminários citados acima.

Outro marco importante para o desenvolvimento da profissão foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, ou “Congresso da Virada¹²”, no qual a categoria profissional ali presente sinalizou a necessidade de o Serviço Social ter como pilar a teoria social crítica de Marx na formação profissional, bem como nas intervenções realizadas pelos/as assistentes sociais. Na década 1980 observa-se uma fase de amadurecimento da produção teórica profissional, tendo como principal protagonista o ambiente universitário, onde se instituiu o debate acadêmico sobre o Serviço Social, questionando abertamente o conservadorismo, ao mesmo tempo que, no interior da categorial profissional, reconhece a existência do pluralismo teórico-metodológico e político-ideológico, mas reafirma a orientação marxista como direção hegemônica para o que viria a ser denominado como Projeto Ético-Político¹³ (PEP) profissional.

A década de 1990 é marcada por avanços e conquistas (Lei de Regulamentação da profissão 8.662/93, instituição do Código de Ética profissional de 1993, Diretrizes Curriculares de 1996) para o Serviço Social brasileiro, que são considerados as bases fundantes do atual PEP. A partir desse marco histórico da profissão surge uma nova proposta do perfil profissional do/a assistente social, o qual tem em sua base um compromisso norteado por princípios e valores que indicam o caminho para a emancipação humana, como evidenciam Ramos (2009b) e Mota e Amaral (2009).

¹¹ Foi nesse espaço que a perspectiva renovadora da profissão se destacou, consolidando-se no plano ideopolítico, indo na contramão do conservadorismo profissional numa tentativa de romper com as bases conservadoras do Serviço Social brasileiro.

¹² Adensavam-se em toda América Latina as lutas políticas democráticas no final da década de 1970 e início de 1980, que influenciaram o Serviço Social brasileiro, o qual passou a incorporar a teoria social marxista como base na produção e análises teóricas, considerando a perspectiva de totalidade, historicidade, criticidade. Durante esse Congresso profissionais de diversas partes do Brasil dividiram experiências vividas no cotidiano, sinalizando a inviabilidade do perfil da profissão à época.

¹³ É o projeto profissional que foi pensado e construído no contexto histórico de transição dos anos de 1980 aos anos de 1990, no processo de redemocratização da sociedade brasileira, cuja gênese de sua consolidação é demarcada no ano de 1993, recusando o conservadorismo e tradicionalismo profissional e estabelecendo um conjunto de princípios presentes no CE de 1993.

Vale ressaltar que o processo de renovação profissional do Serviço Social é resultante de fatores anteriores a ele¹⁴, históricos e econômicos. A Renovação do Serviço Social brasileiro foi se desenvolvendo¹⁵ e ganhando espaço durante a Ditadura Militar. O período da Ditadura Militar foi um marco histórico no país. Iniciado em 1º de abril de 1964, destituiu o governo da época, garantindo que as fronteiras do Brasil continuassem abertas para o capital internacional, bem como o aprofundamento de sua dependência. Ou seja, o que motivou o golpe de 1964 foi o interesse do capitalismo em instituir a seu projeto de política econômica no país a fim de aumentar a lucratividade, resultando no aprofundamento do modelo de desenvolvimento econômico que intensificou o processo de industrialização do país, alterando não só o quadro econômico nacional, mas também as relações sociais.

A ditadura militar durou 21 anos (1964/1985) e deixou várias sequelas na sociedade brasileira. Foi uma época de repressão política e social condicionando os cidadãos à submissão ao militarismo e os que ousavam contrariar o autoritarismo desse governo eram considerados subversivos e sofriam sanções e/ou eram exilados. Os/as assistentes sociais que questionavam os métodos do militarismo também foram perseguidos pelo governo.

Partindo do que já foi dito nos parágrafos anteriores acerca da gênese do Serviço Social e do desenvolvimento da profissão ao longo das últimas décadas é preciso identificar se, após tais conquistas, a produção do conhecimento do Serviço Social tem se dedicado ao debate acerca da materialização/consolidação do PEP. Isto é, se a materialização/consolidação tem sido possível na contemporaneidade a partir da produção do conhecimento, considerando que a sua consolidação/materialização se dá, também, no

¹⁴ Esses fatores estão diretamente ligados a ordem político-econômica inerente ao desenvolvimento do capitalismo monopolista. O Brasil passou por diversas fases de ordem política e econômica a partir do fim da década de 1920 (República Velha), entrando num período de transformações socioeconômicas orquestradas pelo capital internacional que visava estreitar as relações econômicas com o país e assim explorar as suas riquezas e mão-de-obra barata. Essas transformações ocorreram ao longo dos governos: Getúlio Vargas (Era Vargas) que teve início nos anos de 1930 e acabou somente em 1945; do Governo Dutra (1946-1950); do segundo Governo de Vargas (1951-1954); Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961); Governo Jânio Quadros (1961) e do Governo João Goulart (1961-1964), os quais serão pontuados – destacando os principais fatos ocorridos em cada um deles – no capítulo I da Dissertação.

¹⁵ O processo de renovação profissional que se deu no início de 1960 passa a se desenvolver ao longo da ditadura militar, indo na contramão do positivismo e conservadorismo presentes desde o surgimento da profissão. No entanto, seria possível afirmarmos que o processo aqui em questão já se deu por esgotado, ou ele ainda continua acontecendo nos dias atuais? Respondendo a esta pergunta, pode-se afirmar que o processo de renovação profissional não se esgotou, pois há abertamente um tensionamento e disputa de projetos profissionais.

plano da produção teórico-científica. Diante disso, destacamos como questões norteadoras para a presente pesquisa: como surgiu o atual PEP? Como tem se dado a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade sobre o projeto ético-político?

O objetivo geral deste trabalho consistiu em: analisar a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social no âmbito das publicações sobre o projeto ético-político na contemporaneidade que caracterizam uma parte da sua materialização. Para isso estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: a) problematizar a gênese do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, resgatando o debate sobre sua hegemonia e crise; b) realizar um levantamento bibliográfico sobre a produção do conhecimento do Serviço Social acerca do projeto ético-político na contemporaneidade; c) analisar a produção teórica do Serviço Social sobre o projeto profissional e se a mesma aponta para a consolidação do projeto ético-político da profissão. A partir de tais objetivos, considerou-se as seguintes hipóteses:

- I. No início dos anos de 1990 o Serviço Social brasileiro consolidou as bases para a constituição de um novo perfil profissional, presentes no projeto profissional da profissão;
- II. É possível observar que, mesmo a partir da aproximação da profissão da teoria social marxiana, o conservadorismo se faz presente no Serviço Social brasileiro com novas roupagens;
- III. Ao mesmo tempo em que se observa que a materialização/consolidação do projeto ético-político da profissão tem se dado por meio da produção do conhecimento do Serviço Social nota-se que o projeto profissional tem sido tensionado pela dinâmica social posta, a qual tende a naturalizar as expressões da “questão social”.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se o materialismo dialético, o qual torna possível o movimento de aproximações sucessivas entre sujeito-objeto, considerando os determinantes histórico e social, possibilitando a passagem da aparência dos fenômenos para sua essência. De acordo com Lukács (1966, p. 232; suprimimos): “O materialismo dialético parte [...] da existência objetiva das categorias como formas da realidade, e considera seus modos psicológicos de manifestação como um reflexo imediato do ser independente da consciência”.

A pesquisa foi de natureza bibliográfica, caracterizando-se como quanti-qualitativa, tendo como fonte algumas produções teóricas que versam sobre a temática do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. O levantamento e sistematização da produção bibliográfica acerca do objeto de pesquisa aqui proposto fez-se necessário e permitiu maior visualização de como uma fração da categoria profissional que publica nesses veículos tem compreendido a questão da direção social do PEP. Vale ressaltar também que a pesquisa foi norteadada pela combinação de elementos descritivos e explicativos (GIL, 2011). A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que objetivam delinear e entender os componentes de um sistema complexo de significados, a fim de demonstrar e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, diminuindo a distância entre teoria e prática (GODOY, 1995).

De acordo com Fonseca (2002, p. 32; suprimimos) a pesquisa bibliográfica é feita a partir de: “[...] levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”.

Constituiu-se como campo empírico do estudo e fontes de pesquisa a produção teórica na área do Serviço Social, resultante de artigos científicos publicados entre os anos de 2016 a 2018. Quanto ao universo da pesquisa realizou-se uma delimitação do tipo bibliométrico (PRITCHARD, 1969; FORESTI, 1989) sobre as publicações acerca da temática do projeto ético-político da profissão nas revistas **Katálisis** e **Serviço Social & Sociedade**, disponíveis no site da SciELO, que possuísem as palavras-chave: **Serviço Social**; **“questão social”**; **projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**; **marxismo**; **hegemonia** e **(neo)conservadorismo**. Tal pesquisa/levantamento resultou num quantitativo de 133 artigos que abordavam a temática do objeto deste estudo e que continham tais palavras-chave. A escolha das duas revistas supracitadas como fontes de pesquisa deu-se por ambas destinarem-se a publicações de assuntos atuais e relevantes sobre o Serviço Social, bem como por serem revistas com conceito Qualis A1. Quanto ao recorte do período 2016 a 2018 deu-se em virtude do pouco tempo para elaboração e conclusão da pesquisa.

Ressalte-se que, embora o universo da pesquisa tenha sido 133 artigos, foram publicados 215 artigos nas revistas supracitadas no período delimitado. No entanto, desse

total de 215 trabalhos, apenas 133 artigos atendiam aos critérios estabelecidos para seleção dos textos que foram analisados e que constituíram o universo da presente pesquisa. Ressalte-se, ainda, que esse quantitativo de artigos que constituíram o universo da pesquisa representou um número significativo e satisfatório para o desenvolvimento desta pesquisa.

Em seguida realizou-se a leitura dos Resumos e Palavras-chave dos 133 artigos. A partir desse número foi definida uma amostra do tipo não probabilística intencional (MARCONI; LAKATOS, 2002), que se fundou nos seguintes critérios: verificação das palavras-chave e dos conceitos/categorias **Serviço Social; “questão social”; projeto ético-político do Serviço Social brasileiro; marxismo; hegemonia e (neo)conservadorismo** que mais se repetissem em seus Resumos, uma vez que no total do universo da pesquisa tais conceitos apareciam pelo menos uma única vez em cada trabalho e ler todos os artigos que constituíram o universo da pesquisa era impossível dado o curto prazo de tempo para conclusão do mestrado. Destarte, após realizar as leituras dos Resumos dos 133 artigos, tendo como base os critérios supracitados, obteve-se o quantitativo de 41 trabalhos, os quais constituíram a amostra da pesquisa em tela.

Após a seleção dos trabalhos foram feitas as leituras e fichamentos dos mesmos para em seguida coletar as informações contidas neles. Depois os foram categorizados, organizados e interpretados por meio de uma análise crítica. As categorias analíticas serão indicadas durante a construção, no entanto algumas merecem destaques, quais sejam: Serviço Social, “Questão Social”, Projeto Ético-político do Serviço Social, (neo)Conservadorismo, Marxismo, Hegemonia. Posteriormente, a partir da técnica de estudo bibliométrico (CHUEKE; AMATUCCI, 2015), os dados foram organizados em gráficos e tabelas indicando: universo e amostra da pesquisa; tipo de autoria e as suas respectivas instituições; quantitativo de trabalhos por região do Brasil; tipo de resumo; procedimentos metodológicos; objetivos; tipo de pesquisa; tipo de matriz teórica; palavras-chave e o conteúdo dos artigos. Assim, foi possível identificar o quantitativo de publicações teóricas que trataram sobre o projeto ético-político da profissão, bem como qual a direção teórico-metodológica na produção das mesmas na contemporaneidade. Tendo como base as recomendações de Lima e Miotto (2007) foi elaborado um roteiro de estudo que serviu como instrumento de coleta de dados. O roteiro de estudo (ficha de categorização) foi estruturado da seguinte forma: Tema; Ano de publicação; Tipo de

resumo; Direção metodológica; Palavras-chave; Tipo de pesquisa; Objetivos; Tipo de matriz e Procedimentos metodológicos.

Este trabalho está estruturado em quatro partes, quais sejam: introdução, capítulos I e II, considerações finais. O capítulo I faz um breve resgate do processo histórico do surgimento do Serviço Social brasileiro e do projeto ético-político profissional. No capítulo II apresenta-se os resultados da pesquisa obtidos através do levantamento realizado no site da SciELO acerca da produção do conhecimento do Serviço Social sobre o PEP na contemporaneidade. Nas considerações finais apresenta-se uma análise acerca dos resultados obtidos a partir desta pesquisa.

CAPITULO I

O processo histórico do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: resgate e análise de elementos fundantes da gênese e desenvolvimento da profissão

1.1 Fatores fundantes da gênese e desenvolvimento do Serviço Social brasileiro: uma introdução

Sabe-se que a pobreza, as desigualdades sociais e a exploração do homem pelo homem existem há vários séculos. Encontramos esta realidade nas mais antigas sociedades, como por exemplo: na civilização egípcia, na Grécia antiga, no Império Romano. No entanto, estas características entram numa nova fase a partir do momento em que se constitui o capitalismo e que o mesmo passa do mercantilismo para sua etapa industrial, sendo instituído como sistema político-econômico internacional, alterando o cenário de produção e desenvolvimento econômico em larga escala. Inicialmente esta transição se deu na Inglaterra e posteriormente em outros países, isto é, a burguesia iniciava outro estágio no modo de produção e acumulação capitalista a partir da inserção da tecnologia no processo de produção e reprodução social. Este novo estágio do capital surgiu em meados do século XVIII em meio a um processo de revoluções político-econômicas.

A instituição do capitalismo industrial, oportunizada pela Revolução Industrial, provocou transformações não só no mundo do trabalho, mas em toda organização político-social. A forma de produção de mercadorias, antes artesanal, passou a ser acelerada, produzindo mais mercadorias em menos tempo, pois com o uso das máquinas em larga escala ocorreu a diminuição da quantidade de horas de trabalho necessário, bem como reduziu os custos com mão de obra a partir da substituição do homem pelas máquinas, viabilizando o aumento das taxas de lucro dos capitalistas (SANTOS, 2012, p. 27).

Esta dinâmica do modo de produção e acumulação capitalista acarretou não apenas o avanço tecnológico, mas também em muitas demissões de trabalhadores do setor industrial. Esse fenômeno - ressalte-se que ele não é natural e sim inerente ao modo de produção e reprodução do sistema capitalista - provocou o aumento do quantitativo do “exército industrial de reserva”, isto é, de trabalhadores em plena condição de trabalhar mas “[...] condenados à ociosidade socialmente forçada [...] acirrando a concorrência entre

os trabalhadores - a oferta e a procura - com evidente interferência na regulação dos salários” (IAMAMOTO, 2001, p. 14 apud SANTOS, 2012, p. 27; suprimimos).

A partir da intensificação das formas de exploração surge no início do século XIX um fenômeno denominado de pauperismo. O pauperismo configurou-se como uma intensificação da pobreza, gerando mais miséria e desigualdades sociais em uma proporção nunca vista nas sociedades anteriores. Ressalte-se que este aumento da pobreza não foi e nem é fruto do insucesso da industrialização, uma vez que o sistema capitalista se produz mais que o necessário, diferentemente das sociedades anteriores.

As sociedades pré-capitalistas, as mais remotas e as mais próximas de nós, conheceram e conhecem fenômenos de polarização, pobreza e abundância e fenômenos de desigualdade. O que é novo na sociedade capitalista - o que é radicalmente novo na sociedade capitalista - é o fato de que nela estão dadas as condições e as possibilidades de suprimir as carências materiais da massa da população (NETTO, 2012, p. 92-93).

A partir dos avanços conquistados com o capitalismo, com o domínio da natureza pelo ser humano e o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas, a sociedade passa a vivenciar um novo estágio de aumento da pobreza. Nos termos de Williams et al. (2012, p. 59; suprimimos) “[...] Tratava-se, pois, de uma ‘nova pobreza’, cujos sujeitos, os ‘novos pobres’, eram ‘agentes e vítimas da revolução industrial’ [...]”. Assim, observa-se que houve um aumento expressivo no número de pobres a partir do processo de industrialização, resultando no chamado pauperismo e consequentemente na gênese da “questão social¹⁶” (SANTOS, 2012, p. 28).

A “questão social” não é apenas o conjunto de desigualdades sociais e pobreza, pois como já vimos anteriormente estes fenômenos são anteriores¹⁷ ao capitalismo. Ela é, em sua essência, o produto do modo de produção/exploração capitalista como das lutas da classe trabalhadora a partir do momento que assume a consciência de classe para si. No entanto, faz-se necessário sinalizar que embora tenha ocorrido o aprofundamento da

¹⁶ [...] a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital (SANTOS, 2012, p. 26; suprimimos).

¹⁷ [...] a pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão entre classes, mas se devia, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas que deixavam, por exemplo, a produção agrícola inteiramente vulnerável às pragas que acometiam as plantações ou outras catástrofes naturais, produtoras de longos períodos de fome e epidemias nos países do “velho mundo” (SANTOS, 2012, p. 29; suprimimos).

pobreza em virtude da primeira Revolução Industrial houve também queda nas taxas de mortalidade (SANTOS, 2012).

Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliarmos, 1830 determina um ponto crítico [...]. Ele aparece com igual proeminência na história da industrialização e da urbanização, na história das migrações humanas, tanto sociais quanto geográficas, e ainda na história das artes e da ideologia. [...] 1830 determina uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França. [...] na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental em geral, este ano determina o início daquelas décadas de crise no desenvolvimento da nova sociedade que se concluem com a derrota das revoluções de 1848 e com o gigantesco salto econômico depois de 1851 (HOBSBAWM, 2005, p. 162 apud SANTOS, 2012, p. 31; suprimimos).

A partir do processo de industrialização observa-se que as transformações político-econômicas afetaram significativamente a vida social, gerando fenômenos positivos, como por exemplo, a queda nas taxas de mortalidade - e negativos, estes em maior escala e sem precedentes na história. Esse processo histórico registra o surgimento do pauperismo, da “questão social” e do proletariado na condição de “classe em si” para “classe para si”, evidenciando que as revoluções burguesas mostraram que era possível a revolução social (SANTOS, 2012, p. 38-39).

O histórico de desenvolvimento e transformações¹⁸ do sistema capitalista e os fenômenos gerados a partir dele, e que são inerentes ao modo de produção capitalista, aprofundam-se de forma expressiva, transcendendo os limites das fronteiras, bem como os capitalistas aumentam suas taxas de lucratividade e “conquistam” maior espaço no mercado, eliminando a concorrência a medida em que se estabelece a lógica dos monopólios na economia. Isto é, o sistema capitalista iniciava, nas últimas décadas do século XIX, uma nova fase no modo de produção e acumulação, conhecida como capitalismo monopolista, que sucede a etapa concorrencial até então vigente. Acerca disto Netto e Braz (2012, p. 190; grifos do original) afirmam que:

Ao longo do capitalismo concorrencial a classe capitalista foi se diferenciando em razão do volume de capital nas mãos de cada capitalista - existiam grandes, médios e pequenos capitalistas. A concorrência entre eles, como observamos, era desenfreada e, naturalmente, os grandes

¹⁸ Capital, [...], é *relação social* e as relações sociais são, antes de mais, relações de essência histórica: são mutáveis, transformáveis (NETTO; BRAZ, 2012, p. 182, suprimimos).

capitalistas tinham maiores chances de levar a melhor na luta que todos travavam entre si. Na segunda metade do século XIX, especialmente na consequência da imediata grande crise de 1873, esse quadro será estruturalmente modificado: as tendências do capital que já conhecemos, à concentração e à centralização, confluíram na criação dos modernos **monopólios**.

Assim, no estágio monopolista a concorrência no mercado entre os empresários, de pequeno a grande porte, começa a diminuir ao passo em que os grandes capitalistas passam a competir de forma desproporcional por terem mais recursos. A solução para os pequenos empresários é vender as suas empresas para os grandes capitalistas antes que venham a falência. Desta forma um pequeno grupo de capitalistas passa a dominar¹⁹ o mercado, ditando as regras comerciais, elevando as suas taxas de lucros, ultrapassam as fronteiras nacionais e dominando diversas regiões do globo, bem como alteram o papel dos bancos na economia (NETTO; BRAZ, 2012, p. 190-191).

Este movimento evolutivo do capitalismo é oriundo do “[...] desenvolvimento das forças produtivas, de alterações nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica” (NETTO; BRAZ., 2012, p. 182-183; suprimimos).

O capital industrial, em sua fase monopolística, passa a encontrar em escala mundial e principalmente nos países do chamado “terceiro mundo” ou “subdesenvolvidos”, possibilidades de explorar e lucrar mais gastando menos. Os monopolistas contavam, e ainda contam, com mão de obra mais barata e uma maior oferta da força de trabalho nestes países e com grandes riquezas em recursos naturais/minerais. Mas como se industrializarem sem recursos financeiros próprios? A “solução” para esse problema estava nas mãos do grande capital, qual seja: o capital estrangeiro passou a instalar as suas indústrias nos países do chamado terceiro mundo, como uma das formas de exportar capitais próprias dos monopólios, além de realizar grandes empréstimos aos países com altas taxas de juros.

Ressalte-se que o capitalismo, desde a sua gênese, não é um sistema econômico marcado por um desenvolvimento linear. Ele é constituído por crises, as quais são tantos inerentes a ele, bem como necessárias à sua manutenção (ARAÚJO, 2015). Isto é, todas as

¹⁹ [...] o objetivo da organização monopolista é duplo – obter lucros acima da média [...] e escapar efeitos da tendência à queda da taxa de lucros (NETTO; BRAZ, 2012, p. 201; suprimimos).

crises já ocorridas na história da sociedade capitalista foram geradas nele e a partir dele. São crises de superprodução - o capitalismo produz mercadorias além do necessário, pois o importante para os capitalistas é aumentar os seus lucros, mas boa parte destas mercadorias ficam estocadas, pois parte do proletariado, vitimada pelas crises do capitalismo, fica impossibilitada de adquirir os bens produzidos nas indústrias, uma vez que “[...] o modo de produção capitalista se suporta numa unidade contraditória entre produção, circulação, distribuição e consumo” (ARAÚJO, 2015, p. 3; suprimimos).

O fim da década de 1920 foi marcado por uma grande crise econômica, denominada de “Grande Depressão” ou Crise de 1929. Segundo Singer (2001) tal crise foi a mais longa e profunda até aquele momento na história do capitalismo²⁰. Teve como fator detonador a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, levando a população a não adquirir os produtos fabricados em larga escala, bem como as indústrias passaram a não precisar mais de tanta mão de obra, ao mesmo tempo em que muitas das fábricas faliram, uma vez que não conseguiam vender os seus produtos. A Crise de 1929 afetou diversos países, dentre eles o Brasil.

O Brasil era altamente dependente da exportação da monocultura e todos os demais setores de sua economia eram subsidiários da monocultura do café. No ano de 1929, o mercado internacional registra uma forte queda nos preços internacionais das *commodities*, o que afetou diretamente a economia brasileira. O Brasil possuía uma grande dívida externa, a qual deveria ser paga com as vendas do café. Ressalte-se que o Brasil era o maior exportador de café do mundo e com a queda dos preços no mercado internacional foi adotada uma medida semelhante a que já tinha sido utilizada durante a República Velha. O governo federal, com a finalidade de elevar os preços do produto no mercado internacional, comprou parte dos estoques dos produtores e mandou queimá-la. A crise colocou em xeque a hegemonia da oligarquia cafeeira da República Velha. A Grande

²⁰ No entanto, de acordo com Mészáros (2011, p. 769, grifos do original; suprimimos) a maior e mais profunda crise do capital é a atual, a qual teve início nos anos de 1970 e possui quatro características importantes, quais sejam: “[...] (1) seu caráter universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global, [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro [...]”.

Depressão de 1929 refletiu-se na década de 1930, provocando mudanças²¹ na política e economia internas²².

Como sinalizado parágrafos acima que a gênese da “questão social” se deu a partir da intensificação do pauperismo, ainda na etapa do capitalismo concorrencial, observa-se que os trabalhadores se organizaram embrionariamente e iniciaram diversas manifestações contra as novas condições de vida geradas pela exploração capitalista. Esse movimento de resistência e luta social engendrado pela classe trabalhadora anterior a gênese da “questão social” é espontâneo e carente de lideranças, e “[...] representavam, para as classes dominantes, apenas desordens e ameaças episódicas, pois não chegavam a colocar o sistema social em questão” (SANTOS, 2012, p. 39; suprimimos).

Ao acelerar o seu modelo de produção e acumulação de riquezas o capital monopolista garante também o aumento das desigualdades sociais, ocasionando o aprofundamento da pobreza, gestando, conseqüentemente, novas expressões da chamada “questão social”. As lutas travadas pela organização, *para si*, da classe trabalhadora acerca das novas condições de vida fazem surgir a “questão social”, e o conjunto desta luta já consolidada com as necessidades do capital monopolista exigia a intervenção²³ do Estado²⁴ e das classes dominantes.

O surgimento da “questão social” “[...] começou a ser objeto de preocupação da filantropia da época. A solução encontrada implicava zelar pelos aspectos psicológicos e morais das classes trabalhadoras em face do caráter materialista do capitalismo. [...]” (PIMENTEL, 2012, p. 11-12; suprimimos). Tal preocupação gerada na classe dominante a levou a traçar estratégias que garantissem a hegemonia ideológica burguesa, resultando, desta forma, no surgimento do Serviço Social na Europa (PIMENTEL, 2012).

No Brasil, como resposta à classe trabalhadora que passa a reagir às precárias condições de vida engendradas pelo capitalismo, a classe dominante (Burguesia nacional/internacional, Igreja Católica), no início dos anos 1930, institui o Serviço Social, fundamentado nos mesmos preceitos do Serviço Social europeu e depois do norte-

²¹ De fato, após a Revolução de 1930, incorreram no Brasil as mais diversas manifestações de tipo nacionalista. Assim, o que era extraoficial, diletante ou clandestino, na década dos vinte, passou a ser permitido, estimulado ou mesmo de caráter oficial, após 1930 (IANNI, 1996, p. 70).

²² Um dos reflexos da Crise de 1929 no cenário político-econômico brasileiro foi o fim da chamada política do café com leite.

²³ CF. IAMAMOTO, 1992.

²⁴ [...] o Estado só existe onde existem as contradições de classes e a luta das classes, [...] de tal maneira que o Estado aparece como um órgão de conciliação das classes (LÊNIN, 1918, p. 9; suprimimos).

americano. Isto é, um Serviço Social fundamentado no conservadorismo e assistencialismo. Sobre a instituição do Serviço Social brasileiro, Sader et al. (2017, p. 19; suprimimos) afirmam que: “Parte das escolas de Serviço Social de todo o Brasil foram fundadas sob respaldo das Dioceses ou Arquidioceses e pelas Congregações Religiosas, das quais nove pelas Missionárias de Jesus Crucificado, [...]”. Ou seja, os primeiros cursos de Serviço Social foram fundados e implementados a partir dos conceitos religiosos, que compreendiam as expressões da “questão social” como causas naturais, alheias ao modo de produção capitalista.

Desta forma, observa-se que a prática profissional era norteadada por uma ideologia conservadora, a qual foi inserida no âmbito profissional a partir da gênese do Serviço Social, pois o assistencialismo prestado aos “menos favorecidos” já vinha sendo desenvolvido pelas damas de caridade e foi incorporado quando da gênese do Serviço Social. Isto é, na gênese da profissão, as práticas conservadoras desenvolvidas pela Igreja foram estabelecidas como ferramentas do fazer profissional. Ressalte-se que esta ideologia conservadora é resultado da herança do pensamento conservador neotomista.

O legado conservador do Serviço Social brasileiro é fruto do fato de que a profissão foi demandada pela burguesia e pelo Estado, mas inicialmente criada a partir da iniciativa de grupos ligados à Igreja Católica, os quais tinham um pensamento limitado e conservador de acordo com os valores e princípios apostolados que direcionavam o fazer profissional a partir de um caráter doutrinário, pois “[...]. Para a Igreja, “questão social”, antes de ser econômico-política, é uma *questão moral e religiosa*. [...]” (IAMAMOTO, 1992a, p. 18; grifos do original; suprimimos).

Desta forma, o processo histórico do Serviço Social brasileiro vai apontar, nos anos iniciais da profissão, que as intervenções seriam desenvolvidas por mulheres, recrutadas nas camadas da alta sociedade e que tais intervenções não se diferenciavam das ações filantrópicas e caritativas que a Igreja desenvolvia antes, o que “[...] se poderia considerar como sendo as *protoformas* do Serviço Social no Brasil. [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p. 142; grifos do original; suprimimos). As ações desenvolvidas estavam a serviço da ordem liberal-burguesa, intensificando o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que a “questão social” não era encarada como reflexo da contradição entre o capital e o trabalho e sim como um fator natural; a religião explicava as desigualdades sociais como algo advindo da vontade divina. A “questão social”,

anteriormente, era tratada como caso de polícia: o Estado, na República Velha (1889-1930) usava a violência e repressão policial como medida para conter os movimentos sociais e a classe trabalhadora, a fim de garantir a manutenção/desenvolvimento/acumulação capitalista.

O sistema capitalista tem em sua essência a compra e a exploração da força de trabalho como mais uma mercadoria que gera/produz não somente outras mercadorias, mas mais valor do que aquele originalmente investido, resultando no que Marx denominou de “**mais-valia**”, a qual ocorre em dois momentos, quais sejam: na produção de mercadorias e na realização de distribuição/consumo das mesmas. Foi nessa dinâmica perversa do modo de produção capitalista que a profissão de Serviço Social surgiu. Ou seja, é correto afirmar que o Serviço Social é um produto do modo de produção capitalista (LIMA, 1975 apud NETTO, 2011).

Historicamente o Serviço Social brasileiro está vinculado as estratégias da classe dominante, a qual se viu pressionada pelos desdobramentos de mais uma das crises do sistema capitalista em escala mundial. Esse momento de crise possibilitou a organização política das classes subalternas contra a lógica do sistema em questão (BARROCO, 2006). O desenvolvimento da profissão no Brasil é registrado por fatos que merecem destaques, quais sejam: a) lutas internas – travadas por um grupo de assistentes sociais influenciado por profissionais de outros países latino-americanos, onde o Movimento de Reconceituação do Serviço Social já vinha ocorrendo, ao questionarem os princípios conservadores presentes na profissão; b) lutas externas - os movimentos e lutas sociais travadas por outros sujeitos políticos organizados que também lutavam contra o regime militar e buscavam a democratização do país.

A trajetória da profissão é marcada, também, pelas reformulações dos Códigos²⁵ de Ética Profissional de 1947, 1965, 1975, 1986, resultando no atual de 1993. As modificações ocorreram em virtude do caráter conservador dos Códigos de Ética (CE) supramencionados. O primeiro Código Profissional (1947) era inspirado pela filosofia neotomista, saturado de valores cristãos – o Código em questão era permeado por princípios que orientavam a formação e o fazer profissional sob uma postura moralista, sem exigir do/a profissional uma intervenção a partir da realidade social posta. Em sua

²⁵ Os Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro, exceto os de 1986 e o de 1993, eram fundamentados inicialmente no Neotomismo, depois na Fenomenologia e logo mais no transcorrer de sua trajetória no Positivismo. Essas três correntes filosóficas marcaram, de forma significativa, a história da profissão.

introdução preconiza que: “A observância dos princípios da Deontologia do Serviço Social exige, da parte do/a assistente social, uma segura formação em todos os ramos da Moral” (BRASIL, 1947). Em 1965 a profissão estabelece um “novo” Código de Ética com regulamentação jurídica da profissão. No entanto, o Serviço Social brasileiro continuava fundamentado nas bases do pensamento neotomista e positivista (o homem continuava sob a visão de ser abstrato e o amor ao próximo, a solidariedade, etc., continuavam como valores da profissão) o que culminou em mais uma reformulação no código da profissão, o CE de 1975.

O Código de Ética de 1975 teve origem após a realização dos Seminários de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970). A ideia desses seminários era a de elaborar uma teoria do Serviço Social - apontar os seus objetivos e suas funções. No Seminário de Teresópolis a categoria profissional deu ênfase ao debate sobre os “Fundamentos da Metodologia do Serviço Social”. Partindo desta perspectiva, o Código de 1975 apresentava um pequeno avanço para a profissão. Porém, Netto (2008) afirma que os seus princípios e postulados procedem abertamente do neotomismo, ou seja, uma reatualização do conservadorismo profissional.

Como resultado desta herança neotomista no Código de 1975 emergiu no interior da categoria profissional, em maior evidência dentro das universidades, a partir da criação dos cursos de pós-graduação²⁶ em Serviço Social, insatisfações e questionamentos dos/as assistentes sociais que, afirmando que o CE já não atendia às demandas da época e consequentemente surgiam os questionamentos quanto ao Serviço Social Tradicional. Ressalte-se que esse movimento de questionamentos por parte da categoria profissional pode ser explicado a partir da influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano²⁷, passando a se aproximar da teoria social marxista, o que

²⁶ De acordo com Guerra (2011), a criação dos cursos de pós-graduação no Brasil teve início ainda na década de 1930, mas não no Serviço Social. Foi a partir da década de 1960, como o regime militar, que a pós-graduação ganhou maior evidência e a mesma tinha como base o modelo norte-americano, bem como um caráter conservador.

²⁷ Integrado no sistema universitário em todos os níveis (graduação e pós-graduação), nos anos oitenta o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituía a partir do espírito próprio da Reconceituação. Não se tratou de uma simples continuidade das ideias reconceitualizadoras, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior; antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceituação – por isso, é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como herdeiro do espírito da Reconceituação: **comprometido com os interesses da massa da população**, preocupado com a qualidade acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na investigação (NETTO, 2005, p. 82, grifamos).

resultou em posicionamentos teóricos distintos (NETTO, 2008). A teoria marxista se colocava, e ainda se coloca, como a mais adequada à profissão, tanto no âmbito da formação acadêmica quanto no fazer profissional.

Durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo (1979), conhecido como **Congresso da Virada**²⁸, os profissionais iniciaram uma discussão acerca do CE de 1975, reafirmando que ele era insuficiente para a intervenção profissional. De acordo com Guerra (2009, p. 4; suprimimos) o Congresso da Virada:

[...] constitui-se no mais importante marco sócio-histórico e político do Serviço Social brasileiro, a partir do qual a categorial, dinamizada pelas lutas da classe trabalhadora, ao enfrentar a hegemonia do conservadorismo, inicia a construção de um projeto profissional de ruptura. [...] este Congresso tanto carrega as marcas dos avanços e conquistas sócio-profissionais, quanto nos permite (re) avalia-los e, ainda, dimensionar os desafios atuais. Afinal, conhecer os caminhos da “Virada”, e examina-los com maior exatidão possível, certamente nos ajudará a clarificar os novos dilemas e dimensionar as questões contemporâneas.

Como bem destacou a autora, faz-se necessário que a categoria profissional se aproprie cada vez mais desse marco histórico a fim de refletir acerca dos avanços e tensionamentos existentes na contemporaneidade. Após o Congresso da Virada, no ano de 1982²⁹, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) realiza a reforma curricular do curso de Serviço Social, estabelecendo um novo currículo que almejou quebrar com o tradicionalismo na formação profissional. Vale ressaltar que o Movimento

²⁸ A importância do Congresso da Virada para o Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) se deve a dois fatores principais: primeiro as possibilidades que trouxe ao abrir as portas às articulações entre as entidades profissionais e as entidades estudantis do Serviço Social; segundo a indiscutível influência teórico-política que exerceu nos rumos do movimento estudantil de Serviço Social (BRAZ, 2009, informação verbal).

²⁹ Os profissionais de Serviço Social, através do acúmulo de discussões travadas desde meados da década de 1950, colocaram uma série de questionamentos acerca da prática profissional, ou seja, "para que e para quem" o Serviço Social está "a serviço". [...]. Este movimento trouxe para o centro de debate as inquietações e insatisfações quanto ao Serviço Social tradicional a partir de uma ampla revisão teórica, metodológica, operativa e política, fornecendo as bases para, no final da década de 1970, ser iniciado um processo de discussão acerca da necessidade de realizar uma revisão curricular dos cursos de Serviço Social, que ocupasse um espaço de destaque nos debates entre docentes, discentes, profissionais e de suas entidades representativas. Este debate culminou na formação da proposta curricular no ano de 1982 que trouxe uma nova perspectiva para se pensar a formação e a prática profissional, buscando romper com o lastro conservador da profissão e com a vinculação com a ideologia dominante, incorporando a tradição marxista e direcionando sua ação de acordo com os interesses dos usuários (CASTRO; TOLEDO, [s.d.], p. 3; suprimimos).

Estudantil em Serviço Social (MESS³⁰) teve participação no processo histórico de renovação profissional. A proposta do novo currículo era fazer avançar a formação em Serviço Social em novas bases teórico-metodológicas. Para isso se apropriavam do marxismo e o traziam para o interior da formação. Esse processo de reformulação na formação curricular dos cursos de Serviço Social contribuiu para que em maio de 1986, logo após o fim da ditadura militar brasileira, houvesse uma nova reformulação no Código de Ética profissional, emergindo um CE com fundamentação teórica a partir da filosofia³¹ marxista.

O CE de 1986, mais o currículo de 1982 e ainda a transformação na direção política da categoria e no movimento estudantil deram ao Serviço Social uma “**nova roupagem**”. A profissão iniciava o processo de tentativa de rompimento com as suas características acríticas e a-históricas, passando a adotar a teoria social de Marx como base teórico-metodológica e ético-política. Entretanto, é preciso ressaltar que a aproximação do Serviço Social brasileiro à teoria social marxista foi impregnada de equívocos. Todavia, tal fato não impossibilitou o avanço da profissão no aprofundamento da perspectiva teórica.

A conjuntura político-econômica do Brasil à época, influenciada e determinada pelo capital estrangeiro, provocara diversas transformações na história do desenvolvimento econômico brasileiro. A mundialização³² financeira do capitalismo e seu novo modelo de acumulação, o **toyotismo e acumulação flexível**³³ intensificam as precárias condições de vida da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que elevam as taxas de lucratividade da classe dominante.

Este processo de desenvolvimento econômico, desigual e combinado, levou alguns segmentos da classe trabalhadora, dos demais movimentos sociais e do movimento estudantil³⁴, protagonizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre os quais

³⁰ O MESS não começa no final dos anos 1970, quando se deu a sua rearticulação. Vários registros históricos existentes remontam que a militância político-estudantil na profissão é anterior ao período da ditadura burguesa (BRAZ, 2009, informação verbal).

³¹ [...], a filosofia de Marx [...] é uma filosofia militante, comprometida com um projeto de transformação revolucionária da realidade social; é uma filosofia de luta (KONDER, 1988, p. 19; suprimimos).

³² CF. CHESNAIS, 1996, para melhor compreender o processo de mundialização do capital e valorização.

³³ Para romper com aquela *rigidez*, parte-se para um modelo de produção baseado na chamada **acumulação flexível**, que engendra um processo de incremento tecnológico com base na microeletrônica e na robótica, processo ao qual alguns autores têm dado a designação de Terceira Revolução Industrial, como é o caso de Mattoso (1995), já que se dá uma ruptura do paradigma industrial e tecnológico anterior e a emergência de um novo padrão produtivo e organizacional (ARAÚJO, 2008, p. 50; grifos do original).

³⁴ O coro reivindicatório era entoado também pelo movimento estudantil. A década de 1960 se iniciara com a reforma educacional na ordem do dia. De 1959 a 1960, o número de alunos matriculados no ensino superior

parte da categoria profissional de assistentes sociais e também o MESS estiveram presentes, a se colocarem numa posição de reflexões, questionamentos e enfrentamento a realidade econômica³⁵ e social brasileira. Uma fração da categoria profissional de assistente social passou a refletir e debater sobre o código de 1986, no início dos anos 1990, inserindo o debate ético nos eventos nacionais³⁶.

Diante do contexto do período em questão, os/as profissionais viam a necessidade de reformular o CE a fim de atender as demandas postas ao fazer profissional dos/as assistentes sociais, e como resultado emergiu o novo Código de Ética de 1993, o qual está alicerçado em princípios fundamentais, como por exemplo: “[...] Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; [...]” (BRASIL, 2011, p. 23; suprimimos). Quanto à forma organizativa do atual documento, Barroco e Terra (2012, p. 53; grifamos) afirmam:

O CE se organiza em torno de um conjunto de *princípios, deveres, direitos e proibições* que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história.

Observa-se que o fazer profissional deve ser norteado em consonância com o que preconiza o CE da profissão. Ou seja, espera-se que as intervenções dos/as profissionais garantam o que preconiza tal documento, objetivando a viabilização dos princípios fundamentais e constituintes do CE em sua totalidade, a fim de garantir a chamada materialização do projeto ético-político. Outro ponto de grande valia e que merece

crescera mais de 150% - de 37.584 para 93.002. Depois de intensa discussão, o Congresso aprovava, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que obrigava o Estado a assumir os encargos do sistema de ensino público. [...]. O cardápio de lutas da UNE incluía itens como a reforma universitária e educacional, limitações ao capital estrangeiro, combate ao imperialismo, política externa independente, indisfarçável simpatia por Cuba, reforma agrária, efetiva participação dos trabalhadores nas decisões do poder público (MORAES, 2011, p. 49-50; suprimimos).

³⁵ Na passagem dos anos 70 para os anos 80 do século XX, fracassadas as tentativas anticíclicas keynesianas, com seu sistema “fazendo água por todos os lados”, **o capital entra em ofensiva**, e procura revolucionar seu modelo de acumulação através de transformações na organização, na gestão e no controle da produção. De certa maneira, dá-se o esgotamento do modelo de organização fordista-keynesiano, em nome da construção de rearranjos de flexibilização nos processos de trabalho, nas técnicas de gestão da produção e nos produtos e padrões de consumo (ARAÚJO, 2008, p. 49, grifos do original).

³⁶ CF. NETTO, 2008, para melhor compreender o cenário político-econômico brasileiro e os seus desdobramentos a partir do processo de industrialização da economia nacional e do Golpe de 1964.

destaque no processo de renovação do Serviço Social brasileiro é a instituição das Diretrizes Curriculares³⁷ da ABEPSS.

A partir do breve contexto histórico exposto, observa-se que o Serviço Social brasileiro é uma profissão, como tantas, cujo processo de instauração e desenvolvimento não aconteceu de forma linear. Desde a sua gênese a trajetória sócio-histórica passa a ser pontuada por características complexas que nem sempre são apreendidas e compreendidas dentro da própria categoria, na qual há apreensões divergentes quanto ao seu processo de transformação e atuação profissional.

Ao aventar sobre a gênese da profissão, Montañó (2009, p. 26-27; grifos do original) diz que para dialogar quanto à constituição do Serviço Social é necessário discutir e compreender duas teses: a perspectiva endogenista e a histórico-crítica, e que sem tal compreensão não se pode discutir o processo sócio-histórico da profissão. No tocante à tese endogenista ele situa:

[...]. Efetivamente, as análises desses autores quanto à natureza do Serviço Social (mesmo que diferente quando tratam a sociedade no seu conjunto e seu posicionamento perante a realidade) não consideram o real (a história da sociedade) como o fundamento e causalidades da gênese e desenvolvimento profissional, apenas situando etapas do Serviço Social em contextos históricos. Nesse sentido, as diferenças entre eles, tão marcantes em se tratando do social, desaparecem quando tratam a profissão a partir de si mesma. Têm, por isso, uma *perspectiva endógena*, onde o tratamento teórico confere ao Serviço Social uma autonomia histórica com respeito à sociedade, às classes e às lutas sociais.

Pode-se afirmar que a gênese do Serviço Social está ligada a dinâmica do sistema capitalista em seu estágio monopólico e não ao processo evolutivo da caridade explicado pela perspectiva endogenista. Isto é, o surgimento da profissão se explica a partir da perspectiva histórico-crítica, a qual entende a gênese da profissão como:

³⁷ As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora. [...]. A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. [...]. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 apontam para uma nova lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional. 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, [s.d.], [s.p.]; suprimimos).

[...] um produto da síntese dos *projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração da classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social”*. Nesta perspectiva, [...] a profissão é compreendida, [...], como um “produto histórico”, e não como um desenvolvimento interno das formas de ajuda, descontextualizada ou apenas, no melhor dos casos, inserida numa realidade social; ela é produto e reprodutora das relações sociais (MONTAÑO, 2009, p. 30-31; grifos do original, suprimimos).

Assim, a base da gênese da profissão está ligada, necessariamente, à dinâmica da ordem monopólica, a necessidade da burguesia³⁸ nacional/internacional e do Estado em darem respostas as refrações da “questão social” através das políticas sociais (IAMAMOTO, 1992b). Esse processo de intensificação da “questão social” é contínuo com o desenvolvimento do capital. Porém, as classes dominantes não buscaram intervir nas sequelas da “questão social” com o objetivo de superá-las a fim de melhorar a qualidade de vida dos proletários³⁹ e sim de minimizá-las, visando atender aos seus próprios interesses (MARX; ENGELS, [s.d.]), e como consequências deste movimento intensificavam-se as insatisfações das classes subalternas que já vinham fazendo o enfrentamento às ações repressivas da classe dominante, mostrando que podiam construir uma outra opção de sociabilidade. De acordo com Iamamoto e Carvalho (1988, p. 19; suprimimos), o Serviço Social:

[...] surge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade, instrumento esse que deve modificar-se, constantemente, em função das características diferenciadas da luta de classes e/ou das formas como são percebidas as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo [...]. Face ao crescimento da miséria relativa de contingentes importantes da classe trabalhadora urbana, o Serviço Social aparece como uma das alternativas às ações caritativas tradicionais, dispersas e sem solução de continuidade, a partir da busca de uma nova “racionalidade” no enfrentamento da questão social [...].

³⁸ Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado (MARX; ENGELS, [s.d.], p. 21).

³⁹ Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir (MARX; ENGELS, [s.d.], p. 21).

Faz-se necessário apreender como uma profissão que surge no seio da Igreja Católica tem hoje em sua fundamentação teórico-metodológica uma ligação com o materialismo histórico dialético do filósofo alemão Marx. Yazbek (2009) discorre sobre a intrínseca relação entre o Serviço Social e a Igreja Católica, trazendo elementos sobre o seu surgimento e desenvolvimento em meio a expansão capitalista. O Serviço Social, em sua gênese, buscou fundamentos, metodologias, explicações nos serviços prestados/desenvolvidos pela igreja católica e assim a ação profissional era pautada a partir de seu projeto social. Barroco (2006) destaca que as sequelas da “questão social” deixam de ser vistas como “disfunção social” e tornam-se objeto de intervenção do Estado ainda na década de 1930⁴⁰. Desta forma, a profissão passava a estar ligada⁴¹ ao Estado e em defesa dos interesses da classe dominante. Diante desse contexto, para Barroco (2006, p. 77; grifos do original) a moral funciona como aparelho ideológico do consenso e harmonia:

Na medida em que a “harmonia” funda uma justificação para a “superação” dos “conflitos” sociais, a persuasão na direção de uma aceitação da ordem social dada emerge como instrumento da coesão social; para tal, parte-se da ideia de que o altruísmo contribui para que os interesses particulares sejam subordinados ao progresso e a estabilidade sociais.

A atuação do pensamento positivista⁴² no desenvolvimento das ações/intervenções dos/as assistentes sociais continuava com um caráter conservador, como acontecia nos primeiros anos da profissão a qual era fundamentada pelo neotomismo⁴³. Pode-se afirmar, quanto à perspectiva de ação do Estado através do discurso da harmonia e do consenso rumo à superação dos conflitos sociais existentes da época que “[...] O Estado consiste, ainda, em ‘todo complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos

⁴⁰ CF. IANNI, 1996, para melhor compreender o cenário político-econômico brasileiro entre os anos de 1930 a 1945.

⁴¹ O Serviço Social vincula-se às demandas sócio-históricas que incidem sobre o enfrentamento das sequelas da “questão social”, por parte do Estado e das classes dominantes, no contexto do capitalismo monopolista (BARROCO, 2006, p. 73).

⁴² [...] é uma filosofia determinista que professa, de um lado, o experimentalismo sistemático e, de outro, considera anticientífico todo estudo das causas finais. Assim, admite que o espírito humano é capaz de atingir verdades positivas ou da ordem experimental, mas não resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação e pela experiência (JÚNIOR, [s.d.], p. 9, suprimimos).

⁴³ O neotomismo é a tentativa de ressurgir a filosofia tomista do filósofo São Tomás de Aquino. É fundamentado em dois princípios: o da dignidade da pessoa humana e o do bem comum. Foi com base nessa ideologia que o Serviço Social brasileiro iniciou o ensino nas Escolas de Serviço Social a partir de sua gênese na década de 1930. CF. BARROCO, 2006.

governados’ [...]” (GRAMSCI, 2000a, p. 331 apud SIMIONATTO, 2009, p. 42; suprimimos). A partir da reflexão que faz a autora, entende-se que o Estado desenvolve ações que enfraquecem a autonomia da classe trabalhadora, pois utiliza-se de um “saber” desmobilizador, cuja intenção é a fragmentação social da classe trabalhadora, evitando que a “ordem” seja colocada em xeque.

O conservadorismo é constituinte e constitutivo do Serviço Social desde a sua gênese, o qual começou a ser questionado a partir do momento em que alguns profissionais passaram a ser influenciados pelo Movimento de Reconceituação latino-americano, bem como se engajaram nessa luta que questionava as práticas conservadoras da profissão. Ressalte-se que tal processo reflexivo e questionador por parte de uma fração da categoria profissional se deu em virtude da realidade econômico-social da América Latina, especificamente, e de outras partes do mundo. Toda a contestação dos anos 1960 (movimento hippie; a Revolução cubana; o movimento pelos direitos civis dos norte-americanos; o movimento estudantil; o feminismo; os movimentos de libertação nacional africanos, etc.) atingiu todas as categorias profissionais. Sobre tal movimento de questionamentos do conservadorismo profissional Guerra (2011, p. 131-132; suprimimos) diz que:

[...]. É no contexto do movimento de reconceituação latino-americano, como marco questionador do conservadorismo profissional e das influências estrangeiras no Serviço Social latino-americano, que se estabelecem as bases para uma interlocução com as ciências sociais. Este movimento questionador da suposta subalternidade profissional e do significado social da profissão desencadeia preocupação com a qualificação profissional e com a pesquisa. [...]. No Brasil, com a inserção da profissão nos circuitos acadêmicos e a criação das pós-graduações surge um tipo de produção teórica que questiona antigos paradigmas tais como: o Serviço Social como ramo do saber, a existência de objeto e método próprios, o endogenismo, a suposta neutralidade e assepsia dos conhecimentos/ procedimentos técnicos. Para além do seu papel de formar a massa crítica da profissão, sem dúvida que os recém-criados cursos de pós-graduação na década de 70 do século passado exercem papel fundamental no que se refere a proporcionar a articulação política de um importante segmento da categoria (composto por uma vanguarda, muitos destes sujeitos também dirigentes das entidades à época) que, para qualificar sua atuação política, passa a exigir uma apropriação das matrizes clássicas do conhecimento e o estabelecimento do diálogo com outras áreas de produção do conhecimento.

Assim, é possível compreender que a renovação profissional é fruto de lutas e avanços internos e externos ao Serviço Social brasileiro. Isto é, o amadurecimento político-teórico da profissão está ligado diretamente à proximidade e envolvimento da categoria profissional, bem como do MESS, com demais categorias e os movimentos sociais e sindicais. O processo de **Renovação Crítica do Serviço Social** brasileiro se desenvolveu a partir do final dos anos de 1970, sob a influência do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social latino-americano. É a partir deste momento que o Serviço Social começa a sofrer alterações em suas bases teórico-metodológicas, trilhando novos caminhos. Netto (2005, p. 9; suprimimos) diz que a gênese da renovação é fruto das expressões da “questão social” e que em virtude das novas realidades regionais e nacionais que os profissionais se indagam acerca da realidade posta e buscam adequar os posicionamentos profissionais:

[...] dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social.

O amadurecimento e o processo de renovação teórico-metodológico do Serviço Social são anteriores ao período do regime militar e vem sendo fortalecido a partir do início dos anos 1990 com a criação da Lei 8.662/93 que Regulamenta a Profissão, reformulação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, assim como a vasta produção teórica do Serviço Social fundamentada na teoria social de Marx. Porém, vale ressaltar que em meio ao processo de amadurecimento teórico e de renovação profissional, evidencia-se também um regresso na trajetória do Serviço Social brasileiro.

Diante deste breve esboço introdutório acerca do surgimento do Serviço Social brasileiro com viés puramente conservador em sua gênese, bem como do seu desenvolvimento histórico-político que direcionou a profissão a instituir um projeto profissional hegemônico e alicerçado na teoria marxista no que diz respeito às entidades representativas, as produções teóricas e a formação profissional, faz-se necessário discutir a hegemonia do atual PEP, como também a sua possível crise hegemônica.

O conceito de hegemonia é compreendido como sendo a direção ideológica de uma classe social sobre a outra. A classe dominante precisa criar elos a fim de obter o

consenso passivo das classes subalternizadas. Durante o processo de análise acerca do conceito hegemonia, percebe-se que para a sua compreensão se faz necessário compreender um segundo, qual seja: “Estado ampliado⁴⁴”. Gramsci aduz que não existe oposição entre Estado e sociedade civil, tendo em vista que a sociedade civil é duplo espaço de luta entre as classes, e afirma também que o poder de convencimento/consenso presente no Estado ampliado não elimina a coerção.

1.2 Hegemonia e possível crise hegemonia do PEP na contemporaneidade

Embora a profissão tenha avançado numa direção contrária à da ordem da sociedade burguesa/capitalista, encampando a luta junto à classe trabalhadora na defesa dos direitos sociais – tais direitos foram conquistados, em sua grande maioria, em conjunturas adversas em virtude das pressões feitas pelos movimentos sociais e trabalhistas ao longo dos últimos séculos –, observa-se que a discussão quanto a hegemonia do projeto ético-político tem aumentado.

Na construção e sociabilização de conhecimentos específicos no âmbito do Serviço Social brasileiro há na atualidade o debate sobre a possível crise hegemonia no PEP. Os desafios postos ao projeto ético-político-profissional do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade são frutos, como também no passado histórico da profissão, tanto de fatores externos como internos a categoria profissional. No entanto, faz-se necessário destacarmos que na atualidade observa-se o crescente número de profissionais com perfis neoconservadores, adeptos a correntes filosóficas neoconservadoras/pós-modernas e que não têm posicionamentos contrários ao ideário neoliberal, como é o caso do grupo denominado Serviço Social Libertário⁴⁵.

⁴⁴ [...] esse Estado seria composto por uma sociedade civil e uma sociedade política, que compõem a superestrutura e uma sociedade econômica, que representa a estrutura. Essas três esferas, dialeticamente articuladas, comporiam a totalidade social. A sociedade civil se enquadraria entre o Estado e a sociedade econômica. Nessa articulação “o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (GRAMSCI, [s.d.], apud CORREIA, 2005, p. 6; suprimimos). Ao consideramos a noção delineada por Gramsci (2000, p. 244), temos que “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (SANTOS, 2012, p. 3-4).

⁴⁵ O grupo teve início em uma página do Facebook no ano de 2016. É constituído por alunos/as e profissionais que se dizem contrários/as a teoria social marxista, afirmando que há equívocos no método de análise de Marx. O Slogan do grupo na página do Facebook é: **“Sou Assistente Social e não defendo Projeto Ético-Político Classista, com Orientação Societária Comunista – Serviço Social Livre”**. Em sua

O pensamento pós-moderno⁴⁶ indica a necessidade de superar o que é moderno. Quando a burguesia propôs a superação ao sistema feudal, ela estava fazendo o discurso de uma revolução que levasse a humanidade a um estágio de vida superior ao daquela época e pregava a **liberdade, igualdade e fraternidade** para todos. Porém, quando seu ideário de modernidade/sociabilidade deixa de ser útil para a classe dominante e o seu projeto societário passa a ser ameaçado o capitalismo/burguesia aponta para outro rumo, a fim de se manter no poder e apagar as suas contradições históricas. Sobre isto, J. Santos (2007, p. 34; grifos do original; suprimimos) diz:

[...] O que a burguesia tenta apagar são as contradições inerentes ao ideário moderno, cujo potencial dialético está prenhe de possibilidades, de movimentos e negatividades. [...]. Esse é o temor que passa a rondar a classe dominante: o desenvolvimento de sua sociedade representa, contraditoriamente, o desenvolvimento de forças capazes de enterrá-la.

Uma das estratégias adotadas pela burguesia foi o empobrecimento da razão dialética, uma vez que a filosofia marxiana direcionava os trabalhadores numa direção contrária a ideologia burguesa. “[...]. Essa estratégia está sendo reeditada na atualidade em nome da superação da crise do capitalismo. [...]” (J. SANTOS, 2007, p. 35; suprimimos). O atual PEP⁴⁷ do Serviço Social brasileiro foi construído no contexto histórico de transição político-econômica entre as décadas 1980 a 1990, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, renunciando ao tradicionalismo profissional presente na profissão desde a sua gênese, verificando-se a sua maturação a partir de 1993, quando se instituiu a Lei de Regulamentação profissional e reformulação das Diretrizes Curriculares de 1996.

página do Facebook (<https://www.facebook.com/servicosocialibertario/posts/548535625490651/>), o grupo afirma ser necessário trazer para o universo do Serviço Social o pensamento liberal que fundamenta a Escola Austríaca de Economia, bem como afirma que o atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro direciona a sociedade brasileira rumo a “ditadura do proletariado”. Tal grupo tem como fundamentação teórica as **“23 Teses Pela Reforma do Serviço Social brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante”** do professor Drº. Edson Marques Oliveira da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

⁴⁶ O pensamento pós-moderno, com sua defesa de um pluralismo de jogos de linguem que impossibilita ir além de consensos locais e temporais, não permite dispor de critério algum para discernir as injustiças sociais. Nos deixa a mercê do *status quo*, encerrados no existente e sem possibilidades de uma crítica sócio-política racional. Tal pensamento, ainda que se proponha o contrário, termina não oferecendo apoio à democracia e sendo um apoio às injustiças vigentes. Merece, portanto, ser denominado conservador ou neoconservador ou, ao menos, ser suspeito de realizar tais funções (MARDONES, 1994, p. 38 apud SANTOS, 2007, p. 42).

⁴⁷ O projeto profissional do Serviço Social brasileiro produziu e, ao mesmo tempo, foi produto das conquistas históricas que o Serviço Social teve, a partir do final da década de 1970, [...] (RAMOS, 2009, p. 1; suprimimos).

Segundo Netto (1999, p. 4), cada projeto profissional tem sua autoimagem e particularidades:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Coadunando com Netto, ao dizer que os projetos profissionais têm sua autoimagem, o PEP do Serviço Social brasileiro tem suas particularidades, como por exemplo: ser “[...] vinculado a um projeto social radicalmente democrático, que redimensionou a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora” (BRASIL, 2011, p. 20; suprimimos).

Na atualidade autores de grande acuidade para a profissão, como por exemplo Netto (2007), Braz (2007), Ramos (2009) e Barroco (2009) vem travando um debate sobre o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. O debate está voltado para a importância, o significado, a hegemonia e uma possível crise de hegemonia do PEP. Observa-se que a discussão sobre a temática é recente e que precisa ser mais aprofundada. Ramos (2009, p. 2) ressalta que “No debate atual sobre o projeto da profissão do Serviço Social brasileiro uma questão assume relevo: a discussão sobre a sua suposta crise de hegemonia”. Como não se trata de um debate consensual, passaremos nos parágrafos seguintes a discorrer sobre as teses dos autores que afirmam que o PEP, apesar de enfrentar dificuldades em seu processo de materialização na contemporaneidade, não apresenta uma crise de hegemonia e depois relacionaremos autores que se colocam em uma posição contrária.

Embora o Serviço Social brasileiro, na contemporaneidade, venha se deparando com barreiras semelhantes às anteriores, faz-se necessário ressaltar que tais barreiras são diferentes das que a profissão e a sociedade brasileira enfrentaram no passado ainda recente⁴⁸. Porém, para Ramos (2009, p. 3), mesmo diante da atual conjuntura, a profissão,

⁴⁸ CF. J. SANTOS, 2007.

tanto no âmbito acadêmico como nos espaços sócio-ocupacionais nas entidades representativas, tem avançado:

Identificamos, no âmbito do projeto ético-político-profissional, segmentos tanto na direção das entidades quanto na base da categoria profissional que não sucumbiram às estratégias de passivização e, neste sentido, o debate crítico no âmbito do projeto segue com inspiração anticapitalista, mas contempla, também, os segmentos profissionais que atuam na defesa dos direitos e da presença do Estado na resposta às expressões da questão social, sem necessariamente se identificarem com um projeto de esquerda anticapitalista, aliás nos parece que esses últimos segmentos são mais expressivos no âmbito do projeto, historicamente.

Para Ramos (2009, p. 4), a materialização do projeto profissional do Serviço Social tem acontecido com dificuldades em virtude do capitalismo contemporâneo. Ela afirma que:

Não há dúvidas que o capitalismo contemporâneo, em sua fase destrutiva, atua com forma brutal em seus projetos de contrarreforma, mas consideramos mais necessário, agora, utilizar nossa inteligência e capacidade de mobilização para encontrar, conjuntamente com outros sujeitos individuais e coletivos, estratégias com potencial para colocar freios nesse processo, na perspectiva de que possamos manter a hegemonia do projeto profissional, mesmo em um contexto adverso. É isso que estamos fazendo desde o início da década de 1990, com a implementação do neoliberalismo no Brasil, a partir do governo Collor, já extremamente adversa às conquistas do trabalho e, portanto, desfavorável a materialização do nosso projeto ético-político profissional.

Segundo Ramos (2009), mesmo havendo elementos que dificultam a materialização do projeto ético-político não se identifica, de fato, elementos que caracterizam uma crise de hegemonia no PEP, mas que isso não exclui a realidade de que o PEP vem sofrendo tensionamentos. Isto é, a partir do momento em que se observa uma tendência de reatualização neoconservadora profissional é possível afirmar que o projeto da profissão do Serviço Social está em disputa político-teórica, mas que isso não configura uma crise de hegemonia, como afirmado por alguns autores que o fosse a partir da década de 1990. No entanto, Ramos (2009, p. 6; suprimimos) sustenta a afirmativa de que não há uma crise no projeto profissional:

[...] não temos, na conjuntura atual, elementos concretos para defender que exista uma crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, pois nas três esferas que o constitui, não há indicativos

para tal. Na esfera da produção do conhecimento, notamos que a predominância da teoria social crítica, nas nossas produções, permanece. No âmbito dos nossos instrumentos normativos, também, não temos elementos para falar em crise de hegemonia do projeto profissional, porque não aconteceram, em nenhum dos nossos marcos legais ou instrumentos normativos – código de ética, lei de regulamentação e diretrizes curriculares – mudanças regressivas. [...]. E, no âmbito da organização política, ainda mantemos, na multiplicidade das entidades representativas nacionais – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) –, uma direção política de reforço a este projeto [...].

Se observa no presente um grande esforço nas entidades representativas para a viabilização do projeto profissional, o que tem contribuído, a meu ver, para o amadurecimento e avanço da profissão, viabilizando no campo da produção do conhecimento hegemonia quanto a teoria social crítica que aponta para superação do projeto de sociedade capitalista. Porém, não diferente do que acontecera anos atrás, a burguesia tem buscado estratégias para manter seu projeto societário, como destaca Santos (2007) ao dizer que a burguesia está reeditando o seu projeto de sociedade por meio da pós-modernidade/neoconservadorismo. Por outro lado, grande parte da categoria profissional, tanto no meio acadêmico como na base da profissão, tem buscado novas estratégias em defesa do PEP, o que aponta para uma disputa pela hegemonia profissional fundamentada na perspectiva social crítica.

Braz (2007), ao discutir sobre a temática de uma possível crise no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, bem como se ele goza ou não de hegemonia, faz uma reflexão acerca do tema considerando o período histórico em que o PEP foi sendo construído/aprimorado e em seguida discorre se apoiando na atual conjuntura política. Para Braz (2009, p. 5; suprimimos) “[...] é muito polêmica a afirmação de que o projeto ético-político que se construiu a partir do final dos anos 1970 goza de hegemonia no Serviço Social brasileiro”. O autor faz tal afirmação considerando a política econômica neoliberal uma ameaça ao PEP e sua hegemonia.

Concordo com Braz quando afirma que a política econômica neoliberal é uma ameaça ao projeto ético-político. A política neoliberal se instaurou no país no início dos anos 1990, momento em que a categoria profissional lutava contra o tradicionalismo profissional. Braz (2009, p. 6) destaca três elementos/dimensões (dimensão teórica, dimensão jurídico-política e a dimensão político-organizativa) constitutivos do PEP, os

quais fizeram o projeto adquirir hegemonia a partir da década de 1980, uma vez que se identificava uma renovação no Serviço Social. É valido ressaltar que foram estes três, segundo Braz, elementos/dimensões que possibilitaram as reformulações do CE em 1993 e das Diretrizes Curriculares, bem como o estabelecimento da Lei de regulamentação profissional nº 8.662/93, tendo como produto a hegemonia do PEP.

Como já foi dito linhas acima, a política neoliberal foi instaurada no Brasil antes da proposta do atual projeto ético-político do Serviço Social e mesmo em meio a tal conjuntura desfavorável foi possível pensar, elaborar e fortalecer o nosso projeto profissional. Assim sendo, é necessário reconsiderar a afirmativa de que há uma crise no projeto profissional, mas sem desconsiderar a possibilidade de ela estar a porta, pois os desafios reeditados pela burguesia numa tentativa de permanecer no controle das relações sociais são reais e provocam tensionamentos em todas as categorias profissionais. Para sustentar a sua afirmação de uma possível crise no projeto profissional, Braz (2007, p. 7; grifos do original; suprimimos) sinaliza dois pontos que evidenciam a crise do PEP:

O que põe o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro em crise é a articulação de dois problemas centrais. O *primeiro* diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao *trabalho*. Ultrapassa os limites da realidade brasileira, uma vez que tem antecedentes históricos, que remetem à própria crise do socialismo mundial, desencadeada a partir do final dos anos 1980 e do início dos anos 1990. A repercussão tardia entre nós deveu-se à forte efervescência sociopolítica dos anos 1980. [...]. Em poucas palavras: a *crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional*. E a sua hegemonia também depende da natureza da relação que se estabelecerá com esse estado de coisas. [...]. O *segundo problema* está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as *bases materiais do projeto profissional*. Refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil.

Acerca da primeira afirmativa do autor concordo em parte, pois é bem verdade que o PEP tem em seus antecedentes históricos a influência do socialismo. Porém, quanto a afirmativa de que há elementos concretos que apontam o fim da União Soviética como marco para uma crise no PEP, penso que tal afirmativa se encaixa melhor enquanto um questionamento: o fim da URSS significou um marco histórico negativo em relação a hegemonia do projeto profissional do Serviço Social brasileiro? Quanto ao segundo ponto é valido ressaltar que o projeto ético-político não sofreu nenhuma regressão em seus

instrumentos normativos, mantendo-se na contramão da ordem capitalista e aliado a um projeto societário⁴⁹ transformador e favorável a classe trabalhadora, mas tem sofrido no âmbito da atuação, bem como nos projetos diferentes que concorrem: o **Serviço Social Libertário**, por exemplo.

Tendo como ponto de partida que o Serviço Social renovado é alicerçado em três perspectivas, quais sejam: 1) **perspectiva modernizadora**; 2) **reatualização do conservadorismo**; 3) **intenção de ruptura** (NETTO, 2008), é complexo afirmar que há uma crise no projeto ético-político profissional, mas também não podemos excluir a tese de que ele está em constante tensionamento e disputa ideológica, uma vez que o processo de renovação profissional não chegou ao seu fim. A temática sobre uma possível crise no PEP do Serviço Social brasileiro também é abordada por Netto (2007), o qual diz que a atual conjuntura é diferente da época em que o projeto foi pensado/implantado/aprimorado, afirmando assim que não temos um terreno favorável à viabilização do projeto. O autor faz uma reflexão significativa sobre os rebatimentos na base da profissão, apontando elementos que indicam sérios riscos ao nosso projeto profissional a partir da ascensão do ex-presidente Lula em 2003.

Durante os oito anos do governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) observa-se uma continuidade e aprofundamento da política neoliberal no Brasil - Collor a implantou em 1990, FHC deu sequência durante seus dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002) e o Partido dos Trabalhadores (PT) não fez diferente dos governos anteriores a ele. Netto (2007) aduz que um dos fatores decisivos para que a hegemonia do PEP esteja em crise é a assiduidade da cultura neoliberal no país, mesmo tendo no poder um partido político de “esquerda”, isto é, o PT. Para o autor, a política social gestada pelo governo petista teve um caráter assistencialista, como por exemplo, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS⁵⁰) que é permeada por características assistencialistas, o que pode dificultar a materialização do projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade.

⁴⁹ Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os *transformadores* há várias posições que têm a ver com as formas (*as táticas e as estratégias*) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou ao outro projeto de sociedade não se confundindo com ele (BRAZ, 2001, p. 2, grifamos).

⁵⁰ A PNAS foi implantada em 2004, mas ela é fruto das lutas históricas travadas pelos cidadãos brasileiros que reivindicavam ao Estado a garantia de seus direitos. Desta forma, ela tem as suas diretrizes baseadas na Constituição Federal (CF) de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A prática do assistencialismo possui adjacências definidas e é mais frágil do que a medida de implementação de políticas públicas sociais do ponto de vista da legitimidade. Cabe ressaltar que os programas sociais não resolvem a questão das desigualdades social, cultural e educacional do país. Muito pelo contrário, diversos desses programas e medidas paliativas reiteram as desigualdades existentes, podendo criar certa dependência nos/dos usuários beneficiados, isto é, geram condições que propiciam a manutenção do chamado “voto de cabresto”. Ao se estabelecer uma relação de atrelamento os usuários ficam impossibilitados, ainda que seja de forma inconsciente, de exercer a sua cidadania.

Para Netto (2007, p. 37-38; grifos do original; suprimimos) há dois níveis que caracterizam a crise do projeto-profissional do Serviço Social, quais sejam:

O primeiro deles refere-se aos “objetivos e funções” profissionais. *O elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial.* Esta centralização, que opera a efetiva redução do Serviço Social à “profissão da assistência”, teve início no período Fernando Henrique e vem sendo aceleradamente induzida desde 2003 – o “Estado lulista” (ou dos “lulistas”) perfila-se como um Estado assistencialista. Se é preciso afirmar que, num país como o Brasil, onde a “dívida social” é insuportável, a assistência é compulsória, é igualmente necessário afirmar que a redução do Serviço Social à “profissão da assistência” configura uma enorme regressão. [...]. O segundo nível em que se inviabiliza o “projeto ético-político” é o que se refere aos requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício – está claro que aqui se insere, entre outros componentes, toda a problemática da *formação profissional*.

As duas questões trazidas por Netto para afirmar que há uma crise de hegemonia no PEP são contundentes e merecem atenção. Isto é, faz-se necessário que a categoria profissional reflita acerca desta problemática, não apenas com a finalidade de se identificar se há ou não uma crise de hegemonia, mas para pensar e articular estratégias que viabilizem a materialização do projeto ético-político. No entanto, cabe sinalizar que mesmo em meio aos tensionamentos que o PEP vem sofrendo, a profissão tem avançado nas três esferas organizativas do Serviço Social (conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO⁵¹).

A leitura feita até aqui visualiza a gênese e a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, possibilitando-nos entendê-lo do seu surgimento até o início dos anos 2000. Isto

⁵¹ Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

é, foi feito um retrato sucinto da profissão apontando como e porque surge o Serviço Social no Brasil. O texto também nos permite refletir acerca da temática que trata da possível crise no projeto ético-político. No entanto, ressalte-se que o debate sobre a suposta crise de hegemonia não se esgotou, sendo necessário maiores reflexões e discussões quanto ao assunto. Os textos destacados neste item apontam que a discussão acerca do PEP está em crise ou não é polêmica e recente, bem como há poucos autores que abordam o tema. Embora haja pouco material produzido sobre a possível crise de hegemonia da/na profissão se observamos, também, que o material já produzido é rico em conteúdo.

CAPÍTULO II

A produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro e a sua direção teórico-metodológica em periódicos da área

2.1 Uma análise quantitativa: algumas considerações das fontes pesquisadas

A pesquisa realizada para construção deste capítulo teve como alvo trabalhos/artigos que abordam a temática do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro com ênfase para a questão da sua materialização/consolidação; hegemonia e (neo)conservadorismos, publicados nas Revistas Serviço Social & Sociedade e Katálysis no período de 2016 a 2018, disponíveis no site da SciELO. A análise de tais materiais ocorreu por meio do estudo bibliométrico⁵², o qual tem por finalidade:

[...], no campo das ciências sociais aplicadas os estudos bibliométricos se concentram em examinar a produção de artigos em um determinado campo de saber, mapear as comunidades acadêmicas e identificar as redes de pesquisadores e suas motivações. Tais objetivos são tangibilizados por meio da criação de indicadores que buscam sumarizar as instituições e os autores mais prolíferos, os acadêmicos mais citados e as redes de coautorias (CHUEKE; AMATUCCI, 2015, p. 2; suprimimos).

O levantamento desses trabalhos resultou no quantitativo de 133 artigos publicados, sendo 91 na Revista Serviço Social e Sociedade e 42 na Revista Katálysis. Após realizado o levantamento, fez-se a leitura dos Resumos e Palavras-chave do universo da pesquisa a fim de verificar quais atendiam aos critérios da mesma e assim selecionar a sua amostra. Logo, do total de 133 artigos, a amostra corresponde a 41 artigos o que equivale a 30,83% do universo da pesquisa.

Os critérios estabelecidos para filtragem dos artigos foram os seguintes: verificação das palavras-chave e dos conceitos/categorias **Serviço Social**; **“questão social”**; **projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**; **marxismo**; **hegemonia e (neo)conservadorismo** que mais se repetissem em seus Resumos, uma vez que no total do

⁵² Bibliometria é um campo das áreas da biblioteconomia e da ciência da informação que aplica métodos estatísticos e matemáticos para analisar e construir indicadores sobre a dinâmica e evolução da informação científica e tecnológica de determinadas disciplinas, áreas, organizações e países.

universo da pesquisa tais elementos apareciam pelo menos uma única vez em cada trabalho.

Feito isso, realizou-se uma releitura dos resumos e palavras-chave dos 41 artigos que constituíram a amostra deste estudo a fim de identificar a autoria de cada um, bem como qual a área de atuação dos pesquisadores. Isto é, se são docentes e quais as suas respectivas Instituições de Ensino Superior (IES), discentes ou assistentes sociais de algum órgão público/privado. Do total de 41 artigos 36 são de autoria de docentes e 05 de assistentes sociais.

As leituras realizadas, nesse primeiro momento, tiveram como objetivos também identificar o tipo de Resumo (Informativo ou Indicativo); Procedimentos Metodológicos; Tipo de Matriz Teórica; Tipo de Pesquisa; Repetição das Categorias analíticas deste estudo e que aparecem nas palavras-chave; que sinalizam os Objetivos e quais abordam os seguintes conceitos: Materialização/Consolidação do Projeto Ético-Político, (neo)Conservadorismo e Hegemonia. Após a realização de tais procedimentos os dados foram contabilizados e organizados em Gráficos e Tabelas a fim de melhor demonstrar os resultados obtidos, como segue nas figuras abaixo.

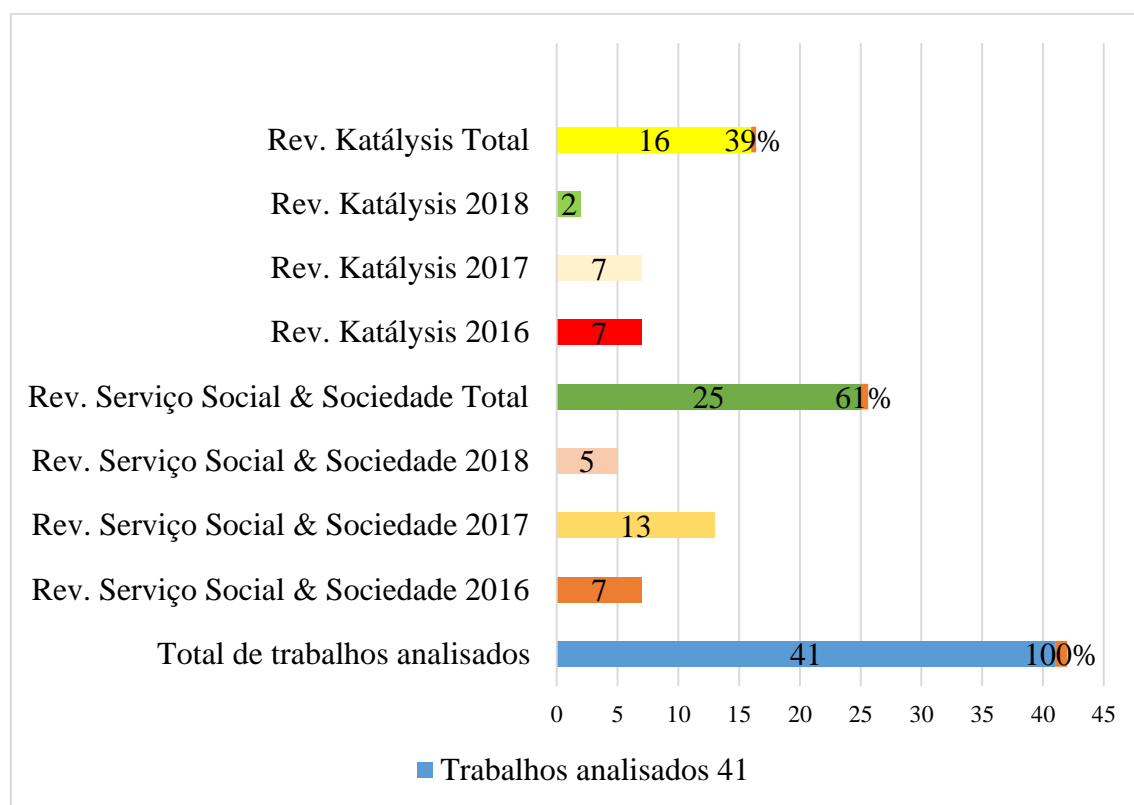
Tabela 1: UNIVERSO DA PESQUISA

2016	Rev. Serviço Social & Sociedade	25
2017	Rev. Serviço Social & Sociedade	52
2018	Rev. Serviço Social & Sociedade	14
TOTAL	91 (68,43%)	
2016	Rev. Katálýsis	19
2017	Rev. Katálýsis	15
2018	Rev. Katálýsis	8
TOTAL	42 (31,57%)	
UNIVERSO	133	
AMOSTRA	41 (30,83%)	

Fonte: E. Santos (2019).

Partindo da amostra obtida após filtragem, fez-se a quantificação do total dos trabalhos por revista e ano a fim de ilustrar em dados quantitativos como está a produção do conhecimento do Serviço Social no tocante a temática do projeto ético-político da profissão na contemporaneidade.

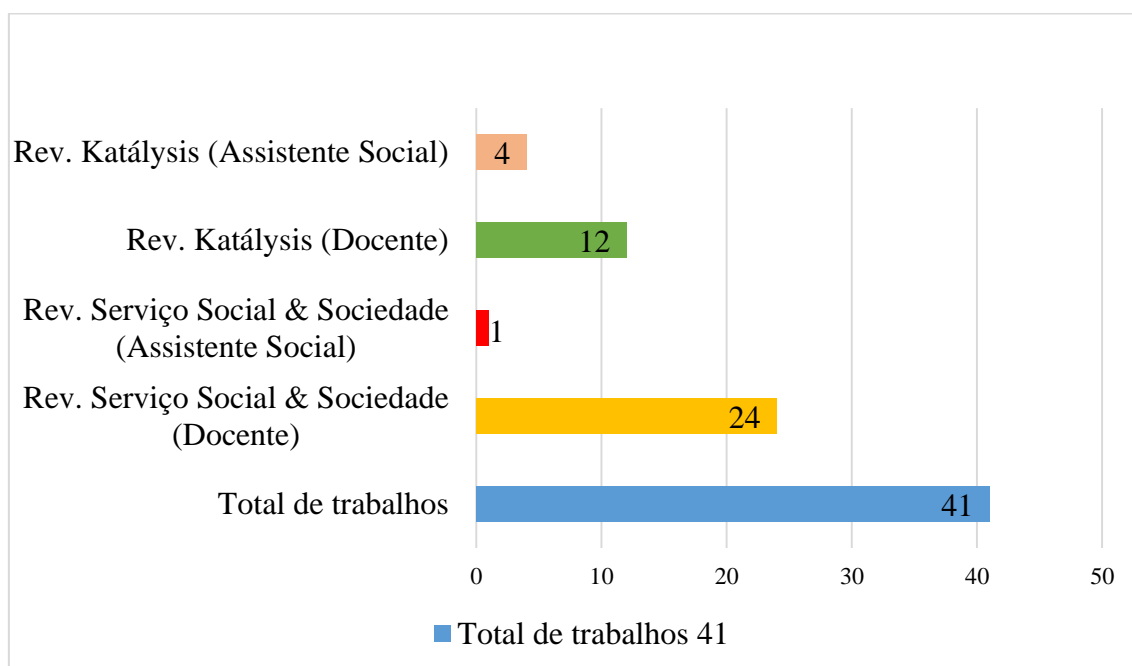
Gráfico 1: TRABALHOS ANALISADOS



Fonte: E. Santos (2019).

Observa-se que do total da amostra o maior percentual (61%) corresponde às produções publicadas na Rev. Serviço Social & Sociedade, sendo que o ano com maior publicação foi o de 2017. Vale observar também o baixo número de publicações no ano de 2018 em ambas as revistas.

Gráfico 2: AUTORIA



Fonte: E. Santos (2019).

Verifica-se que a produção do conhecimento acerca do objeto de estudo, no período analisado (2016-2018), se concentrou na categoria Docente, com um total de 36 artigos publicados e cinco por assistentes sociais. A partir desses dados é possível afirmar que a produção do conhecimento do Serviço Social continua com maior proporção, historicamente, no âmbito acadêmico, pelo menos nestes dois veículos de circulação do conhecimento. Isto é, considerando que a materialização do projeto profissional do Serviço Social brasileiro se dá, também, por meio da produção do conhecimento, tem-se pouco o que observar e analisar se os/as profissionais inseridos nos diversos espaços ocupacionais têm desenvolvido suas intervenções pautadas em consonância com o PEP já que as produções teóricas oriundas dos/as assistentes sociais são diminutas nos referidos veículos de publicação.

Os dados obtidos sobre o tipo de autoria dos artigos analisados revelam que a separação e/ou distanciamento entre os profissionais que pensam e os que agem⁵³ continua

⁵³ Observa-se que a questão da relação teoria e prática continua sendo compreendida de forma equivocada por alguns/as assistentes sociais ao utilizarem o discurso de que a produção do conhecimento e a sua publicação é algo que está associado ao âmbito acadêmico, que nos demais espaços ocupacionais o fazer profissional está condicionado as intervenções diretas junto ao público atendido; que dentro desses locais de

sendo fator a ser superado. Certamente isso seja um dos motivos pelos quais a autoria de assistentes sociais tenha tido uma representatividade baixa, a qual corresponde apenas a 12,20% da amostra. Talvez, o esclarecimento para este baixo número de produção/publicação por parte dos/as assistentes sociais inseridos nos espaços não acadêmicos se der através da discussão dicotômica entre “os que pensam” e “os que agem”, como afirmam Baptista e Battini (2014, p. 8):

Nesse processo de separação entre “aqueles que pensam” e “aqueles que agem”, no Serviço Social, o saber acantonou-se na academia, e, o não saber, na prática: as pessoas que aspiram ao saber abandonam a prática e partem para a academia; produzem um conhecimento transmitido no processo de formação, o qual deixa de ser utilizado pelo fato de muitas vezes ser considerado, pelas pessoas que assumem responsabilidades práticas, inadequado para subsidiar a ação.

Vale ressaltar que esta separação entre as atribuições de produzir teoria e exercer o fazer profissional na prática do dia a dia do/a assistente social é um equívoco, pois a docência também faz parte do pleno exercício profissional, bem como o/a assistente social inserido nos espaços não acadêmicos tem como atribuições participar do processo de formação e construção do saber dos/as discentes a partir do momento que se coloca na posição de supervisor/a de estágio em Serviço Social e produzir conhecimento sobre a sua atuação, caracterizando a dimensão investigativa do exercício profissional. Após a verificação da autoria dos artigos uma Tabela foi montada com a identificação das Instituições de cada pesquisador/a.

Tabela 2: INSTITUIÇÕES

Rev. Serviço Social & Sociedade		TOTAL DE ARTIGOS
	PUC-SP	5
	UFPB	1

trabalho a produção do conhecimento não cabe ao profissional. No entanto, a teoria e a prática são inerentes uma a outra, pois as intervenções técnicas devem ser norteadas a partir do que o/a profissional possui de conhecimento teórico para assim aplicar a teoria na prática. Da mesma forma é possível transformar os dados/informações obtidos por meio das intervenções profissionais em conhecimento da realidade posta.

	UnB	4
	UNIFESP	1
	UFF	2
	UERJ	1
	UFPE	1
	UFRJ	2
	UFJF-MG	1
	UNICAMP	1
	UFPA	1
	PUC-PR	1
	UERN	1
	UFSC	1
	FAPSS	1
	TJ DO ESPÍRITO SANTO – ES	1
Rev. Katálýsis	PUC-RS	1
	IFCE	1
	UFSC	1
	UnB	1
	UFPE	1
	UNESP	2
	UFS	1
	UNISA	1
	UNIFESP	2
	UFT	1
	UFF	1
	UERJ	1
	UECE	1
	PREFITURA DE FOZ DO IGUAÇU – PR	1

Fonte: E. Santos (2019).

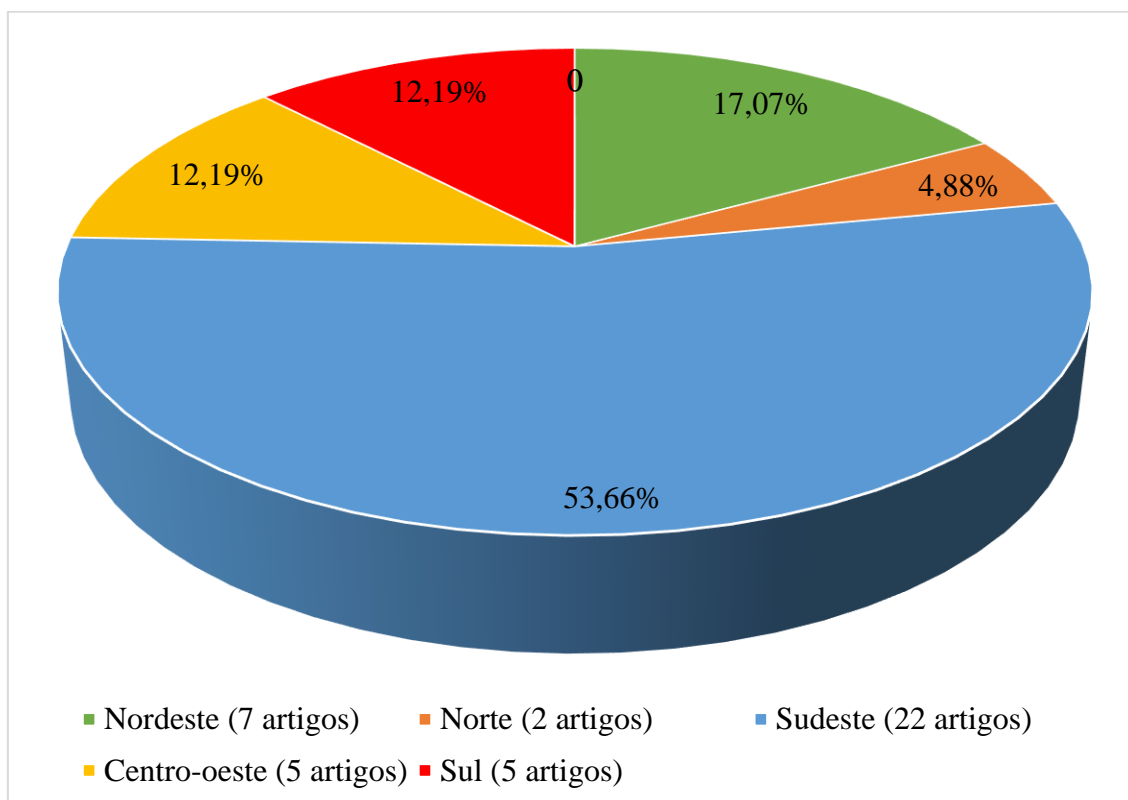
Os números na Tabela acima revelam não apenas que a produção do conhecimento do Serviço Social sobre o projeto profissional tem se dado por profissionais

da academia, mas também que a temática ainda é pouco discutida pela categoria profissional. Vale ressaltar que a temática da hegemonia e materialização/consolidação do atual PEP necessita de maior atenção e aprofundamento no debate sobre a sua hegemonia e as tendências (neo)conservadoras.

Outro fator importante obtido com este levantamento diz respeito a origem institucional dos pesquisadores. Observa-se na tabela que as produções têm se concentrado, com maior evidência, na região Sudeste, com 22 que equivale a 53,66% da amostra, sendo a PUC-SP a unidade de Formação com maior número de trabalhos publicados (05 artigos). Outro ponto importante nos dados da tabela acima é que das sete publicações da região Nordeste apenas uma é de origem da UFS com autoria de um assistente social que à época da publicação era mestrando do curso de Mestrado em Psicologia Social.

Na figura abaixo, pode-se observar o quantitativo de trabalhos por cada região do país:

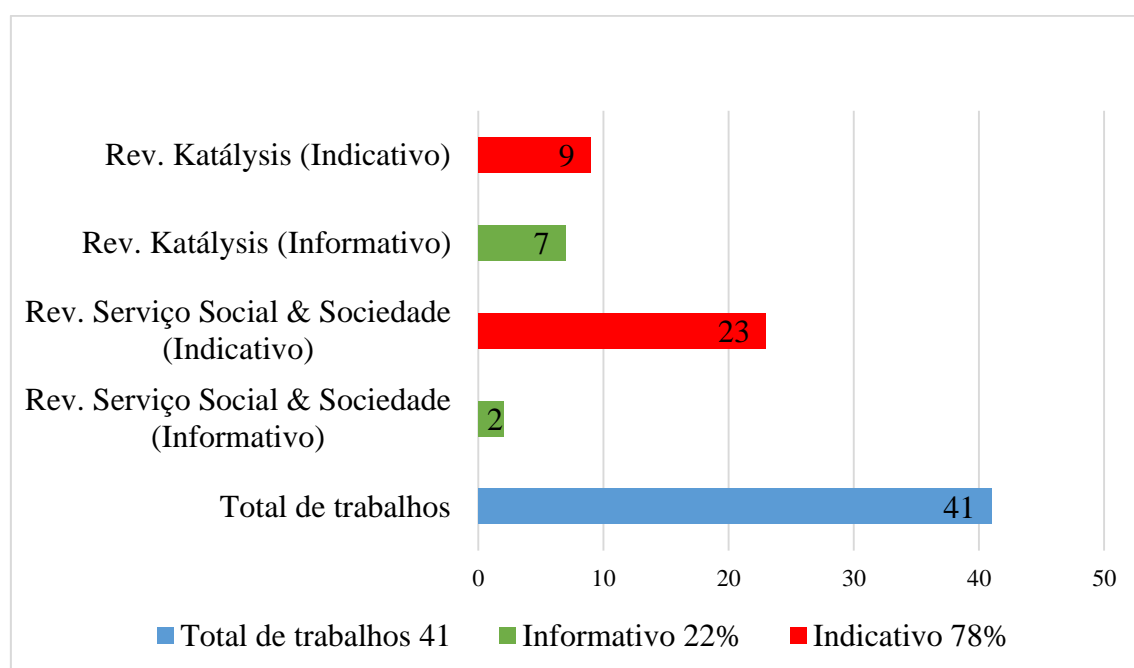
Gráfico 3: TRABALHO POR REGIÃO



Fonte: E. Santos (2019).

Quanto ao tipo de resumo dos trabalhos categorizados no gráfico acima, identificou-se que o Resumo Indicativo foi o mais utilizado na elaboração dos mesmos com o percentual de 78% do total da amostra. Já o Resumo Informativo com 22%. O Resumo indicativo traz ao leitor informações básicas do texto enquanto o Informativo apresenta maiores detalhes da pesquisa. Sobre estes dois tipos de resumos, Santos e Clos (1996, p. 138, suprimimos; grifamos) afirmam que “[...], b) **resumo indicativo**: sumário narrativo que exclui dados qualitativos e quantitativos e não dispensa a leitura do texto, c) **resumo informativo**: condensação do conteúdo, que expõe finalidades, metodologia, resultados e conclusões, dispensando a leitura do texto, [...]”.

Gráfico 4: TIPO DE RESUMO

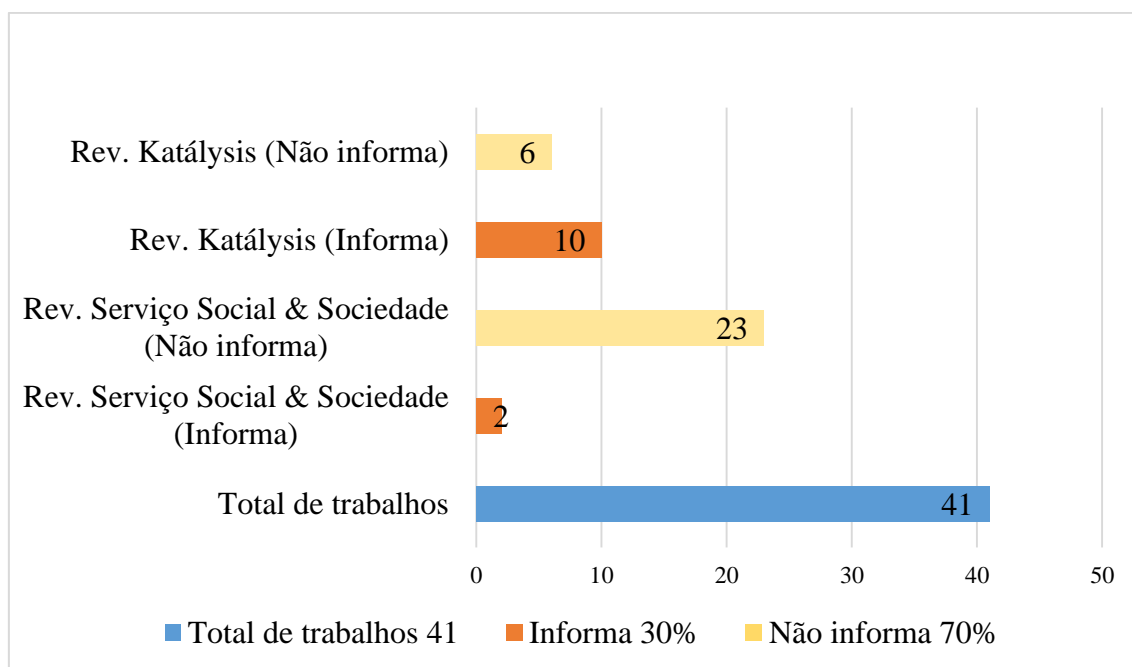


Fonte: E. Santos (2019).

Faz necessário destacar que os trabalhos com resumos Informativos trazem elementos importantes da pesquisa, como por exemplo: quais os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do estudo; objetivos; tipo de pesquisa; matriz teórica. A presença desses elementos possibilita que o leitor tenha maior clareza acerca da natureza do texto que lerá, bem como podem indicar o perfil do/a pesquisador/a.

Durante a análise dos resumos, observou-se o seguinte:

Gráfico 5: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

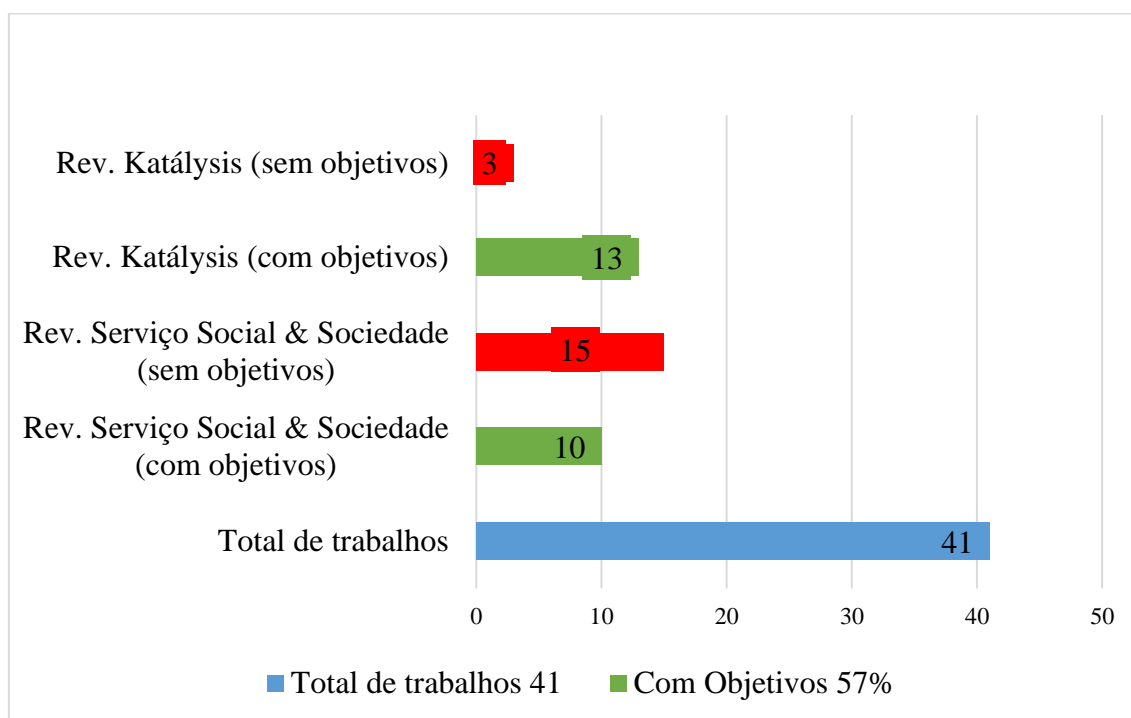


Fonte: E. Santos (2019).

Do total da amostra da pesquisa apenas 12 artigos informavam os procedimentos metodológicos em seus resumos. Ressalte-se, ainda, que a falta da informação acerca dos procedimentos metodológicos também foi observada nas Introduções de 15 trabalhos com resumos do tipo Indicativo.

Os procedimentos metodológicos aqui em questão foram pontuados pelos/as autores/as nos resumos de cada trabalho, indicando o caminho percorrido para realização da pesquisa, como por exemplo: a presente pesquisa é do tipo bibliográfico e para a sua realização fez-se necessário um levantamento de publicações teóricas acerca da temática e em seguida foram feitas as leituras dos materiais obtidos, etc. A presença dos procedimentos metodológicos numa pesquisa faz-se necessária e importante para o seu caráter científico, bem como demonstra que o/a pesquisador/a possui domínio quanto o ato de pesquisar e produzir conhecimento científico.

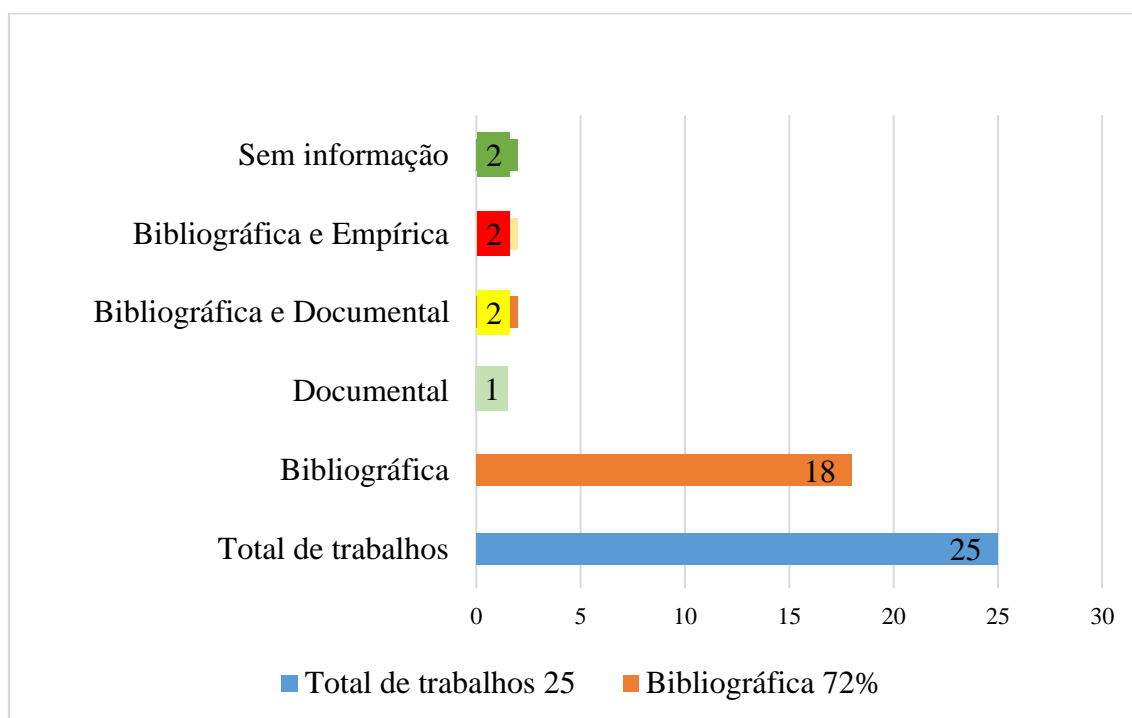
Quanto a análise dos objetivos dos artigos que constituíram a amostra desta pesquisa verificou-se que:

Gráfico 6: OBJETIVOS

Fonte: E. Santos (2019).

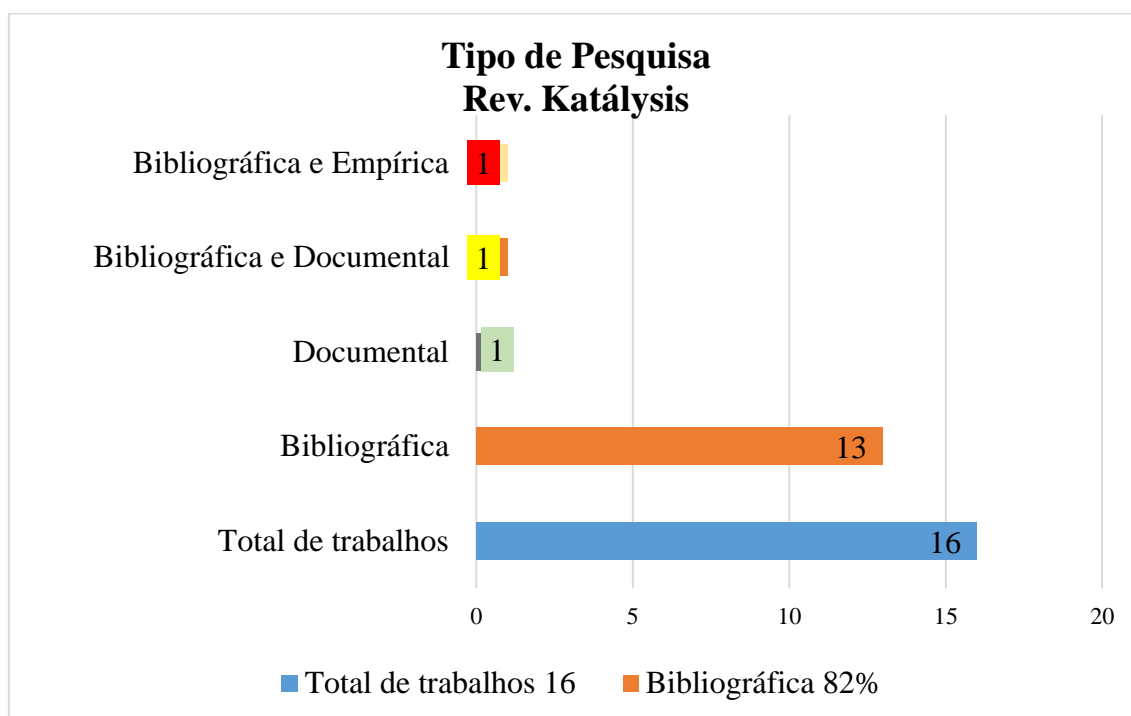
Do total da amostra da pesquisa apenas 57% dos artigos informavam quais os objetivos em seus resumos. Dos 43% que não trouxeram tal informação nos resumos foi possível identificar os objetivos nas Introduções de 35% dos trabalhos. Cabe ressaltar a relação dos objetivos encontrados nos resumos dos trabalhos analisados com o objetivo desta dissertação. Observou-se que os 23 artigos com indicação dos seus objetivos possuíam objetivos semelhantes aos objetivos da dissertação, quais sejam: discorrer sobre o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, (neo)conservadorismo, hegemonia, “questão social”, marxismo.

Em relação ao tipo de pesquisa dos trabalhos analisados, verificou-se que 75,61% (31 artigos) eram pesquisas Bibliográficas. As pesquisas do tipo Documental correspondem a 4,88% (dois artigos); Bibliográfica e Documental tiveram o percentual de 7,315% (três artigos); Bibliográfica e Empírica corresponderam a 7,315% (03 artigos) e dois artigos (4,88%) não informavam qual o tipo de pesquisa, conforme ilustra os gráficos abaixo:

Gráfico 7: TIPO DE PESQUISA – REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE

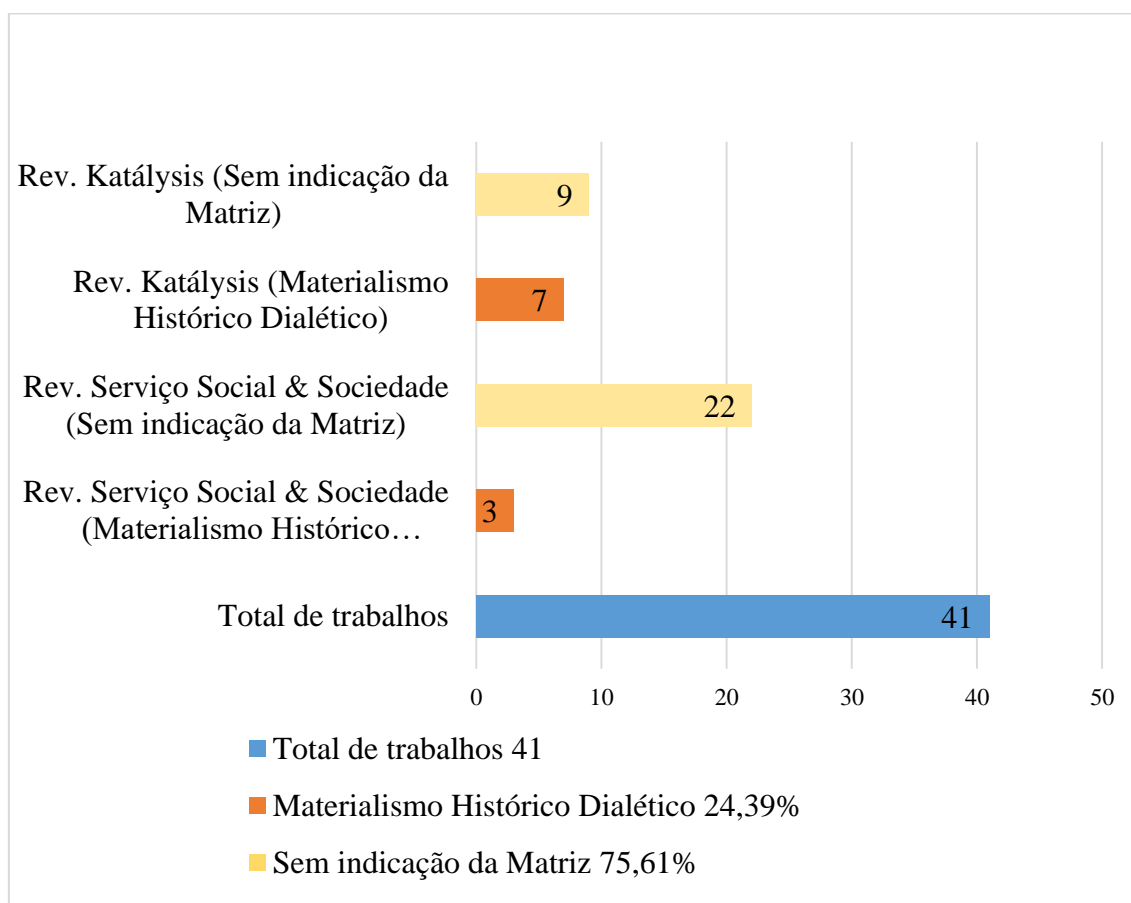
Fonte: E. Santos (2019).

Gráfico 8: TIPO DE PESQUISA – REVISTA KATÁLYSIS



Fonte: E. Santos (2019).

A pesquisa buscou identificar também qual o tipo da Matriz Teórica de cada trabalho analisado com o objetivo de verificar se os trabalhos eram desenvolvidos tendo como base o Materialismo Histórico Dialético. Observe-se a figura abaixo:

Gráfico 9: TIPO DE MATRIZ

Fonte: E. Santos (2019).

A indicação da matriz teórica é um fator importante na pesquisa, pois parte-se do pressuposto de que “[...] a **apropriação teórico-metodológica** no campo das grandes matrizes do pensamento social permitiria a descoberta de novos caminhos para o exercício profissional”. (IAMAMOTO, 2003, p. 52; grifamos; suprimimos). Isto é, há uma articulação entre toda pesquisa e produção do conhecimento com uma matriz teórico-metodológica, a qual possibilita a apreensão e compreensão das particularidades no ato de pesquisar determinado objeto.

O Serviço Social brasileiro tem como base referencial de formação e atuação profissional a matriz teórica marxista, a qual versa com a realidade social posta e orienta tanto a pesquisa acadêmica científica quanto as intervenções dos assistentes sociais, objetivando qualificar o fazer profissional em prol da classe trabalhadora, em defesa e

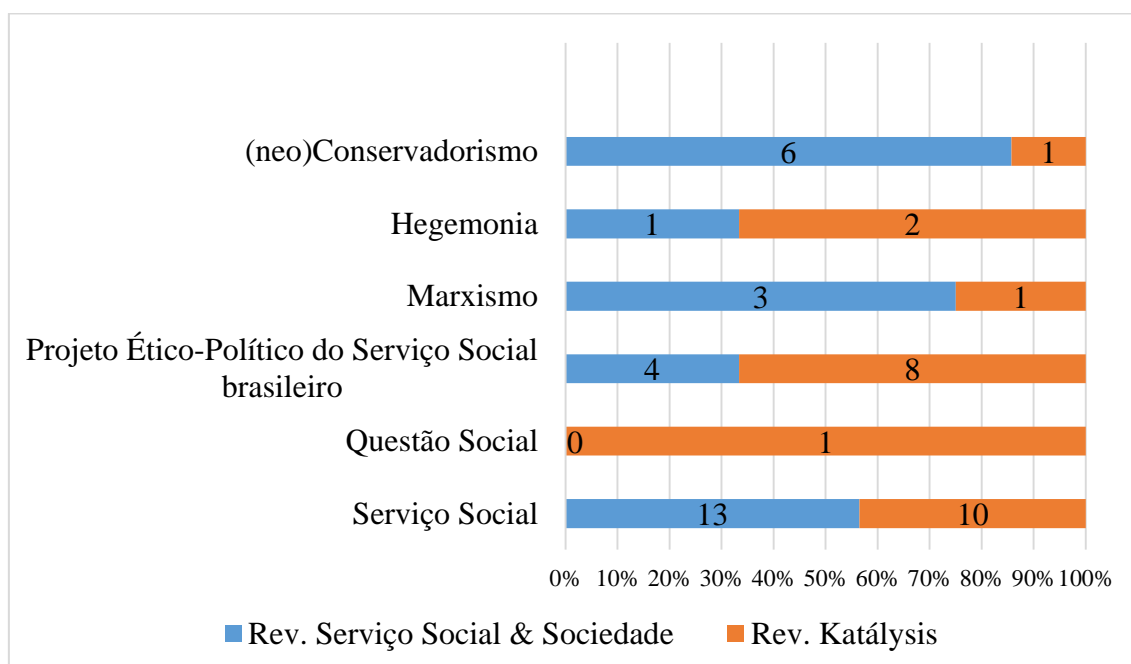
garantia dos direitos humanos e sociais. Desta forma, Setubal (2007, p. 14; suprimimos; grifamos) afirma que:

[...] por mais incipiente que se apresentem essas ações, elas necessitam do mínimo de **informações teóricas**, ou seja, de **conhecimentos produzidos a partir de pesquisa**. Esta por sua vez se enriquece ao dialogar com as experiências sociais, ao mesmo tempo que nutre teoricamente essas experiências.

Assim, a não informação da matriz teórica no trabalho pode induzir que está ocorrendo a secundarização da dimensão teórico-metodológica no processo da produção do conhecimento, bem como que o fazer profissional pode não estar em harmonia com o projeto ético-político da profissão. Porém, cabe ressaltar que embora não haja tal informação a leitura da totalidade dos textos possibilita identificar a matriz teórica dos mesmos.

A análise dos 41 trabalhos revelou que a maior parte dos artigos (75,61%) não têm a indicação da matriz teórica em seus resumos. A baixa representação do tipo da matriz gera certa preocupação, considerando que a ausência de tal informação pode estar ligada a falta da compreensão e/ou domínio acerca da temática.

Outro ponto considerado como importante para esta pesquisa foi estabelecer como critério para seleção dos trabalhos a observação das Palavras-chave dos mesmos, quantas vezes elas se repetiam a fim de criar uma outra filtragem e assim se obter a amostra da pesquisa. O resultado foi o seguinte:

Gráfico 10: PALAVRAS-CHAVE

Fonte: E. Santos (2019).

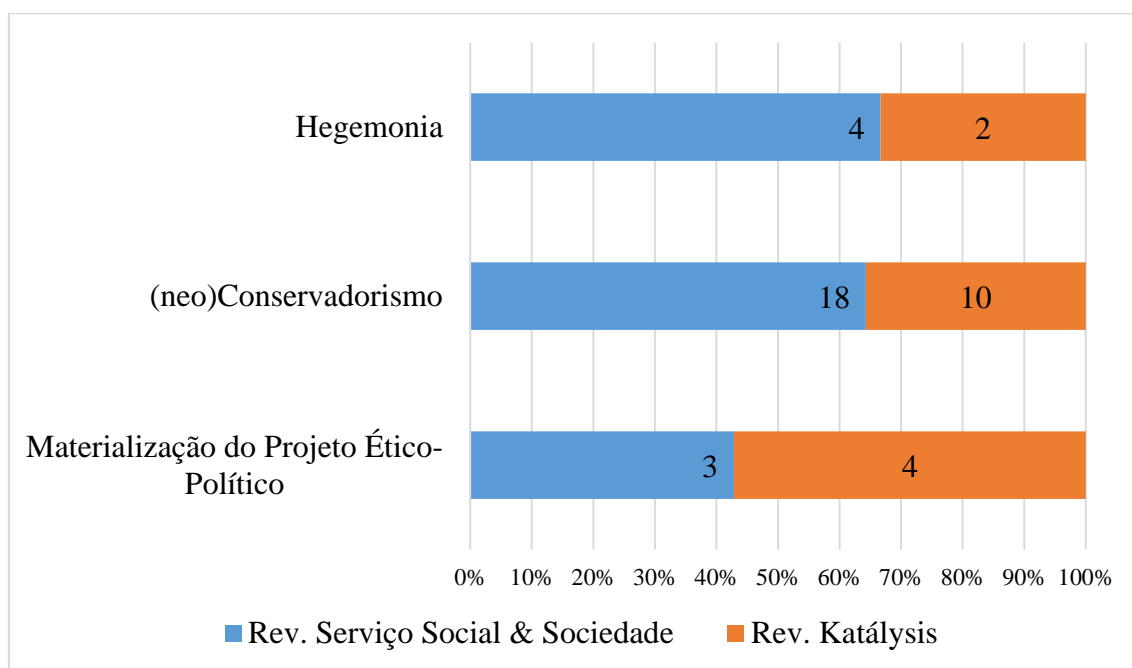
A análise revelou que a palavra-chave Serviço Social estava presente em 23 (vinte e três) artigos, o que equivale a 56,10% da amostra. Quanto a palavra-chave Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro (objeto de estudo desta pesquisa) identificou-se a sua repetição em 12 artigos (29,27%). A palavra-chave (neo)Conservadorismo ocorreu sete vezes, o equivalente a 17,08% da amostra. As palavras-chave Marxismo corresponderam a 9,76%; Hegemonia a 7,32% e “Questão Social” a 2,44% do total da amostra que é 41 trabalhos.

Embora o levantamento do material corresponda a um período curto de três anos (2016-2018), pode-se concluir que a produção do conhecimento acerca da temática do atual PEP ainda é recente no que diz respeito a sua hegemonia e materialização/consolidação e que se faz necessário aprofundar o debate nos espaços acadêmicos e não acadêmicos, considerando que a tendência de discursos (neo)conservadores no Serviço Social brasileiro tem ganhado espaço, ainda que de forma sutil, entre a categoria profissional.

Analisando as palavras-chave e o conteúdo completo dos artigos observou-se que o desenvolvimento dos trabalhos, em sua grande maioria, destoava das suas palavras-

chave. Por exemplo, o trabalho apresentava uma proposta de refletir sobre hegemonia, projeto ético-político etc. e tais conceitos pouco apareceram nos textos. Vejamos no gráfico abaixo:

Gráfico 11: CONTEÚDO DO TEXTO SOBRE



Fonte: E. Santos (2019).

Observou-se que do total da amostra apenas sete artigos tiveram como objeto de pesquisa a materialização/consolidação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, sendo quatro artigos da região sudeste (UNIFESP, UFRJ, UFF, UERJ), dois do centro-oeste (UnB) e um do nordeste (UFPE). A categoria (neo)conservadorismo teve maior expressão tanto no que diz respeito a quantidade como também no aprofundamento dos textos acerca da temática. Vale ressaltar que 40%, dos trabalhos que discutiram sobre (neo)conservadorismo fizeram breves reflexões sobre a questão da consolidação e hegemonia do PEP. A categoria hegemonia apareceu e foi discutida de forma aprofundada em 14,64% do total da amostra.

Após a obtenção e análise dos dados apresentados nos gráficos 10 e 11, observou-se que embora a categoria Projeto Ético-Político do Serviço Social tenha aparecido em 12 artigos em suas palavras-chave apenas sete fizeram a reflexão acerca da

materialização/consolidação do projeto profissional de forma aprofundada, isto é, tratando sobre a questão da viabilização e hegemonia do PEP.

Quanto a categoria (neo)conservadorismo verificou-se que os/as pesquisadores/as trataram do assunto com maior habilidade/domínio, dando ênfase ao objeto da pesquisa, bem como do total de 28 artigos cinco trouxeram a reflexão, de forma superficial, sobre as temáticas: materialização/consolidação, hegemonia, tensionamentos e ameaças ao PEP, crise de hegemonia.

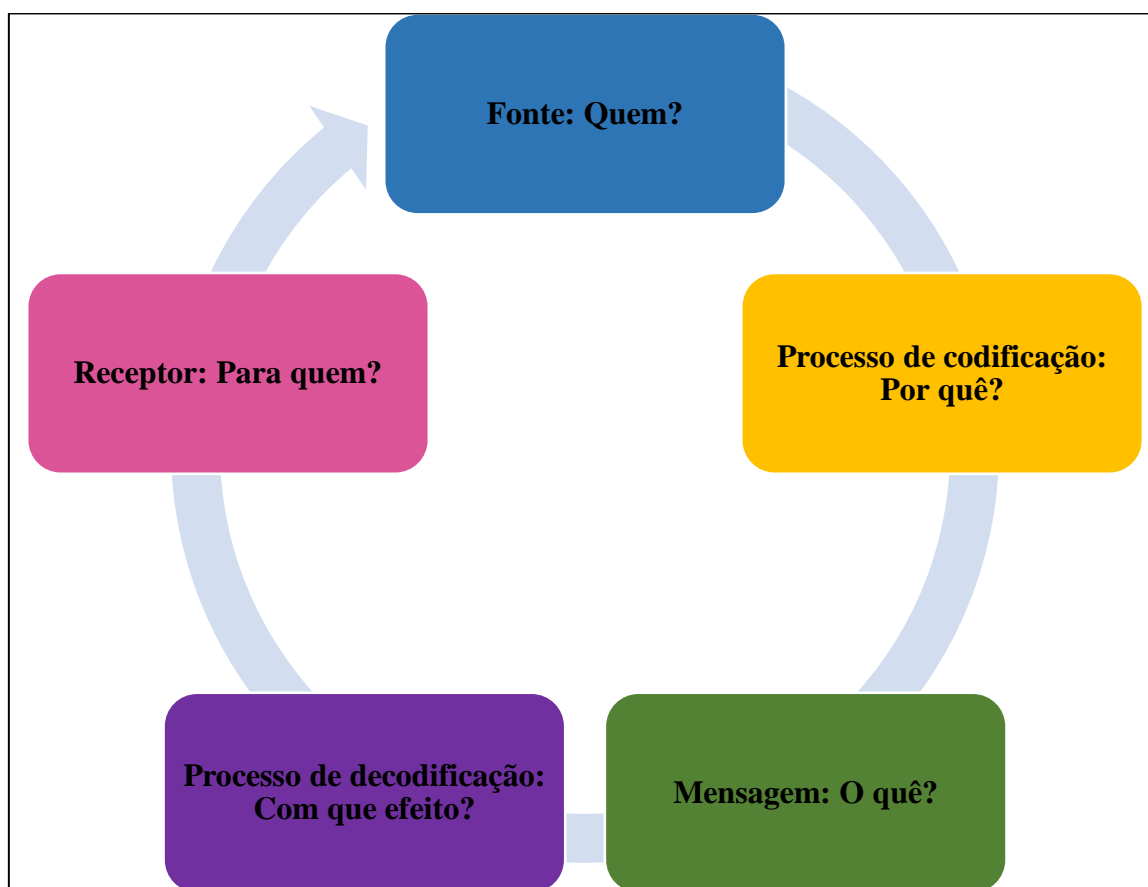
O próximo tópico é dedicado a uma análise qualitativa dos conteúdos dos 41 artigos que constituíram a amostra desta pesquisa, **considerando as categorias analíticas sinalizadas no gráfico 11**, objetivando identificar como os/as autores/as têm apreendido e compreendido a temática do projeto profissional na contemporaneidade.

2.2 O Projeto Ético-Político e o debate sobre a sua hegemonia e materialização na contemporaneidade

O presente tópico visa extrair a dimensão do conteúdo nos artigos que constituíram a amostra desta pesquisa a fim de melhor compreendermos como tem acontecido o debate acerca da temática do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, a qual está permeada de novas estratégias/discursos (neo)conservadoras. Assim, será adotada como técnica para tal compreensão e discussão a **Análise de Conteúdo**. “[...] A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (PÊCHEUX, 1973, p. 43 apud FRANCO, 2003, p. 9-10; suprimimos). De acordo com Franco (2003) tal técnica tem como pressuposto uma concepção crítica da dinâmica da linguagem utilizada pelo/a o autor/a.

A análise de conteúdo possui algumas características/procedimentos que auxiliam para uma melhor compreensão do que é tal técnica, bem como para extrair as informações dos textos/conteúdos. Segundo Franco (2003) uma dessas características/procedimentos se dá da seguinte forma:

Figura 1: ANÁLISE DE CONTEÚDO



Fonte: E. Santos (2019).

Assim, observa-se que a técnica aqui em questão possui um procedimento metodológico de pesquisa que tem como ponto de partida a mensagem a fim de localizar os elementos citados na figura acima e assim ser possível responder as seguintes perguntas: “[...] o que se fala? O que se escreve? Com que intensidade? Com que frequência? Que tipo de símbolos figurativos são utilizados para expressar ideias? E os silêncios? E as entrelinhas? [...]” (FRANCO, 2003, p. 20; suprimimos).

Tendo como base e ponto de partida as considerações supracitadas, este tópico será constituído e desenvolvido em três subtópicos, os quais discorreram sobre os artigos que constituíram a amostra da pesquisa, considerando as categorias contidas no gráfico 11 do tópico anterior, quais sejam: **Materialização/Consolidação do Projeto Ético-Político, (neo)Conservadorismo, Hegemonia.**

2.2.1 Serviço Social e (neo)conservadorismo: um desafio na contemporaneidade, porém um velho conhecido da profissão.

A pesquisa realizada para construção deste trabalho revelou que a categoria profissional que tem produzido conhecimento, e publicou no período de 2016 a 2018, acerca da temática do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro deu maior ênfase a categoria (neo)conservadorismo, considerando que ela tem sido um dos maiores desafios/obstáculos para o Serviço Social na contemporaneidade, mas que tal fato não é algo novo. Dos 41 artigos analisados 28 tiveram como discussão central o conservadorismo e as suas novas roupagens na atualidade.

O (neo)conservadorismo vem ganhando espaço na sociedade contemporânea. Assim, parte dos/as autores/as desenvolveram os seus estudos sinalizando a necessidade do/a profissional do Serviço Social realizar as suas intervenções, quer seja no espaço acadêmico ou não, com a finalidade de desnudar as contradições das relações sociais da sociedade burguesa e também o seu modo de produção e reprodução social, as quais têm desencadeado novas expressões da “questão social”, resultando em um brutal dilaceramento de muitos sujeitos sociais. Isto é, o/a profissional do Serviço Social, auxiliado/a pelas ciências sociais e humanas, precisa investigar e também buscar respostas/estratégias para os problemas sociais, políticos, econômicos etc. que têm destruído pouco a pouco milhares de vidas da classe trabalhadora com o aumento do desemprego, retirada de direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e humanos por meio de um discurso (neo)conservador e neoliberal. Quanto a importância da investigação social e proposição de intervenções nas expressões da “questão social”, Iamamoto (2007, p. 452) afirma que:

A investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e luta. Trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da questão social que fujam à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas aos dogmas oficiais, a atuação dos movimentos das classes sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam com ruptura o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia.

Considerando a fala da autora supracitada, espera-se que o/a assistente social pesquisador/a consiga ir além da investigação e obtenção de respostas acerca das diversas manifestações da “questão social”. Isto é, que após os seus estudos e análises os resultados sejam apresentados aos sujeitos da pesquisa/sociedade, bem como sugestões e propostas de intervenção a fim de superar as desigualdades sociais, uma vez que a ciência tem como função desvendar o não-aparente, como afirma Marx ao dizer: “Toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidissem diretamente” (apud LUKÁCS, 1979, p. 26).

Desta forma a produção do conhecimento pode romper com o pragmatismo acerca da relação teoria e a prática, isto é, desconstruir o discurso (neo)conservador de que “na prática a teoria é outra”. Pois, se tal afirmativa fizesse sentido não faria sentido a formação acadêmica profissional, qualquer um/a poderia fazer. Sabe-se que é, ou pelo menos deve ser, a partir da reflexão teórica (reflexão-ação-reflexão) que o/a assistente social realiza as suas intervenções, quer estejam elas em harmonia ou não com o que preconizam o Código de Ética, Lei de Regulamentação da profissão e as Resoluções do conjunto CFESS-CRESS.

Uma das questões sinalizadas pelos/as autores/as de 06⁵⁴ dos 28 artigos que fizeram a reflexão sobre o pensamento (neo)conservador foi a de que um dos motivos para que tal pensamento venha ganhando espaço na contemporaneidade é a da não devolução dos resultados dos estudos realizados com os/as usuários/as envolvidos/as na pesquisa, bem como isto impossibilita que o/a profissional que desenvolveu o estudo apresente propostas de lutas junto a classe trabalhadora a fim de superar as desigualdades sociais.

Diante da posição dos/as pesquisadores/as desses seis textos, observou-se que a problemática não está apenas na presença do pensamento (neo)conservador, pois o conservadorismo nunca esteve ausente da/na sociedade, mas também no não enfrentamento a ele com estratégias de lutas as quais podem ser traçadas a partir das respostas obtidas nos estudos realizados pelos/as profissionais, visando a superação da exploração e desigualdade social intensificadas pelo modo de produção e reprodução capitalista.

⁵⁴ Os/as autores/as destes trabalhos são docentes e todos/as de instituições da região sudeste do Brasil.

A partir das leituras realizadas dos textos identificou-se que quatro⁵⁵ deles, além de discorrer sobre o (neo)conservadorismo, abordou a questão da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, mas de forma superficial. Em três destes foi defendida a tese de que o PEP é hegemônico no que diz respeito a produção do conhecimento científico acadêmico, da formação profissional e também do conjunto CFESS-CRESS e que quanto ao fazer profissional do/a assistente social nos diversos espaços ocupacionais não se pode afirmar que o PEP esteja sendo utilizado como referência nas intervenções da categorial, que isso só pode ser confirmado ou não a partir de pesquisas de campo junto aos/as profissionais. Assim, os/as autores/as sinalizaram também que há, diante da atual conjuntura, um tensionamento no projeto ético-político, mas que isto não significa que haja uma crise hegemônica. Já o pesquisador de um dos quatro textos discorreu afirmando que na atual conjuntura de significativos avanços do ideário neoliberal é difícil afirmar que o projeto profissional permaneça hegemônico, considerando as tendências destrutivas do capitalismo e as consequências das políticas de ajuste neoliberal a nível mundial, mas com certa ênfase na América Latina. Segundo Salama (1996, p. 51; suprimimos) essas consequências foram:

[...] a ampliação das diferenças sociais e a quebra do aparato industrial. Estes efeitos negativos, gerados por governos neoliberais que em várias ocasiões chegaram ao poder com programas e plataformas políticas de orientação nem sempre neoliberal – são apresentados como resultado evidente do fracasso do próprio Estado. Isto é, o neoliberalismo fracassa e, quando o faz, as razões não são atribuídas ao próprio programa de ajuste, mas à aparente ausência do mercado e à onipresença do Estado. Os fracos do neoliberalismo foram (e estão sendo) muito importantes.

Observou-se nas análises de oito textos que os posicionamentos dos/as pesquisadores/as coadunavam com as reflexões dos quatro artigos que versaram sobre o (neo)conservadorismo e a hegemonia do projeto ético-político da profissão. No entanto, estes/as autores/as sinalizaram para outra questão, qual seja: a pouca participação da categoria profissional nos espaços/eventos organizados pelo conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS.

O percurso traçado nesses oito artigos apontou para a questão já discutida nos parágrafos acima sobre a não devolução dos resultados das pesquisas, afirmando que os

⁵⁵ Estes quatro artigos foram produzidos por profissionais docentes, sendo que dois são oriundos da PUC-SP; um da UnB e um da UFRJ.

CBAS e ENPESS são espaços políticos importantes para categoria profissional apresentar a sua realidade do dia a dia no fazer profissional, bem como de conhecer os estudos realizados pelos/as colegas e assim discutirem estratégias de enfrentamento as diversas expressões da “questão social”.

O esvaziamento desses espaços por parte dos/as assistentes sociais inseridos em espaços ocupacionais não acadêmicos potencializa a possível fragilidade existente nas intervenções profissionais, uma vez que o/a assistente social é cobrado pela instituição na qual está inserida a dá respostas imediatas o que direciona o fazer profissional ao não questionamento acerca das demandas que chegam até ele/a, executando políticas sociais focalizadas que mais possuem critérios de exclusão que de inclusão social, prática semelhante ao período do surgimento da profissão.

A política social é um instrumento, historicamente, próprio das formações econômico-sociais da sociedade capitalista. O seu papel consiste, também, em controlar as necessidades sociais básicas da classe trabalhadora não satisfeita com modo de produção e reprodução capitalista. Assim, a política social é uma política de mediação entre as necessidades de ambos sujeitos envolvidos nesta relação social: classe trabalhadora e burguesia/capitalistas. “[...]. Políticas públicas são entendidas como o Estado em ação, ou seja, é o estado implantando um projeto de governo, através de programas de ação voltadas para setores específicos da sociedade (GOBERT; MULLER, 1987 apud HOFLING, 2001, p. 47; suprimimos). [...]”. Isto é, a política social cumpre o papel de valorização, produção, reprodução e acumulação do capital.

Esta reflexão sobre a relação das políticas sociais na contemporaneidade e o (neo)conservadorismo foi identificada em 15 textos. Os/as autores/as trouxeram tal debate afirmando que o pensamento conservador tenta ganhar cada vez mais espaço em diversos países, principalmente nos países de terceiro mundo, com a criação de políticas sociais que possuem em suas essências um caráter (neo)conservador, reforçando a lógica do mérito individual de cada sujeito ao mesmo tempo em que nega as consequências geradas pelas políticas de ajuste neoliberal.

Para estes/as pesquisadores/as a atual conjuntura político-econômica e a precarização das condições de trabalho do/a assistente social, bem como dos tipos de contratações (contratos temporários e/ou cargos comissionados), tem provocado tensionamentos e apresentam riscos ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro

no que diz respeito a sua hegemonia. Em quatro desses 15 artigos, os/as autores/as desenvolveram seus trabalhos coadunando com o posicionamento do Braz (2007) quanto a hegemonia do PEP está em crise.

Os seus posicionamentos se fundamentam na afirmação de que na atualidade não existem propostas objetivas de enfrentamento e superação do modo de produção capitalista; que falta tanto à categoria profissional do Serviço Social quanto as demais estratégias e “personagens” que se coloquem como lideranças comprometidas com a ultrapassagem do atual modelo de sociedade. Afirmam também que muitas lideranças, que se dizem de esquerda, têm assumido o papel de mediador entre a classe trabalhadora e a burguesia. Porém, destacam que tal mediação tem como objetivo principal a manutenção do sistema capitalista, uma vez que não direcionam os/as trabalhadores/as rumo a um enfrentamento com a burguesia a fim de acabar com a relação de exploração e expropriação da força de trabalho.

No entanto, nos demais textos os/as autores/as se posicionaram de forma contrária, afirmando que os desafios postos a categoria profissional do Serviço Social, bem como para as demais, são os mesmos que os do período em que o Serviço Social consegue “romper” com o conservadorismo com a “[...] inserção dos assistentes sociais no processo de lutas sociais, como trabalhadores que de forma coletiva rompem com o conservadorismo ao definirem a direção social da profissão voltada aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora” (ABRAMIDES, 2017, p. 181; suprimimos).

Esse processo histórico do Serviço Social brasileiro não se deu em curto prazo e nem de forma harmônica, pois “[...] suscitar um grupo de intelectuais independentes não é coisa fácil, requer um longo processo, com ações e reações, com adesões e dissoluções e novas formações muito numerosas e complexas. [...]” (GRAMSCI, 1999 apud COUTINHO, 2007, p. 37; suprimimos). Isto é, a formação de profissionais intelectuais críticos da realidade social exige coragem por parte da classe subalterna para enfrentar e superar as contradições do Estado burguês e repressor. Tal processo de formação de intelectuais críticos e superação da classe subalterna, segundo Gramsci (1999 apud SIMIONATTO, 2009, p. 43; suprimimos) requer:

[...] a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia. Nesse processo, em suma, aprofundar e aperfeiçoar o conhecimento da realidade impõe-se como condição essencial na luta por

sua própria transformação, efetivando-se a “crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar”, o que poderá ocorrer através da filosofia da práxis, ou seja, do marxismo.

As reflexões dos artigos sobre a temática da hegemonia do PEP que constituíram a amostra desta pesquisa buscaram discutir a questão da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade considerando a atual conjuntura (neo)conservadora, sinalizando que os desafios postos a categoria profissional provocam tensionamentos no PEP, ou até mesmo uma crise hegemônica.

2.2.2 A hegemonia do Projeto Ético-Político: (neo)conservadorismo como uma ameaça

O conceito de hegemonia, a partir do pensamento de Gramsci, se fundamenta na afirmação de que a hegemonia se dá a partir da direção ideológica de uma classe sobre a outra, o que seria a chamada hegemonia cultural. Na tese gramsciana nunca é possível a dominação total de uma classe sobre a outra a não ser numa ditadura e regimes totalitários. Hegemonia é uma forma política de dominação na sociedade e tende a funcionar melhor numa democracia, num Estado democrático de direito (GRUPPI, 2000). A principal ferramenta da hegemonia é a ideologia.

A partir de uma análise dos mecanismos de construção e constituição dessa hegemonia Gramsci chega a um conceito que é fundamental na/para sua teoria política, qual seja: o Estado Ampliado. Isto é, o Estado vai além das definições mecanicistas – o Estado não é apenas um instrumento de força a serviço da classe dominante, mas uma força revestida de consensos: concessão acompanhada de hegemonia. Ele detém o monopólio do uso da força física e também administrativa, organizando as relações sociais em todas as esferas.

Dentro do Estado capitalista moderno/burguês o que ocorre é que a classe dominante, a qual detém os meios de produção e o Estado é “[...] um de seus principais instrumentos, num largo processo de *modernização conservadora*⁵⁶ [...]” (ARAÚJO, 2008,

⁵⁶ Trata-se de uma aliança entre uma classe comercial e industrial demasiado fraca e dependente para tomar o poder, com a aristocracia proprietária de terras e a burocracia estatal, configurando um governo conservador e autoritário, mas não necessariamente fascista, e comportando um parlamento com poderes limitados. O Estado é um instrumento de reforma e motor da industrialização, além de manter os operários e camponeses

p. 104; grifos do original; suprimimos), busca estratégias, utilizando-se dos veículos de comunicação social, para disseminar as suas ideias a fim de fazer parecer que o interesse dela é o interesse geral, ou seja, a ideologia da classe dominante passa a ser a da classe dominada. No entanto, faz-se necessário ressaltar que isso não ocorre de forma pacífica, pois há resistência por uma parte da classe trabalhadora que não aceita a estória contada pelo Estado burguês, quer seja por meio dos grandes veículos de comunicação social ou nos livros de história escritos por homens/mulheres brancos/as europeus/ias. Porém, isso só é possível se houver a alienação da maioria da sociedade.

Podemos citar como exemplo o Brasil Império que era dominado pelas oligarquias agrárias e que quando ocorreu a Proclamação da República em 1889, dando início a República do Café com Leite (República Velha⁵⁷). Nesse período, não houve grandes mudanças depois da proclamação da república, bem como na Revolução de 30, uma vez que os mesmos grupos continuavam dominando o país a fim de atenderem os seus interesses particulares e do capitalismo, fazendo a população acreditar em suas ideias como se fossem comuns a todos. Quanto a esse processo de dominação burguesa, no que diz respeito ao Brasil, Coutinho (2005, p. 50 apud ARAÚJO, 2008, p. 104; suprimimos) diz que:

Ao longo da história particular da formação social brasileira “o modelo “prussiano”, elitista e marginalizador de dominação política, econômica e social” sempre foi dominante. Foi assim com a República e depois na Revolução de 30, mais uma manobra “pelo alto”, reorganizada de forma ditatorial com o Estado Novo a partir de 37; e foi assim, outra vez, no Golpe de 64, quando novamente foi encontrada “uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas [...] as classes e camadas sociais ‘de baixo’”.

Tais questões, na tese gramsciana, chegariam ao ponto em que a classe proletária agiria como defensora da ideologia hegemônica do próprio sistema capitalista. Assim, o Estado Ampliado demonstra detenção do poder nas esferas política, econômica, cultural, social. Para o pensador em questão o aparelho de domínio que favorece a ideologia hegemônica engloba não só os aparatos de violência e repressão como as instituições

em seu lugar, seja pela força, seja com políticas sociais. Vale dizer que tanto o varguismo quanto o período pós-64 recorrem aos dois expedientes. A modernização conservadora exige algumas circunstâncias e condições: um governo capaz de arrastar os elementos mais reacionários das classes superiores; e a separação de governo e sociedade [...] (BEHRING, 2003, p. 107 apud ARAÚJO, 2008, p. 104).

⁵⁷ CF JÚNIOR, 2004b.

policiais, mas também as igrejas, escolas, sindicatos e também a comunicação social. Quanto a esta última Gramsci afirmava que ela teria um papel de importante destaque nesta teoria, uma vez que os meios de comunicação seriam fundamentais nos processos de construção de significados culturais e informacionais da população.

Nota-se que o pensamento de Gramsci era, e continua sendo, coerente quando se observa os jornais (televisivos, impressos, digitais) dando visibilidade apenas a algumas ideias e acontecimentos, sendo a grande maioria alinhados aos valores e ideologias norte-americanos, trabalhando em favor do processo de sustentação e amplificação da ideologia dominante. No entanto, por mais que esses grandes veículos de comunicação tenham grande poder de alcance e influência, não se pode afirmar que todos os seus ouvintes recebem tais informações de forma passiva, pois há resistência às ideologias dominantes, como por exemplo a imprensa alternativa, alguns movimentos sociais, conselhos de classe e sindicatos.

Diante deste breve conceito de hegemonia a partir do pensamento gramsciano realizou-se a análise dos seis textos que tiveram como tema central a categoria Hegemonia. Observou-se que os/as pesquisadores/as possuem domínio acerca da temática e que versaram sobre ela com maestria. As discussões sobre o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro ser ou não hegemônico na contemporaneidade se deu em três níveis, quais sejam: três defendiam que o PEP é hegemônico; um defendia que ele não é hegemônico; dois ficaram no meio termo (os posicionamentos foram de que há um tensionamento no PEP, afirmando que não é possível afirmar se há ou não hegemonia).

Os trabalhos nos quais os/as autores/as se posicionaram afirmando que o PEP é hegemônico trouxeram como exemplo para sustentação de seus posicionamentos o fator histórico da construção e estabelecimento do PEP, afirmando que quando a categoria profissional lutou para que o Serviço Social tivesse o perfil que tem na atualidade as condições político-econômicas à época eram semelhantes às de hoje.

Os argumentos de que o PEP é hegemônico foram apresentados e sustentados pelos/as pesquisadores/as a partir do conceito de hegemonia em Gramsci, afirmando que a categoria profissional tem produzido conhecimento na área do Serviço Social numa perspectiva marxista, tanto no campo acadêmico por docentes e discentes quanto nos espaços não acadêmicos por assistentes sociais. Dos três textos dois sinalizaram a crescente participação e as produções/publicações dos/as assistentes sociais nos últimos

CBAS e ENPESS com caráter social crítico, discutindo as diversas expressões da “questão social” e o caráter (neo)conservador do Estado e das políticas sociais públicas apresentadas por ele, bem como a denúncia de práticas (neo)conservadoras por parte de alguns/as colegas de profissão e das equipes multidisciplinares. No entanto, cabe ressaltar que as afirmações feitas pelos/as autores/as desses textos não apresentaram dados acerca de tais afirmações, não fizeram um levantamento sobre a participação e publicação por parte dos/as assistentes sociais nos eventos supracitados a fim de provarem suas colocações. Isto é, as afirmações estavam baseadas em suas observações oculares durante os eventos.

Os trabalhos que defenderam a tese de hegemonia do atual projeto profissional apontaram como importante para justificarem seus posicionamentos as ações das entidades representativas da profissão, as quais têm sido em defesa do perfil social crítico da profissão e da classe trabalhadora numa perspectiva de superação do atual modelo de sociedade capitalista, fazendo uma reflexão histórica acerca da conjuntura que o país se encontrava à época do delineamento do atual projeto ético-político.

Foi nesse contexto que se delineou, no Brasil, o Projeto Ético e Político do Serviço Social, que assumiu um explícito comprometimento com os pleitos sociais da classe trabalhadora e ganhou hegemonia no debate acadêmico dos anos 1990. Coroando os esforços pioneiros de reconceitualização do Serviço Social na perspectiva crítica, empreendidos nos anos 1960, esse projeto profissional foi encampado não apenas pela área acadêmica, coordenada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), mas também por um complexo aparato institucional composto de lei federal, regulamentadora da profissão; Código de Ética cujos postulados e normas são de cumprimento obrigatório, embora não coativos; e de um conjunto de órgãos fiscalizadores, constituído de conselhos — federal e regionais. Isso sem falar da organização dos estudantes, em âmbito nacional, regional e local, em que a perspectiva crítica e progressista da profissão é cultivada e defendida. [...]. O Projeto Ético-Político é uma construção em processamento, inspiradora de debates que podem ser salutares pela possibilidade de suscitar resistências democráticas e atualizações consistentes da profissão. [...]. (PEREIRA, 2016, p. 426; suprimimos).

Segundo a autora supracitada as ações realizadas pelas entidades representativas têm direcionado o Serviço Social brasileiro no caminho proposto pela categoria profissional a partir do final da década de 1970 no Congresso da Virada. Isto é, um Serviço Social comprometido em romper com as bases conservadoras, afirmando que isso tem se tornado possível mesmo com o conservadorismo buscando novas estratégias.

Os textos nos quais os/as autores/as não se posicionaram quanto ao PEP ser ou não hegemônico trilharam as suas reflexões ponderando os aspectos históricos que conceberam o estabelecimento do atual projeto profissional e também a conjuntura

contemporânea. Sinalizaram para os avanços e conquistas da profissão e os desafios postos nos últimos anos, gerando tensionamentos. Afirmaram que os desafios são reais e precisam de atenção para que a profissão não tenha perdas significativas e que o (neo)conservadorismo não ganhe proporções maiores dentro da categoria nos espaços acadêmicos e não acadêmicos, pois a ideia de pluralismo na profissão tem sido compreendida/apreendida equivocadamente em alguns momentos. Tais considerações foram fundamentadas a partir da afirmativa dos/as autores/as considerando as suas experiências profissionais que possibilitaram observar uma dicotomia entre discurso e prática por parte de alguns/as assistentes sociais e estagiários de Serviço Social acerca do compromisso com o atual projeto profissional.

Avaliamos essa discussão como importante no nosso âmbito profissional, como dissemos a princípio. Isso fica bastante claro, por exemplo, ao nos depararmos sempre com discursos profissionais que afirmam vínculo com determinada vertente do pensamento crítico e com o projeto profissional crítico, que, no meio profissional, é denominado projeto ético-político do Serviço Social; todavia, não observamos, correspondência na ação profissional ou a busca disso, em face de tal afirmação. Dizemos isso, até mesmo, alicerçadas por muito tempo de experiência profissional como assistente social no campo da docência e em outros âmbitos da política social, por resultados de nossas pesquisas no campo acadêmico e outras pesquisas, particularmente no âmbito da pós-graduação em Serviço Social, e/ou demais expressões de saberes no campo da ética profissional e do exercício profissional em Serviço Social, inclusive por meio de depoimentos de estagiários de Serviço Social (FORTI, 2016; FORTI; GUERRA, 2015). [...]. Portanto, é imprescindível observarmos em que medida estamos atentos ao fato de que o pluralismo, o qual se coloca como quesito entre os princípios fundamentais do nosso Código de Ética Profissional e se mostra como orientação à formação e ao exercício profissionais, não pode ser confundido com o ecletismo, quer dizer, com a possibilidade de junção e até fusão de vertentes do pensamento distintas, sem critério. [...]. Além do que dissemos, vale sublinhar que o nosso Código de Ética Profissional em vigor traz o respeito às diferentes correntes profissionais, mas nem por isso deixa de esclarecer que tal respeito se deve às matrizes teórico-filosóficas democráticas e não as toma como equivalentes. Incumbe a nós observar que todos os princípios fundamentais, inclusive o que se refere ao pluralismo, compõem um quadro que expressa valores e orientação ao horizonte profissional em prol de contribuição crítica que vislumbra a possibilidade de superação da ordem social vigente capitalista. [...]. (FORTI, 2017, p. 378-379).

Ao sinalizar para a questão do (neo)conservadorismo ganhar espaço no Serviço Social, a autora de um dos textos colocou como exemplo o surgimento do grupo de profissionais que criou o **Serviço Social Libertário**, o qual tem como fundamento o pensamento conservador, contrário ao marxista, sugerindo que os/as assistentes sociais não defendam o atual projeto ético-político, alegando que o PEP é classista e com orientação societária comunista e que o grupo hegemônico do Serviço Social brasileiro ignora a verdadeira história da profissão em escala mundial com o intuito de se perpetuarem no

poder e manter os/as profissionais presos/as as suas ideias, que servem como serviços prestados a grupos políticos de esquerda. Assim, chamaram a atenção para que a categoria atente para este pequeno grupo que vem crescendo pouco a pouco a fim de que os seus ideários não se estabeleçam como coerentes e ganhem mais adeptos.

Considerando a leitura feita sobre as tendências (neo)conservadoras que têm surgido na sociedade e em especial no Serviço Social brasileiro, pode-se afirmar que a existência do grupo Serviço Social Libertário é uma prova de que há um tensionamento/questionamento aberto ao atual PEP. Ressalte-se que esse questionamento ao PEP até pouco tempo atrás era velado e se dirigia apenas a esse ou aquele elemento do projeto profissional. Mas hoje ele é aberto, militante e questiona o Serviço Social renovado, propondo que a profissão retorne ao modelo de quando surgiu.

O texto no qual há o posicionamento afirmando que o PEP não é hegemônico faz uma reflexão sobre os desafios postos a categoria profissional nos diversos os espaços ocupacionais. Alerta para a crescente tendência de pesquisadores/as contrários/as ao pensamento marxista, os quais têm conquistado estudantes e profissionais do Serviço Social. O caráter (neo)conservador das políticas sociais também foi colocado no conteúdo como fator importante, principalmente no tocante a política da assistência social. O autor sinalizou acerca dos tipos de contratações e sobre a precarização das condições de trabalho na contemporaneidade, afirmando que tais elementos contribuem para o enfraquecimento da categoria, uma vez que muitos/as assistentes sociais acabam se sentindo desanimados/as e/ou desmotivados/as para fazerem o enfrentamento a realidade social posta.

Outro fator importante destacado no artigo foi a baixa representatividade da categoria profissional não acadêmica nos eventos realizados pelo conjunto CFESS-CRESS, bem como a naturalização dos discursos interrogativos, por parte de alguns/as assistentes sociais, quais sejam: “para que serve o CFESS-CRESS? Só para cobrar mensalidades? Para fazer militância partidária para um determinado partido?”. Cabe ressaltar aqui o conflito de informações apresentadas pelos/as autores/as em seus artigos. Uns/as infirmaram em suas pesquisas que houve um aumento no quantitativo de profissionais e publicações de assistentes sociais inseridos em espaços não acadêmicos nos últimos CBAS e ENPESS, avaliando isso como positivo para categoria, enquanto outros/as afirmaram que nos CBAS e ENPESS a participação de assistentes sociais inseridos em espaços não acadêmicos continua baixa, que estes espaços são majoritariamente preenchidos por

docentes. No entanto, em nenhum dos artigos foram apresentados dados de pesquisas relacionadas ao quantitativo de profissionais presentes nos espaços o que gera um questionamento: qual informação é verdadeira, uma vez que uma contradiz a outra?

A autora diz que tais interrogações têm ganhado mais visibilidade e maior proporção com o advento do grupo Serviço Social Libertário e que este não tem apenas adeptos dos espaços não acadêmicos, sinalizando para o documento organizado e publicado pelo professor **Dr. Edson Marques Oliveira** (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE) o qual é denominado como: “**23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante”. A autora finaliza o seu texto refletindo sobre o conceito de hegemonia em Gramsci, afirmando que embora o Serviço Social possua em suas entidades representativas profissionais comprometidos com o atual projeto ético-político e desempenhem suas intervenções junto a categoria profissional e demais trabalhadores/as numa perspectiva marxista/revolucionária não significa dizer que todos/as que ouvem ou leem os posicionamentos das entidades sejam 100% adeptos/as das suas ideias/informações, do/a estudante ao profissional.

2.2.3 Materialização do Projeto Ético-Político: desafios e possibilidades

O debate acerca da materialização/consolidação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade ocorreu em sete artigos do total da amostra desta pesquisa, o que representa apenas 17,08% da amostra. A leitura feita dos textos revelou que embora a proposta dos/as autores/as tenha sido discorrer sobre a temática da materialização/consolidação do PEP isso se deu de forma superficial.

A centralidade de seis pesquisas sobre tal assunto estava nas produções teórico-metodológicas sobre o Serviço Social brasileiro e nas ações realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS e apenas um desenvolveu como pesquisa empírica junto a categoria profissional inserida em espaços não acadêmicos.

Os artigos enquadrados como pesquisas bibliográficas e documentais iniciaram as suas reflexões fazendo uma retrospectiva da gênese da profissão no Brasil, evidenciando o processo histórico percorrido pelo Serviço Social ao longo das últimas décadas, destacando

os avanços da categoria em meio aos desafios político-econômicos externos e internos a profissão. No entanto, observou-se que alguns dos argumentos utilizados nos textos para tratar da problemática sobre a viabilidade e desafios postos ao projeto ético-político na sociedade capitalista trouxe como exemplo a questão da precarização do trabalho, a qual alcança a todas as categorias profissionais, uma vez que o modelo de sociedade capitalista visa apenas a sua manutenção e acumulação de riquezas a partir da expropriação da classe trabalhadora.

[...] a flexibilidade das relações laborais tem origem no modo de acumulação flexível e a intensificação está pautada preponderantemente em se produzir mais no mesmo espaço de tempo, temos que a precarização do trabalho perpassa esses dois processos. [...] a precarização do trabalho é um contorno próprio do sistema capitalista de produção [...]. O que se observa ao se analisar a precarização do trabalho do assistente social [...] faz parte de uma macroconjuntura, ou seja, a dinâmica institucional reproduz também os direcionamentos firmados no matiz econômico e social, objetivando a manutenção da ordem produtiva capitalista. Dessa forma, exigir dos servidores assistentes sociais produtividade incansável e cumprimento de prazos faz parte de uma lógica universal na qual os interesses econômicos estão posicionados acima dos trabalhadores, que se veem cada dia mais aviltados em seus ambientes laborais (COLOMBI, 2016, p. 579-585; grifos do original; suprimimos).

Nos artigos em que os/as pesquisadores/as trataram sobre a conquista da categoria profissional no que diz respeito a intenção de ruptura com o conservadorismo e estabelecimento de proposta de um projeto profissional hegemônico compromissado com a classe trabalhadora, seus argumentos tiveram como fundamentação a história da profissão, considerando que o processo de Renovação do Serviço Social não ocorreu de forma pacífica, pois o grupo de assistentes sociais que, influenciados/as por acontecimentos político-econômicos e sociais internos e externos ao país, iniciaram o movimento de questionar o perfil conservador da profissão voltado para os interesses exclusivamente da classe dominante tiveram que ousar em fazer o enfrentamento político-ideológico ao grupo que à época era hegemônico no Serviço Social.

[...]. A renovação do Serviço Social brasileiro teve sua origem em meados da década de 1960 e apresentou três tendências: a) a modernizadora, alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis, em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo; b) a reatualização do conservadorismo, cuja concepção se assentava na fenomenologia pela autorrepresentação da profissão, rejeição ao positivismo, presente na tradição modernizadora, e a teoria social de Marx; c) a terceira se expressou no legado marxiano e na tradição marxista por meio do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, que conquistou sua hegemonia a partir de 1979. [...]. O III CBAS se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua

condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais, na articulação da Ceneas, sindicatos e Apas com a Abess, que iniciara a construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão, na articulação com o movimento estudantil de Serviço Social que se reorganizara, no estabelecimento de uma estratégia entre os assistentes sociais que se inseriam nos sindicatos, movimentos sociais, universidades, práxis profissionais, vinculados à perspectiva marxista, no sentido de disputar as direções dos Cras e CFAS que estavam sob a hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas; na retomada da articulação latino-americana por meio da Alaets e Celats; na ação conjunta da Ceneas, Abess, Sessune (Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE) no período de 1979 a 1982; na incorporação do conjunto CFAS/Cras no IV CBAS em 1982, já parcialmente renovado pelo processo de democratização, que se ampliou na década de 1990. A esse conjunto de determinações denominamos “direção social da profissão”. [...]. O PEP, assim denominado nos anos 1990, é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora. Portanto, as condições políticas de constituição do PEP do Serviço Social brasileiro devem ser avaliadas considerando as seguintes determinantes: a luta contra a ditadura, a colagem aos movimentos sociais dos anos 1980, a mudança do público profissional composto pelas camadas médias e empobrecidas, e como as vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria são vanguardas de militância política e sociais (NETTO, 1999; ABRAMIDES, 2006). [...]. (ABRAMIDES, 2016, p. 460-470; suprimimos).

Nos artigos em que as pesquisas eram dos tipos bibliográficas e documentais os/as autores/as sinalizaram para o fato de que as entendidas representativas da profissão, bem como o empenho por parte de profissionais dos espaços acadêmicos e não acadêmicos no processo de lutas contra os desafios postos pela conjuntura de crise estrutural do capital, caminham na direção social proposta pelo atual PEP. Isto é, a fim de que ocorra a consolidação dos princípios fundamentais do Código de Ética profissional, buscando estratégias de enfrentamento e superação da atual conjuntura.

As considerações finais se expressam na contextualização das lutas do conjunto CFESS/Cress, Abepss e Enesso, [...]. As lutas no período do avanço da precarização do trabalho e do neoliberalismo reafirmaram o PEP por meio de posicionamentos no que se refere a: autonomia e independência das entidades da categoria em relação ao Estado, ao governo e ao patronato; luta contra o neoliberalismo de todos os governos, de 1989 a 2016; defesa dos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados; luta contra as contrarreformas do Estado, da Previdência Social, sindical, trabalhista e do ensino superior (EAD — Ensino a Distância e mestrados profissionalizantes); em defesa do ensino público, laico, gratuito, universal, de qualidade e socialmente referenciado; contra a criminalização dos movimentos sociais e contra a lei antiterror sancionada em 2016; contra o genocídio da população jovem e negra das periferias dos centros urbanos, dos morros e das favelas; contra a privatização dos serviços públicos; contra a redução dos recursos orçamentários para a saúde, educação, habitação, reforma agrária, urbana e demarcação das terras indígenas e quilombolas; contra a precarização do trabalho e do projeto de lei em tramitação no Senado, referente à terceirização; contra o racismo, a homofobia, a transfobia e a lesbofobia; pela livre orientação sexual; contra o trabalho infantil; contra o ajuste fiscal que impõe medidas de ataque aos trabalhadores ao reduzir direitos sociais e o orçamento

para as áreas sociais; luta contra os 55 projetos em tramitação no Congresso Nacional de retirada de direitos dos trabalhadores; apoio ao movimento grevista e à ocupação de fábricas pelo operariado nas indústrias falidas e às grandes mobilizações de junho de 2013 contra o aumento das passagens de ônibus e por saúde, educação, habitação; apoio às grandes mobilizações e ocupações dos estudantes secundaristas em São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Pará na luta pela educação; luta pela reforma agrária e urbana; combate à violência contra a mulher e pela legalização do aborto; retirada das tropas do Haiti; defesa do povo palestino e de imigrantes refugiados. (ABRAMIDES, 2016, p. 472-473).

Segundo os/as pesquisadores/as que defendem que a materialização/consolidação do PEP tem ocorrido mesmo em meio a dificuldades político-ideológicas, a atual conjuntura não fornece elementos concretos que possam indicar a não materialização/consolidação e uma possível crise hegemônica no projeto profissional. Afirmam que há sim um forte tensionamento no PEP e nas demais profissões que possuem projetos profissionais críticos ao projeto societário do modo de produção e reprodução capitalista. Consideram que este processo de tensionamento tem ganhado proporções maiores, uma vez que algumas lideranças políticas e sociais têm sido cooptadas pela classe dominante, mas que isso não implica em uma não resistência por parte da classe trabalhadora em sua totalidade.

[...]. Após a assunção do governo federal pelo PT em 2003, movimentos sociais de peso, como a CUT e parte da direção do MST, tornaram-se governistas, o que significou um atraso para as massas trabalhadoras do ponto de vista de sua autonomia e independência de classe, o que tem bloqueado o sindicalismo classista (ABRAMIDES, 2016, p. 473).

Os/as pesquisadores/as desses textos afirmaram que a materialização/consolidação do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro se dá, também, por meio da produção do conhecimento teórico crítico; da formação profissional comprometida com as diretrizes curriculares da ABEPSS; das ações e resoluções do conjunto CFESS-CRESS e das lutas/manifestações travadas pela categoria profissional em prol da sua viabilização. No entanto, as suas reflexões não eliminaram os riscos presentes para profissão em virtude da crescente onda (neo)conservadora interna e externa a profissão nas instituições acadêmicas e não acadêmicas, ressaltando a necessidade de novas estratégias a fim de que a profissão não passe por um processo de retrocesso político-ideológico.

Os outros 02 artigos discorreram acerca da materialização/consolidação do PEP a partir de pesquisas bibliográficas, realizando levantamentos de trabalhos elaborados por profissionais inseridos nos diversos espaços ocupacionais não acadêmicos e publicados nos

CBAS e ENPESS a fim de constatarem como tem se dado o processo de compreensão e apreensão sobre a temática em questão por parte da categoria.

Os resultados encontrados e apresentados pelos/as autores/as revelam que alguns/as assistentes sociais têm discutido, ainda que de forma mínima e rasa, sobre a viabilização do projeto profissional na atual conjuntura. Destacaram que os trabalhos por eles/as pesquisados apresentavam dados/informações significativos sobre o cotidiano do fazer profissional do/a assistente social. Alguns desses dados remetiam aos ataques (neo)conservadores do Estado burguês que gesta e implementa políticas sociais que caracterizam e reduzem o Serviço Social à “profissão da assistência” (NETTO, 2007), bem como a precarização das condições de trabalho – os/as profissionais sobrecarregados/as nas instituições, com mais de um vínculo, o que tem provocado o esgotamento físico e intelectual.

Este estado de esgotamento favorece, segundo os/as autores/as, intervenções profissionais imediatas sem que haja, na maioria dos casos, um processo de reflexão acerca das expressões da “questão social” a fim de que o/a profissional proponha ações que visem a superação das demandas e vulnerabilidades apresentadas pelos usuários. Isto é, a dinâmica da sociedade capitalista incide sobre o fazer profissional, inviabilizando, em determinados momentos/intervenções profissionais, a materialização do PEP, uma vez que as intervenções do/a assistente social devem ocorrer para além da imediatividade, tendo como suporte os documentos-base norteadores da formação e exercício profissional. Ou seja, as demandas que chegam até o/a assistente social requerem deste/a um olhar crítico e investigativo para que as suas intervenções não sejam meramente a reprodução das exigências e demandas institucionais, como afirma Fraga (2010, p. 41; suprimimos) ao dizer que “[...] o exercício profissional do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade”.

O artigo que traz à reflexão sobre a não materialização/consolidação do projeto ético-político na contemporaneidade buscou fundamentações para sustentar a sua afirmação em questões políticas e econômicas, destacando o papel do Estado como uma instituição a serviço do grande capital. Segundo a autora, o Estado tem ganhado características semelhantes às da época de quando o Serviço Social surgiu no Brasil:

conservadoras e repressoras, afirmando que as políticas públicas estão cada vez mais permeadas de valores (neo)conservadores.

Embora a pesquisa tenha sido do tipo bibliográfica a autora se utilizou de relatos obtidos através de entrevistas realizadas por ela em um outro momento com profissionais inseridos nos diversos espaços ocupacionais não acadêmicos públicos/privados para embasar a sua justificativa acerca da inviabilidade do PEP na atualidade. Para a autora os relatos dos/as técnicos/as evidenciam um avanço do pensamento (neo)conservador a partir da implementação de políticas sociais focalizadas, gerando entraves no fazer profissional que dificultam os/as assistentes sociais traçarem novas estratégias no sentido de fazerem o enfrentamento a lógica do sistema capitalista.

[...] o assistente social depende da venda de sua força de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência e, enquanto trabalhador assalariado, tem que responder às prescrições institucionais, que redesenham o caminho da burocracia, do empirismo e do imediatismo. Nesses processos, vê sua relativa autonomia ameaçada, em que se coloca em questão, sobretudo, a dimensão intelectual do trabalho profissional na perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social. Se a dimensão intelectual do trabalho profissional é composta pela unidade entre pensar e agir críticos, a hipótese sustentada por este estudo é de ameaça à dimensão intelectual do trabalho profissional na perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social. E embora envolva a dimensão político-profissional, por meio da construção de processos determinados pela mundialização do capital e suas incidências nos Estados nacionais, na cultura, nas políticas econômicas e sociais e nas sociedades, capazes de gerar a despolitização da categoria profissional ou sua politização à direita, conforme tem apontado Iamamoto (2014), é mais ampla, à medida que também incide sobre a dimensão teórica do trabalho profissional e se expressa claramente na dimensão técnico-operativa. Isto é, no contexto atual têm sido ameaçadas as possibilidades de aprofundamento do conhecimento, da tentativa de romper com o absolutamente visível, da pesquisa da realidade social, da intercessão entre a dimensão investigativa e interventiva, do aprofundamento das informações traduzidas na imediatividade da realidade, da sistematização e estudo dessas informações e do planejamento crítico do trabalho profissional. Essas ameaças decorrem de práticas reduzidas preponderantemente ao imediatismo e com fragilidades nos vínculos com os valores do projeto profissional atual, determinadas pelas atuais exigências do capitalismo a partir das contrarreformas do Estado e suas injunções sobre a reconfiguração das políticas e instituições sociais e nos processos de “deformação” profissional no ensino público e privado, intensificado pelo EAD nos anos 2000. Tal realidade tem capturado o sêmen do pensamento crítico dos assistentes sociais, limitando-os ao trato da realidade aparente, restrita ao senso comum e desprovida de criticidade na leitura, no diálogo e na intervenção profissional. Esses processos não apenas podem arruinar a dimensão política, construída pelo Serviço Social a partir do Movimento de Reconceitualização no Brasil (o que é extremamente grave), como, dialeticamente, agridem de forma ofensiva a leitura de realidade, a produção de conhecimentos no âmbito do trabalho profissional e a construção de intervenções que fortaleçam os interesses e projetos da classe trabalhadora, ameaçando a dimensão intelectual do trabalho do assistente social na perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social e incidindo diretamente na dimensão técnico-operativa, expressa no fazer profissional. [...]. Além disso, é necessário considerar outro elemento relevante: o Serviço Social, tomado como totalidade, é maior que seu projeto ético-político-profissional, visto que, dentro de si, existem diferentes e antagônicos projetos profissionais, o que significa dizer que “ainda que goze de hegemonia, se forem consideradas suas

diversas dimensões, jamais será exclusivo no âmbito da categoria profissional”, pelo fato de a categoria ser constituída por sujeitos singulares, com diferenças do ponto de vista de classe, das condições intelectuais, interesses políticos, econômicos, preferências ideológicas, dentre outros (ORTIZ, 2015, p. 184). [...] Entre fluxos e influxos, o Serviço Social se constrói, desconstrói e reconstrói marcado por práticas conservadoras, neoconservadoras e progressistas, o que cria embates no interior da categoria, reeditando antigos dilemas no exercício da profissão e demarcando um lugar para o novo conservadorismo nos tempos atuais (MORAES, 2016, p. 591-595; grifos do original; suprimimos).

Observou-se, também, que alguns textos destacaram a baixa participação por parte dos/as assistentes sociais nos espaços de debates teórico-políticos organizados pelas entidades representativas da profissão. Segundo os/as autores/as, a baixa adesão da categoria aos eventos se justifica por motivos objetivos e subjetivos. Objetivos no sentido de que os/as assistentes sociais sinalizaram em seus trabalhos a alta demanda de casos, precarização das condições de trabalho e tipo de contratação temporária, desvalorização profissional com baixos salários, levando os/as assistentes sociais a buscarem outro vínculo empregatício. Subjetivos porque os motivos supracitados provocam, para além do esgotamento físico e intelectual, nos/as trabalhadores/as um adoecimento que tem gerado na categoria dificuldades para realizar o seu fazer profissional em conformidade com o PEP.

Porém, cabe ressaltar que as afirmações dos/as autores/as não apresentaram dados em seus artigos referentes ao quantitativo de profissionais nos eventos. Assim, ficam alguns questionamentos quanto a veracidade das informações apresentadas: como provar que de fato houve baixa participação dos/as assistentes sociais inseridos nos espaços não acadêmico? Como saber quais alegações são verdadeiras, uma vez que parágrafos acima, no tópico anterior, foi apresentada em outro artigo a afirmação de que tem ocorrido um aumento no número de profissionais nos CBAS e ENPESS? Como explicar a ausência de dados importantes que poderiam comprovar as afirmações apresentadas nos artigos que constituíram a amostra desta pesquisa? Talvez, a explicação para tal ausência esteja no preconceito quanto a métodos quantitativos por relacioná-los equivocadamente às teorias positivistas (KAMEYAMA, 1998)

Os espaços de debates teórico-políticos são ações estratégicas adotadas pelas entidades representativas do Serviço Social brasileiro com o intuito de oportunizar não só aos/as assistentes sociais inseridos nas instituições acadêmicas a possibilidade de apresentarem as suas demandas e intervenções cotidianas, mas também para os/as profissionais que estão inseridos/as nas instituições não acadêmicas operacionalizando as

políticas sociais. O esvaziamento da categoria nesses espaços reflete de forma negativa no campo da prática, pois neles é possível que o/a assistente social visualize melhor a conjuntura político-ideológica e adquira novas estratégias e direcionamentos profissionais que possam contribuir para o pleno exercício da profissão de forma que viabilize a materialização do PEP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso trilhado até aqui nesta pesquisa possibilitou uma maior aproximação com o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, considerando o debate acerca da sua hegemonia e materialização/consolidação na contemporaneidade, uma vez que esta pesquisa objetivou analisar a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social no âmbito das publicações sobre o projeto ético-político na contemporaneidade que caracterizam uma parte da sua materialização. O debate sobre a gênese da profissão, hegemonia e possível crise do atual PEP possibilitou identificar alguns pontos relevantes, quais sejam:

- o projeto ético-político foi gestado por uma parte da categoria profissional como hegemônico, no que diz respeito a sua dimensão social crítica, em meio a uma conjuntura político-econômica adversa aos princípios contidos nele, mas mesmo assim é possível identificar o seu avanço e amadurecimento teórico-político, principalmente nos espaços acadêmicos;
- embora seja possível identificar elementos que caracterizam a suposta hegemonia e materialização/consolidação do atual PEP na contemporaneidade identifica-se também um tensionamento/questionamento sobre ele, questionamento este que reivindica abertamente que a profissão retroceda às suas velhas e conservadoras práticas;
- o levantamento bibliográfico realizado sobre a produção e publicação do conhecimento do Serviço Social quanto ao seu projeto profissional revelou que o debate sobre o PEP e a sua viabilidade são recentes e a categoria profissional precisa aprofundar mais a sua discussão, bem como tal debate e produção do conhecimento tem ocorrido com maior frequência nos espaços acadêmicos;
- revelou também que a discussão e produção do conhecimento sobre o PEP nas **Revistas Serviço Social e Sociedade** e **Katálisis** tem se concentrado na região sudeste do Brasil, correspondendo a 53% da amostra; que a produção teórica do Serviço Social sobre estar ou não ocorrendo a materialização/consolidação do projeto ético-político ainda é pouca, pois do total da amostra (41 artigos) apenas sete trabalhos tinham como objeto

central a discussão sobre a materialização do PEP, sendo que o restante teve como objeto de discussão as categorias (neo)conservadorismo (28 artigos) e Hegemonia (seis artigos). Ao longo das escritas era pontuado de forma superficial a questão da viabilidade do PEP.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, considera-se que eles foram alcançados, uma vez que foi possível refletir sobre a gênese, hegemonia e materialização do atual PEP, bem como o levantamento bibliográfico possibilitou visualizar como tem ocorrido o debate e a produção sobre a materialização/consolidação e as tendências (neo)conservadoras que têm provocado tensionamentos no PEP.

Os resultados da pesquisa revelaram também que a afirmação da suposta crise de hegemonia não deve ser descartada, visto que as ameaças são reais e estão às portas da profissão, ganhando espaço nos ambientes acadêmicos e não acadêmicos com discursos (neo)conservadores que questionam a direção social crítica do Serviço Social. Outrora tais discursos e questionamentos eram velados/tímidos, entre os corredores das instituições e universidades, mas na atualidade estão sendo disseminados abertamente no meio profissional.

Quanto às questões norteadoras, ressalta-se que as mesmas correspondem aos resultados obtidos no desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que o debate sobre a gênese e hegemonia do atual PEP realizou-se, bem como foi possível, através do levantamento bibliográfico, identificar a produção do conhecimento do Serviço Social acerca da materialização/consolidação do projeto ético-político profissional. Porém, cabe ressaltar que os resultados oriundos em tal levantamento revelam que o debate sobre a temática ainda é recente e pouco abordado, considerando o curto espaço de tempo (2016-2018) das publicações analisadas.

No que diz respeito as hipóteses levantadas nesta pesquisa, constata-se que a partir do processo de Renovação Profissional foi possível à categoria profissional, que questionava a ordem social posta e o caráter conservador da profissão, propor e estabelecer um projeto profissional que orientasse a formação e o fazer profissional a partir de uma leitura crítica da sociedade burguesa, um projeto profissional norteado pela teoria social crítica e comprometido com a classe trabalhadora e com a superação do projeto societário vigente. Observa-se também que embora a categoria profissional tenha se apropriado da

teoria social marxiana o conservadorismo nunca deixou de existir no Serviço Social, mas que ele tem ganhado novas roupagens por meio de discursos e práticas (neo)conservadoras.

No tocante a hipótese da materialização ou não do projeto ético-político, podemos afirmar que ela tem ocorrido na contemporaneidade, mas de forma parcial, isto é, no âmbito da produção do conhecimento e das ações desenvolvidas pelas entidades representativas da profissão e também por meio de uma parcela da categoria profissional inserida em espaços não acadêmicos a partir do momento em que o/a assistente social desenvolve as suas intervenções fundamentadas e em harmonia com o que preconiza o Código de Ética profissional e os princípios do projeto ético-político.

A sociedade brasileira, burguesa/capitalista, é permeada de valores que visam atender aos interesses do grande capital, ou seja, o Estado abraçou o projeto societário capitalista, o qual tem em sua essência a desigualdade social. Ressalte-se que, estes interesses são atendidos por meio do Estado que é a principal ferramenta utilizada pelo capitalismo num processo intenso de exploração da força de trabalho para acumular mais gastando menos, acarretando em retiradas de direitos sociais, trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Diante disto, faz-se necessário que os/as profissionais de Serviço Social se posicionem contra a classe dominante, unindo forças com as demais categorias profissionais contra o projeto societário burguês por via da luta político-ideológica, mobilizando a classe trabalhadora por meio da disseminação do conhecimento. Pois, nós trabalhadores/as de todas as categorias profissionais só ganharemos o embate contra a classe dominante quando entendermos que na luta de classes o proletário só se libertará das algemas da exploração e expropriação capitalista quando tivermos a consciência e atitude, enquanto classe trabalhadora.

Observou-se outro elemento importante no debate acerca do objeto de pesquisa desta dissertação: o pluralismo. Para Coutinho (1991) o pluralismo fundamenta-se em duas dimensões básicas, quais sejam: a) um fenômeno social e político, b) referência na construção do conhecimento. O pluralismo profissional está no rol dos 11 princípios que fundamentam o atual Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, bem como nas Diretrizes Curriculares, a fim de formar um perfil profissional “[...] dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica” (FORTI, 2017, p. 377, suprimimos). O debate e a

compreensão quanto ao pluralismo profissional no Serviço Social brasileiro são necessários, tanto no campo acadêmico quanto nos espaços ocupacionais.

O debate acerca do pluralismo profissional pode viabilizar a compreensão de que o pluralismo aqui em questão não pressupõe “[...] a fusão de diferentes matrizes do pensamento, indistintamente, nem para a análise nem para a orientação da nossa ação profissional na realidade social. [...]” (FORTI, 2017, p. 377, suprimimos).

Cabe ressaltar que os avanços e conquistas do Serviço Social brasileiro estão ligados, também, a inserção do pluralismo teórico na profissão, o que possibilitou parte da categoria profissional rejeitar o pensamento conservador e se apropriar da teoria social marxista para realizar as suas intervenções nos espaços acadêmicos e não acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **In: Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. de 2016.** São Paulo, 2016.

_____. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979. **In: Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.** São Paulo, 2017.

_____. Prefácio. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Org.). Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

ARAÚJO, Nailsa M. S. **AS CAUSAS GENÉTICAS DAS CRISES CAPITALISTAS:** elementos para a compreensão da crise contemporânea. São Cristóvão/SE, 2015. Mimeo. Grande parte dos argumentos aí contidos estão sistematizados na tese de doutoramento intitulada *Hegemonia burguesa no Brasil contemporâneo: o governo Lula-PT como instrumento ideológico*”, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2008.

_____. **Hegemonia burguesa no Brasil contemporâneo:** o governo Lula-PT como instrumento ideológico”. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2008.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História:** História Geral e História do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1999.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BARBALET, J.M. **A Cidadania.** Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARROCO, M. L. S. **Barbárie e neoconservadorismo:** os desafios do projeto ético-político. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

_____. **Ética e Serviço Social:** Fundamentos Ontológicos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, M. L.; TERRA, S. H. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.). **Código de Ética do(a) Assistente Social Comentado.** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: Serviço Social - Direitos sociais e competências profissionais – Curso de pós-graduação: CEAD/UNB. Brasília-DF, 2009.

BAPTISTA, M.V; BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social:** teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras, 2014.

BRASIL. Ministério da Assistência Social: **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Brasília, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social: **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRAZ, M. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Revista Inscrita**, nº 10, Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2007.

_____. **O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista**. Direção: Cortez Editora. Produção: Comunidade Comunicação. São Paulo: Cortez, 2009. 1 disco (16:25 min.): DVD.

CANARY, Henrique. **O que é...** Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade. São Paulo: José Luiz e Rosa Sundermann, 2012.

CASTRO, M. M. C.; TOLEDO, S. N. **A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Libertas (UFJF. Online), v. 11, p. 1-24, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CHESNAIS, FRANÇOIS. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHUEK, Gabriel Vouga.; AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. In: Revista Eletrônica de Negócios Internacionais. São Paulo, v.10, n. 2, p. 1-5, mai./ago. 2015. São Paulo-SP, 2015. Disponível em: <<http://internext.espm.br/internext>>. Acessado em: 05 de maio de 2019.

COLOMBI, B. L. P.A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário. In: **Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 574-586, set./dez. 2016**. São Paulo, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 3ª ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FORTI, V. L. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. In: **Rev. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2017 ISSN 1982-0259**. Florianópolis-SC, 2017.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília-DF: Plano Editora, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 4**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henrique e Mario Aurélio Nogueira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GUERRA, Yolanda. A “Virada” do Serviço Social. In: **Revista Inscrita**, ano VIII – nº 12, Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2009.

_____. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In: **Revista Temporalis**, ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011. Brasília/DF, 2011.

HÖFLING, E. M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Caderno CEDES. v. 21. n. 55. Campinas, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JÚNIOR, C. P. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed. 7ª. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **História Econômica do Brasil**. 1ª ed. 46ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

JÚNIOR, João Ribeiro. **O que é positivismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, [s.d.].

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1995-1997). In: **Cadernos ABESS**. n. 8. São Paulo, 1998.

KONDER, Leandro. O marxismo como filosofia: um pouco da sua história no Brasil. In: **CBCISS, Teorização do Serviço Social: documento do Alto da Boa Vista**. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, [s.d.].

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Feuerbach. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. v. 1.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. 1ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES, C. A. S. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. In: **Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 587-607, set./dez. de 2016**. São Paulo, 2016.

NETTO, J. P. A “questão social” na América Latina. In.: GARCIA, M. L. T.; RAIZER, E. C. (Orgs.). **A “questão social” e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória, ES: EDUFES, 2012.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: Módulo I – Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. Das Ameaças à Crise. In: **Revista Inscrita**, nº 10, Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2007.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, nº 84, ano XXVI, novembro de 2005. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Serviço Social: um enfant terrible na institucionalidade burguesa? **In: Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 413-429, set./dez. 2016.** São Paulo, 2019.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2. ed. São Paulo: Instituto Luckás, 2012.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: polêmicas e desafios. In: **XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social.** Universidad Católica Santiago de Guayaqui. Guayaqui, Ecuador, outubro de 2009.

SADER, Leila Fouad.; SILVA, Sonja P. de Castro; MUNIZ, Tereza de Jesus. **As Escolas de Serviço Social no Brasil e o Protagonismo das Missionárias de Jesus Crucificado (MJC):** trajetória sócio-histórica, Ação educativa e Influência na sociedade. Campinas-SP: Pontes Editores, 2017.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise. **In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social; v. 6).

_____. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção questões da nossa época; v. 132).

SANTOS, P. R. F. A questão do Estado Ampliado e o conceito de sociedade civil em Gramsci. **In: XX Seminário Latino de Escuela de Trabajo Social. set. de 2012, Córdoba.** Argentina, 2012.

SANTOS, Iraci dos.; CLOS, Araci Carmen. RESUMOS MAIS INFORMATIVOS PARA TRABALHOS DE PESQUISA: proposta de um modelo. **In: Rev. Brasileira de Enfermagem. v. 49. n. 1 p. 135- 146. jan./mar. 1996.** Brasília-DF, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v49n1/v49n1a13.pdf>>. Acessado em: 05 de fev. de 2019.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos.** 3ª ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília-DF: CAPES: UAB, 2014. 138p. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145394/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GP%20-%20O%20Estado%20e%20os%20Problemas%20Contemporaneos.pdf>>. Acessado em: 18 de abr. de 2019.

SETUBAL, A. A. Desafios à Pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, 2007.** Florianópolis-SC, 2007.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **In: Revista Katálisis. Florianópolis. v. 12, nº1, 2009.** Florianópolis-SC, 2009.

SINGER, Paul. Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Brasil: um século de transformações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social.** Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Curso de Capacitação a Distância. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social/CFESS; UnB/Centro de Educação Aberta Continuada a Distância/Cead, 2009.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ESTUDO:** Ficha de categorização dos dados.

Texto/Tema: _____ Ano: _____
Tipo de Resumo: _____
Direção metodológica: _____ _____
Palavras-chave: _____ _____ _____
Tipo de pesquisa: _____
Objetivos: _____
Tipo de matriz: _____ _____
Procedimentos metodológicos: _____ _____ _____

APÊNDICE B

RELAÇÃO DE ARTIGOS ESTUDADOS/PESQUISADOS

Nº de ordem	ARTIGOS
1.	Artigo/Tema: O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional. Autor/a: Bruna Carnelossi. Ano: 2016. Revista: Serviço Social & Sociedade.
2.	Artigo/Tema: Edmund Burke e a gênese conservadorismo. Autor/a: Jamerson Murillo Anunciação de Souza. Ano: 2016. Revista: Serviço Social & Sociedade.
3.	Artigo/Tema: Serviço Social: um <i>enfant terrible</i> na institucionalidade burguesa? Autor/a: Potyara A. P. Pereira. Ano: 2016. Revista: Serviço Social & Sociedade.
4.	Artigo/Tema: 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. Autor/a: Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso. Ano: 2016. Revista: Serviço Social & Sociedade.
5.	Artigo/Tema: 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. Autor/a: Maria Beatriz Costa Abramides. Ano: 2016. Revista: Serviço Social & Sociedade.
6.	Artigo/Tema: A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário. Autor/a: Bárbara Leite Pereira Colombi. Ano: 2016. Revista: Serviço Social & Sociedade.
7.	Artigo/Tema: O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional Autor/a: Carlos Antonio de Souza Moraes. Ano: 2016. Revista: Serviço Social & Sociedade.
8.	Artigo/Tema: 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. Autor/a: Marilda Villela Iamamoto. Ano: 2017. Revista: Serviço Social & Sociedade.

9.	<p>Artigo/Tema: 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura.</p> <p>Autor/a: Ana Elizabete Mota.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Serviço Social & Sociedade.</p>
10.	<p>Artigo/Tema: Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social.</p> <p>Autor/a: Ivanete Boschetti.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Serviço Social & Sociedade.</p>
11.	<p>Artigo/Tema: O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil.</p> <p>Autor/a: Mauro Luis Iasi.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Serviço Social & Sociedade.</p>
12.	<p>Artigo/Tema: O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário.</p> <p>Autor/a: Marcelo Braz.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Serviço Social & Sociedade.</p>
13.	<p>Artigo/Tema: Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social.</p> <p>Autor/a: Maria Lúcia Duriguetto.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Serviço Social & Sociedade.</p>
14.	<p>Artigo/Tema: A primeira escola de Serviço Social no cenário educacional brasileiro na contemporaneidade: breves notas.</p> <p>Autor/a: Maria do Socorro Reis Cabral.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Serviço Social & Sociedade.</p>
15.	<p>Artigo/Tema: Memória e conquistas históricas.</p> <p>Autor/a: Maria Lucia Barroco.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Serviço Social & Sociedade.</p>
16.	<p>Artigo/Tema: Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979.</p> <p>Autor/a: Maria Beatriz Costa Abramides.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Serviço Social & Sociedade.</p>
17.	<p>Artigo/Tema: Sentido da colonização e revolução brasileira: crítica de caracterizações do modo de produção colonial.</p> <p>Autor/a: Carlos Alberto Cordovano Vieira.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Serviço Social & Sociedade.</p>
18.	<p>Artigo/Tema: Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social.</p> <p>Autor/a: Daniela Ribeiro Castilho; Esther Luíza de Souza Lemos; Vera Lúcia Batista Gomes.</p>

	Ano: 2017. Revista: Serviço Social & Sociedade.
19.	Artigo/Tema: Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. Autor/a: Jucimeri Isolda Silveira. Ano: 2017. Revista: Serviço Social & Sociedade.
20.	Artigo/Tema: Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão. Autor/a: Eliane Martins de Souza Guimarães. Ano: 2017. Revista: Serviço Social & Sociedade.
21.	Artigo/Tema: Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. Autor/a: Maria Lucia Lopes da Silva. Ano: 2018. Revista: Serviço Social & Sociedade.
22.	Artigo/Tema: Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Autor/a: 2018. Ano: Mirla Cisne. Revista: Serviço Social & Sociedade.
23.	Artigo/Tema: Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. Autor/a: Leonardo Ortegá. Ano: 2018. Revista: Serviço Social & Sociedade.
24.	Artigo/Tema: A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. Autor/a: Ellen Caroline Pereira; Simone Sobral Sampaio. Ano: 2018. Revista: Serviço Social & Sociedade.
25.	Artigo/Tema: A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Autor/a: Márcia Campos Eurico. Ano: 2018. Revista: Serviço Social & Sociedade.
26.	Artigo/Tema: Reflexões contemporâneas do campo científico do Serviço Social sobre a formação. Autor/a: Ana Lúcia Suárez Maciel. Ano: 2016. Revista: Katálýsis.
27.	Artigo/Tema: Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. Autor/a: Moíza Siberia Silva de Medeiros. Ano: 2016. Revista: Katálýsis.

28.	<p>Artigo/Tema: O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social.</p> <p>Autor/a: Maria Erica Ribeiro Pereira.</p> <p>Ano: 2016.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
29.	<p>Artigo/Tema: Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro.</p> <p>Autor/a: Ivete Simionatto; Fabiana Negri.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
30.	<p>Artigo/Tema: Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21.</p> <p>Autor/a: Angela Vieira Neves.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
31.	<p>Artigo/Tema: Hegemonia e filosofia da práxis: os desafios ao Serviço Social.</p> <p>Autor/a: Josimeire de Omena Leite; Ana Cristina Brito Arcoverde.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
32.	<p>Artigo/Tema: Serviço Social e tendências teóricas atuais.</p> <p>Autor/a: José Fernando Siqueira da Silva.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
33.	<p>Artigo/Tema: Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico.</p> <p>Autor/a: Adriana Giaqueto Jacinto.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
34.	<p>Artigo/Tema: Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador.</p> <p>Autor/a: Moisés Santos Menezes; Joilson Pereira da Silva.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
35.	<p>Artigo/Tema: Pesquisa em Serviço Social: para onde caminhamos?</p> <p>Autor/a: Emanuel Jones Xavier Freitas; Mayara Alves Reis.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
36.	<p>Artigo/Tema: Notas sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho ao Serviço Social brasileiro.</p> <p>Autor/a: Mabile Caetano Cazela.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
37.	<p>Artigo/Tema: Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação.</p> <p>Autor/a: Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>

38.	<p>Artigo/Tema: Método, ideologia e Estado: aproximações a partir do legado de Marx.</p> <p>Autor/a: Davi Machado Perez.</p> <p>Ano: 2018.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
39.	<p>Artigo/Tema: Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional.</p> <p>Autor/a: Larissa Dahmer Pereira.</p> <p>Ano: 2018.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
40.	<p>Artigo/Tema: Quando a questão racial é o nó da questão social.</p> <p>Autor/a: Renata Gonçalves.</p> <p>Ano: 2018.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>
41.	<p>Artigo/Tema: Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios.</p> <p>Autor/a: Valeria Lucilia Forti.</p> <p>Ano: 2017.</p> <p>Revista: Katálýsis.</p>